

ANEXO AO PROCESSO 562/2000

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DEFESA - 15/05/2003

RICARDO RODRIGUES ALVES DE LIMA

VIA PRUSSIANA, REVOLUÇÃO PASSIVA E REVOLUÇÃO PELO ALTO.

**Estudo de uma hipótese marxista sobre a
particularidade do caminho brasileiro ao capitalismo**

MARÍLIA, 2003



RICARDO RODRIGUES ALVES DE LIMA

VIA PRUSSIANA, REVOLUÇÃO PASSIVA E REVOLUÇÃO PELO ALTO.

**Estudo de uma hipótese marxista sobre a particularidade do caminho brasileiro ao
capitalismo**

1410001606



**Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado da
Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília da
Universidade Estadual Paulista – Unesp – Campus de
Marília, como requisito parcial para obtenção do título
de mestre em Ciências Sociais.**

**Orientador: PROFª DOUTORA MARIA ORLANDA
PINASSI**

MARÍLIA, SP

2003



UN 001139859

60304014

Nº cham. 330.122

L732v

Nº Tombo 1606

Aquisição D

Preço R\$ 5,00

Data 10/11/04

Proced. autor

- Desenvolvimento capitalista - Brasil (190)

- Capitalismo

- Brasil - Desenvolvimento econômico

167 p.

Lima, Ricardo Rodrigues Alves.

L732v

Via prussiana, revolução passiva e revolução pelo alto: estudo de uma hipótese marxista sobre a particularidade do caminho brasileiro ao capitalismo/ Ricardo Rodrigues Alves de Lima. – Marília, 2003.

171f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2003.

Bibliografia: f. 163-167

Orientadora: Profª. Drª Maria Orlanda Pinassi

1 Via Prussiana. 2.Revolução Passiva .3.Revolução pelo Alto. I. Autor. II. Título.

CDD 330.122



BANCA EXAMINADORA

Dissertação de Mestrado submetida à Comissão Julgadora nomeada pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista – Unesp – Campus de Marília, como parte dos requisitos necessários a obtenção do grau de mestre

VIA PRUSSIANA, REVOLUÇÃO PASSIVA E REVOLUÇÃO PELO ALTO.

Estudo de uma hipótese marxista sobre a particularidade do caminho brasileiro ao capitalismo

PROFª DOUTORA MARIA ORLANDA PINASSI

ORIENTADORA

APROVADA POR:

PROFº DOUTOR MARCOS TADEU DEL ROIO

(UNESP – MARÍLIA)

PROFª DOUTORA MARIA ANGÉLICA BORGES

(PUC – SP)

Marília, 15 de maio de 2003



Este trabalho é dedicado a Luís Henrique e Wanderly.

Por estes últimos dez anos que irão valer por toda minha vida!

AGRADECIMENTOS

A parte de agradecimentos costuma ser chata para o leitor. Mas pode ser um prazer para quem escreve, como é meu caso. Gostaria de mencionar aqui as pessoas que participaram direta ou indiretamente da minha breve trajetória na Universidade e me ajudaram a concluir este trabalho. Evani, Lima, Carlinhos, Paula e Lalá pelo apoio e presença constante. A Luís. A Jorge Luís por ter me recebido em seu apartamento. Ao pessoal de Brasília.

Aos grandes amigos da graduação, Vinícius, Felipe, Bóris, Leonardo e Marcelo. Por termos crescido juntos.

A todos aqueles com quem convivi na moradia, Rodrigo, "Sonho", Malu, Ronei, Claudete e tantos outros. Mas o agradecimento especial vai ao pessoal da inesquecível *Casa 8*. Pela solidariedade! A Maly por ter me acompanhado em parte do percurso.

Aos colegas da Pós como Pedro e Renan. A Edilene e Andréa pelo apoio sincero e por terem me acolhido em seu "aparelho" sempre que precisei. A Carla, registrando aqui meu respeito por seu raro senso de coleguismo e caráter.

Ao professor Tullo pela orientação na época da graduação e pelo incentivo à leitura dos clássicos da política. A alguns professores que me incentivaram no início dessa pesquisa, como Ricardo Musse, Isabel Faleiros e Paulo Cunha. A Bel Loureiro pelo incentivo e pela contribuição à minha formação com o grupo Dialética.

Meu sincero reconhecimento e gratidão a Chico Corsi. Suas provocações, no melhor sentido da palavra, foram muito do combustível desse trabalho. Agradeço pela orientação e pelas dicas preciosas no exame de qualificação.

Ao professor Del Roio. Pelos debates em aulas inesquecíveis, pela contribuição à minha formação, por ter me acompanhado desde a graduação e por mais esta participação na minha dissertação de mestrado.

A professora Maria Angélica Borges, por ter aceitado prontamente ao nosso pedido para participar da banca

Por fim, a Adriana, Belete, Cláudio, Guedes, Mozena e Maria Orlanda. Quando estava pensando numa forma de agradecê-los, me lembrei uma frase de Antonio Candido a um velho amigo: "devo-lhe mais do que poderia registrar, porque são coisas que se incorporam ao modo de ver e de sentir". É o que sinto em relação a vocês.

"A noção de modernidade confunde-se com a idéia de progresso científico e tecnológico, dissimulando regressões na sociedade. No ideário humanista só há progresso quando ao desenvolvimento material corresponde desenvolvimento humano. Na contemporaneidade não se encontram premissas tranquilizadoras, nenhuma síntese final. Ao contrário, o arcaico é secretamente preservado na intimidade do moderno".

(Olgária Matos, Formas Modernas do Atraso)

"(...) Enfatizei o fato de que o fermento social e intelectual na América Latina promete para o futuro mais do que podemos encontrar atualmente nos países capitalistas avançados. Isto é compreensível, já que a necessidade de mudança radical é muito mais urgente na América Latina do que na Europa e nos Estados Unidos, e as soluções prometidas da "modernização" e "desenvolvimento" demonstraram não passar de uma luz que se afasta num túnel cada vez mais longo"

(István Mészáros, Prefácio à Edição Brasileira de Para Além do Capital)

"Portanto, o "dever ser" é algo concreto, ou melhor, somente ele é interpretação realista e historicista da realidade, somente ele é história em ato e filosofia em ato, somente ele é política"

(Antonio Gramsci, Cadernos do Cárcere)

RESUMO

Este trabalho propõe a retomada da discussão a respeito das teorias que se preocuparam em especificar a particularidade da via de desenvolvimento capitalista seguida pelo Brasil. A abordagem recai sobre o estudo dos paradigmas *via prussiana*, *revolução passiva* e *revolução pelo alto*, que foram utilizados no contexto do regime militar nos anos 70 pelos autores Carlos Nelson Coutinho, Luiz Werneck Vianna e Ivan de Otero Ribeiro no intuito de explicar o processo conservador de desenvolvimento capitalista durante o decorrer da história brasileira. O texto procura refazer o percurso intelectual dos autores de fundamentação dos paradigmas *via prussiana*, *revolução passiva* e *revolução pelo alto* a partir das determinantes históricas e sociais referentes à própria formação social brasileira. Assim, recompõe pela análise um painel da via prussiana "à brasileira" que fora composto pela perspectiva de três sujeitos fundamentais: os intelectuais (Coutinho), a classe operária (Vianna) e os camponeses (Ribeiro). A hipótese lançada é a de que estes sujeitos serviram para cada um dos autores como o fio condutor na reconstituição da via brasileira ao capitalismo.

Palavras Chave: via prussiana, revolução passiva, revolução pelo alto, modernização conservadora, particularidade, sujeitos.



ABSTRACT

The author propose to discuss the theorys about the specific way of the brazilian capitalist development. He approaches the paradigms prussian way, passive revolution and revolution from above, which were used during the military regime in the 1970's by the authors Carlos Nelson Coutinho, Luiz Werneck Vianna and Ivan de Otero Ribeiro in order to explain the conservative capitalist development in Brazil. He explains the author's intellectual way to interpret the paradigms prussian way, passive revolution and revolution from above based on the historical and social peculiarity conditions in Brazil. The analysis construct a picture of the prussian way in a brazilian way, which was composed by the perspective of three subjects: the intellectuals (Coutinho), the working class (Vianna) and the peasants (Ribeiro). The author argues that these three subjects was the standpoint for Coutinho, Vianna and Ribeiro to investigate the brazilian way to the capitalism.

Key Words: prussian way, passive revolution, revolution from above, conservative modernization, peculiarity and subjects.

SUMÁRIO

RESUMO 7

ABSTRACT 8

INTRODUÇÃO 11

1 DESAFIOS PARA UMA NOVA GERAÇÃO DE INTELECTUAIS 20

1.1 *Os Impasses e Perspectivas do PCB entre 1964 e 1968 (Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré)* 25

1.2 *Barrington Moore Jr. e o enigma das vias de desenvolvimento no século XX* 35

1.3 *De volta aos clássicos* 40

2 VIA PRUSSIANA E REVOLUÇÃO PASSIVA SEGUNDO A TRADIÇÃO
MARXISTA 42

2.1 *Colocação do Problema: o desenvolvimento desigual e combinado* 43

2.2 *A via prussiana por Marx e Engels* 47

2.3 *A via prussiana segundo Lênin e Lukács* 54

2.4 *A revolução passiva segundo Gramsci* 64

3 VIA PRUSSIANA, REVOLUÇÃO PASSIVA E REVOLUÇÃO PELO ALTO: A
PARTICULARIDADE BRASILEIRA 80

3.1 *Problematizando os conceitos* 81

3.2 *Sujeito e História* 87

3.3 *Carlos Nelson Coutinho: os intelectuais e a cultura diante da via prussiana* 96



3.4 Luiz Werneck Vianna: a classe operária na revolução pelo alto 119

3.5 Ivan Ribeiro: os camponeses diante da via prussiana 141

3.6 Outras tendências: a via colonial 152

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS 158

4.1 Por onde recomeçar? 159

REFERÊNCIAS 163



INTRODUÇÃO



A partir dos anos 80, mas sobretudo nos anos 90, os debates na imprensa e nos meios acadêmicos sobre as transformações políticas e sociais ocorridas em escala planetária têm sido marcadas por uma palavra chave: globalização. Tal fenômeno coincide, não por acaso, com a difusão das políticas neoliberais a partir do núcleo do Ocidente capitalista para os demais países, tendo por marco as políticas implantadas nos governos Thatcher (Inglaterra) e Reagan (EUA) entre fins dos anos 70 e início dos anos 80.

Acreditamos ser um equívoco negar um dos pressupostos das diversas análises sobre a globalização, as quais entendem os processos globais atuais como a afirmação de uma tendência histórica à internacionalização da economia e dos mercados nacionais. No entanto, há um aspecto subjacente a muitas dessas análises que nos preocupa, isto é, a conversão deste diagnóstico num discurso que procura desqualificar a ação dos sujeitos.

Por esse ângulo, o termo *globalização*, elevado a status de conceito científico, o qual sintetizaria o conteúdo dos novos tempos, forneceria uma imagem de homogeneização do mundo, enfim orquestrado pela lógica dos mercados e sob um processo que procura diluir as particularidades nacionais. Fim da história, segundo Fukuyama, e com a realização da utopia de Smith, o mundo finalmente seria regido pela "mão invisível". Tal constatação, no entanto, não é nem um pouco ingênua ou neutra e sugere a idéia de um processo inexorável ao qual todos os Estados-Nação devem se enquadrar e incorporar, passando por cima de sua autonomia e respectivas singularidades nacionais. Nessa imagem projetada pelo discurso, muitas vezes travestido de puramente científico, a globalização se apresenta como uma nova "gaiola de aço", relembrando a conhecida metáfora weberiana sobre os processos de burocratização e racionalização no mundo moderno.

Para nós, esse cenário confere atualidade às notas de Antonio Gramsci, quando nos anos 30 observava, em estudos sobre a revolução passiva, que nesse tipo de transformação os "fatos" se apresentam como os protagonistas, perdendo-se de vista os sujeitos que os



impulsionam ¹. Uma anotação bastante próxima a esta fora feita por Lukács nos seus estudos sobre a via prussiana, ao notar que ela implicava numa visão, reproduzida por historiadores alemães, de que a mudança social aparecia como uma espécie de "tragédia do destino", refratária a ação humana.

Pelo discurso que apontamos, hoje seriam os "fatos" da economia e do mercado mundial que se colocariam como protagonistas do mundo globalizado, configurando a generalização do determinismo econômico que despreza, absolutamente, a hipótese de que uma e mesma política econômica, aplicada em diferentes contextos, produza resultados diferentes. Desconsiderando, assim, o próprio movimento "desigual e combinado" do capital e do capitalismo em escala mundial. Neste caso, estaríamos presenciando um momento no qual o processo da revolução passiva se universaliza, tornando-se geral e não mais restrito a algumas particularidades nacionais².

Se tal linha de argumentação corresponde de fato aos acontecimentos da atualidade, cabe a pergunta: qual a importância nesse contexto do tema da particularidade das vias nacionais de implementação do capitalismo? Para um país capitalista subalterno como o nosso, o desvendamento do legado histórico da nossa via de inserção na ordem mundial do capital pode nos indicar a posição em que chegamos na "era da globalização" e como se estabeleceram os laços entre a nossa formação econômico-social e os pressupostos do capital irradiados a partir dos centros capitalistas. Questão que, como é sabido, orientou a pesquisa de importantes nomes do pensamento crítico brasileiro, como Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Nelson Werneck Sodré, Florestan Fernandes, Ruy Mauro Marini, entre outros.

¹ "*Risorgimento italiano*. Sobre a revolução passiva. Protagonistas os "fatos", por assim dizer, e não os "homens individuais". Como, sob um determinado invólucro político, necessariamente se modificam as relações sociais fundamentais e novas forças políticas efetivas surgem e se desenvolvem, as quais influenciam indiretamente, com pressão lenta mas incoercível, as forças oficiais, que, elas próprias, se modificam sem se dar conta, ou quase." (Gramsci, 2002, p.328)

² Nisto acompanhando o próprio Antonio Gramsci nas suas anotações sobre o americanismo. Cf. Luiz Werneck Vianna, "O Ator e os Fatos: A Revolução Passiva e o Americanismo em Gramsci", in: *A revolução passiva: Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Revan, 1997.

A referência a esses autores não é casual, pois ao se debruçarem sobre essa temática procuravam articular a crítica de nosso passado à proposição de um projeto que mostrasse o nosso vir-a-ser. Em linhas gerais, tal projeto vislumbrava no horizonte um país autodeterminado que integrasse o conjunto de sua população à vida nacional e aos benefícios da modernidade. Conforme nos sugere Giovanni Arrighi no seu livro *A ilusão do desenvolvimento*, isto teria sido mais uma ilusão do que uma alternativa histórica concreta.

Para o momento, queremos enfatizar como o estudo da particularidade histórica brasileira realizado por esses autores comportava uma dimensão de projeto, de novas possibilidades históricas, destacando precisamente aquilo que ora é vedado pelo discurso homogeneizador decorrente das leis imperativas do mercado e de predomínio dos "fatos".

Nessa linha de raciocínio, a discussão da particularidade está associada ao resgate dos sujeitos e à valorização da política, não necessariamente uma finalidade em si, mas como contraposição à predominância do economicismo presente no discurso da globalização. Aqui um ponto em comum com o marxismo que trazemos para o debate e com o qual dialogaremos no decorrer deste trabalho. Na passagem dos anos 60 para os 70, quando despontava a corrente integrada por Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Werneck Vianna, Ivan Ribeiro entre outros, o objetivo era o de combater os equívocos de uma determinada leitura economicista que se fazia da revolução burguesa no Brasil presente na esquerda brasileira. Para esses jovens intelectuais, uma nova angulação sobre o tema deveria projetar, sob o ponto de vista das classes subalternas, o campo de ação aberto no interior dos arranjos estruturais que moldam a narrativa mais ampla da vida social. Nisso acompanhando a sugestão não apenas de alguns clássicos do marxismo como Lênin, mas também da própria teoria política.

Quanto à teoria política, ressaltamos ser este também um ponto de interesse de nossa pesquisa e de estímulo à retomada do diálogo com uma linha do marxismo brasileiro que consideramos fecunda. Num momento em que a ciência política no Brasil encontra-se sob a



forte influência de um pensamento de matriz anglo-americana marcada por um viés empiricista, a qual converte um certo argumento empírico, de fundo positivista, em única fonte legítima do conhecimento, entendemos ser importante trazer para o debate uma corrente de pensamento que procurou no seu tempo de formação se contrapor exatamente a tais formas de pensamento e argumentação. Afinal, um dos desafios permanentes das ciências sociais é descortinar as tendências progressivas e regressivas subjacentes aos movimentos imprimidos pelos atores sociais no interior de determinados arranjos estruturais. Desafio para o qual o empiricismo dominante parece não nos fornecer os melhores caminhos de interpretação.

A proposta de retomada da temática da particularidade por nossa pesquisa decorre portanto do entendimento de ser a revitalização da tradição crítica do pensamento social brasileiro um dos principais desafios colocados às ciências sociais nesse novo cenário que desponta no século XXI. Só assim poder-se-iam identificar as linhas de ação possíveis para o país e as classes sociais que o constituem diante das determinantes estruturais que aqui se consolidaram pela ação do capital ao longo da história.

Tendo em vista a abrangência da problemática apontada – e a fim de viabilizar a realização deste estudo –, procuramos identificar alguns pontos próprios à realidade brasileira na especificidade da discussão realizada por Luiz Werneck Vianna, Carlos Nelson Coutinho e Ivan Ribeiro acerca dos paradigmas *revolução passiva* e *via prussiana* como explicativos do caso brasileiro.

Sendo correta a hipótese de que a *revolução passiva* passaria a expressar o movimento geral de reprodução das relações do capital, a explicação de como ela se originou e impulsionou as transformações no interior da formação econômico-social brasileira pode nos dar pistas importantes para o entendimento de como esta se integra e se relaciona com a chamada "ordem globalizada". Nesse caso, ajudando a compreender porque as transformações

ocorridas em nossa formação social nunca implicaram em grandes rupturas com o passado e sempre comportaram a conservação de relações sociais pretéritas, arcaicas.

Sobre este ponto, vale ressaltar o fato da questão agrária vir ganhado uma nova dimensão no país nos últimos anos. A hipótese da *via prussiana*, formulada por Lênin e retomada pelos jovens intelectuais do PCB no Brasil dos anos 70, considerava justamente que o modo como a questão agrária é encaminhada num país é decisivo na passagem ao capitalismo e na relação entre as classes sociais daí resultante. O fato do principal movimento social no país na última década, o Movimento dos Sem-Terra, vir do meio agrário revela ser esta uma pendência histórica ainda não resolvida pelo capitalismo no Brasil. Sua raiz deve ser buscada precisamente por meio da reconstituição do modo como as relações sociais capitalistas difundiram-se no campo e amalgamaram-se às relações pré-capitalistas ali existentes. Tal condição posta pelo presente pode jogar nova luz sobre os estudos relativos à *via prussiana* realizados no Brasil.

Os pontos levantados acima ressaltam a vitalidade e as virtudes das abordagens empreendidas por Coutinho, Werneck Vianna e Ivan Ribeiro. Mas o avançar do tempo e as mudanças na conjuntura brasileira e mundial descortinam limites e problemas relativos àquelas formulações feitas em plena vigência do regime militar.

Um dado importante e problematizador da analogia entre o caso brasileiro e a *via prussiana*, incluindo aí a *revolução passiva*, pode ser percebido pelas relações entre Estados-Nação no mundo contemporâneo. Mais especificamente, a "via reacionária", ou "modernização conservadora"³, seguida pelo Brasil não explica porque não conseguimos alcançar os níveis de desenvolvimento obtidos por países como Alemanha e Japão, os quais seriam as primeiras referências históricas das trajetórias conservadoras. Justamente o ponto levantado por Giovanni Arrighi, baseando-se em levantamentos recentes sobre a economia

mundial, como limite da incorporação da teorias da modernização ao contexto da "zona semiperiférica"⁴. Para ele, os países que integram o lado semiperiférico, entre eles o Brasil, não teriam logrado converter sua industrialização em ascensão na hierarquia capitalista.

O que na nossa história, em alguns pontos similar a trajetória reacionária de outros, nos teria levado a permanecer numa condição de subalternidade no cenário mundial? Para tal questão fizeram alguns acenos, mas sem aprofundá-la. Ficando para o leitor de hoje nela interessado a sensação de estar diante de um elo perdido na discussão. Um dos objetivos de nossa pesquisa será mostrar que este não era o problema central para a corrente renovadora dada a ênfase por eles conferida à questão democrática.

Voltando à questão agrária, Carlos Nelson Coutinho, retomando por um outro ângulo uma antiga tese do PCB, lançou uma hipótese pertinente sobre a relação entre a via prussiana "brasileira" e a dependência ao afirmar : "(...) uma solução não prussiana da questão agrária asseguraria o quadro para o desenvolvimento de um capitalismo nacional não dependente" (Coutinho, 1980, p.72). Mas esse ponto não foi devidamente pesquisado, o que é uma lacuna significativa, pois da resposta a esta indagação depende o próprio desvendamento da particularidade brasileira. Ivan Ribeiro, aquele dentre os autores aqui abordados que mais se dedicou ao problema da questão agrária, procurou aprofundar tal hipótese, mas não teve tempo para isto, deixando apenas algumas indicações.

Num momento, como o atual, no qual a questão nacional parece ganhar força novamente, a ausência de uma análise mais detida sobre o ponto acima levantado abriu espaço para que se questionasse de forma contundente a referência aos paradigmas *via prussiana* e *revolução passiva* como guias ao desvendamento da própria especificidade buscada. Daí a importância de recolocarmos as perspectivas históricas daquele momento

³ As expressões são de Barrington Moore Jr. e foram incorporadas pelo marxismo no Brasil na passagem dos anos 60 para os 70, combinando-se com as hipóteses da via prussiana e revolução passiva. Voltaremos a nos referir a esse assunto nos capítulos subsequentes.

⁴ Cf. Giovanni Arrighi, *A Ilusão do desenvolvimento*, Petrópolis, Vozes, 1997.



visualizadas pelos autores abordados e quais as soluções buscadas para responderem aos problemas suscitados no contexto no qual se situavam, mapeando nelas elementos que possam contribuir para o debate sobre as particularidades das vias de desenvolvimento.

Mas sem nos esquecermos que uma discussão feita hoje sobre a utilização desses conceitos no Brasil não pode se furtar às indagações e inquietações atuais e o apontamento dos limites é a melhor maneira de se levar a discussão adiante. Por outro lado, a identificação do referido "elo perdido" pode significar a revitalização dessa linha teórica por um ângulo até aqui praticamente inexplorado nesse campo.

Postas as preocupações que orientam a nossa pesquisa, passemos à organização do texto. Dividimos a exposição do trabalho em 3 capítulos. No primeiro, buscaremos delinear quais eram os desafios postos para os intelectuais pecebistas da geração de Coutinho, Werneck Vianna e Ivan Ribeiro nos anos 60 e 70. Para isto, iremos retratar brevemente a situação na qual encontrar-se-á o PCB após o golpe de 1964 e as suas principais tendências teóricas no momento, voltando-nos, assim, para Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré e as próprias concepções sustentadas pelo Partido. Para melhor situar o debate na época, faremos menção a alguns dos principais influxos teóricos do período situados fora do campo pecebista, mas que anunciavam os rumos das pesquisas nos anos 70 sobre o desenvolvimento capitalista, como a influente sociologia da modernização de Barrington Moore Jr. O objetivo é reconstituir em alguns de seus traços principais os aspectos históricos e intelectuais que possibilitariam a partir de meados dos anos 60, e principalmente nos anos 70, um novo diálogo dos intelectuais brasileiros com os clássicos do marxismo e o resgate de algumas hipóteses por eles legadas e praticamente inexploradas no país até então. Caso das reflexões sobre a via prussiana e revolução passiva (esta totalmente inexplorada).

No segundo capítulo mapearemos as formulações sobre a via prussiana e revolução passiva na tradição marxista com a atenção voltada para questões de fundo que permeiam



nossa pesquisa e marcaram as interpretações sobre a particularidade brasileira feitas pela linha marxista a ser abordada, ou seja, a relação entre o particular e o universal, a ênfase nos sujeitos em oposição às leituras deterministas, a combinação entre o novo e o velho nas vias de desenvolvimento capitalista. Como iremos sugerir, mais que algo datado, tal tradição revela-se ainda uma fonte permanente de caminhos e indagações.

No terceiro e mais longo capítulo iremos acompanhar em Coutinho, Vianna e Ribeiro o processo de desvendamento da particularidade brasileira através dos paradigmas da via prussiana, revolução passiva e revolução pelo alto, procurando perceber como tais categorias são repensadas a partir das determinantes históricas e sociais da formação social brasileira. Se o foram de uma forma mais esquemática ou, pelo contrário, foram enriquecidas no confronto com a realidade desta formação social. Como argumentaremos, o problema nodal que orientou essa linha de reflexão dos autores foi a questão democrática. Procurando inserir a discussão por eles realizada no debate atual, faremos algumas problematizações a partir de apontamentos e indagações de pesquisas mais atuais sobre o tema das vias de desenvolvimento, verificando as respostas possíveis dos teóricos da via prussiana.

Vale ressaltar a delimitação que fizemos na pesquisa. O objetivo principal é analisar as obras produzidas por Coutinho, Vianna e Ribeiro, nas quais fundamentam a noção de via prussiana, no contexto do regime militar e enquanto membros do PCB. O que implica abarcar os textos produzidos até meados de 1983, antes, portanto, de saírem do Partido. Daí não ser contemplada, por exemplo, a produção que realizaram na importante revista *Presença*, cujo primeiro número sairia em novembro do mesmo ano. A referência a textos posteriores a esse período será feita quando considerarmos pertinente para esclarecer o que estiver sendo discutido.



1 DESAFIOS PARA UMA NOVA GERAÇÃO DE INTELLECTUAIS

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado.

A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos.

(Karl Marx, O 18 Brumário de Luís Bonaparte)

Não se pode afirmar com segurança se o antigo sonho ocidental de uma sociedade livre e racional continuará a ser sempre uma quimera. Mas, se os homens do futuro quiserem chegar a quebrar as cadeias do presente, terão de compreender as forças que as forjaram.

(Barrington Moore Jr., As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia)



Década de 70 no Brasil. Para a corrente que posteriormente seria denominada por Raimundo Santos como “renovadora” era o momento de amadurecer uma nova orientação intelectual no interior do PCB, embrionária nos anos 60, e que buscava tanto renovar a interpretação sobre o país como elaborar uma ação política conseqüente para o Partido diante da dura repressão exercida pelo regime militar. Quem defendia tal tendência?

Alguns desses renovadores tinham larga tradição no PCB, como Armênio Guedes; a maioria, porém, provinha da militância mais recente da passagem dos anos 50 para a década de 60, como Ivan Ribeiro, Luiz Werneck Vianna, Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Aloisio Teixeira, Leo Lince, Maria Lúcia T. Vianna, Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira, Mauro Malin, Nemésio Sales, Milton Freitas, e muitos outros jovens intelectuais de vários estados. Seu itinerário comum nesta experiência renovadora foi o de se empenharem no que, com o tempo, eles mesmos foram chamando de “batalha das idéias”. Tipo de intervenção que expressaria bem o papel que vão cumprir como elementos responsáveis pelas controvérsias que forçariam o PCB a repensar a sua política, hoje constituindo esses debates verdadeiros antecedentes da atual discussão pós-comunista. (Santos, 1994, p.38)

Para quem militara no PCB nos anos 50 e 60, produzir durante os anos 70 significava produzir sob o signo da desilusão, principalmente até os anos de 75 e 76, quando só então, iniciado o rompimento do pacto entre as classes dominantes, o regime daria sinais de que começava a ceder e as esperanças seriam retomadas pouco a pouco.

Desilusão porque essa geração participara, no período anterior ao golpe militar de 64, do momento em que se delineava, juntamente com as profundas transformações na formação econômico-social brasileira, a possibilidade de construção de uma hegemonia centrada nos

⁵ No seu livro *O Pecebismo Inconcluso* (1994), Raimundo Santos designa como corrente renovadora aquela ligada à “longa trajetória da elaboração de um pensamento no interior desse partido (PCB) que rompe com a idéia da revolução de curto prazo, para trazer ao centro de sua estratégia a democratização progressiva da sociedade como alternativa possível à modernização conservadora e excludente” (Santos, 1994, p.13), cujas origens estariam no período compreendido entre os anos de 1954 e 1957, momento de preparação da política expressa na Declaração de Março de 1958 do Partido Comunista Brasileiro, e que ganharia novo fôlego com uma nova geração de intelectuais formados no Partido entre as décadas de 60 e 70.



movimentos organizados das classes subalternas no Brasil, tendo o movimento operário e o PCB como atores decisivos nesse processo. Possibilidade que sofrera um sério impacto com a reação conservadora expressa na instauração da ditadura militar em abril de 64, ficando mais distante ainda em fins de 68, ano de auge e refluxo dos movimentos de massa de contestação à ditadura, assim como de aprofundamento da repressão por parte do regime militar e consolidação do mesmo. O que vinha expresso no Ato Institucional número 5 (AI-5). Tal fato, que perduraria até 1973, insinuar-se-ia mais ainda com o período do "milagre brasileiro", no qual o consenso entre as classes dominantes em torno do regime viveria seu auge.

Some-se a isso a derrota da estratégia da esquerda armada de confrontação direta ao regime, iniciada em torno do ano de 1968 por grupos, muitos deles dissidentes do PCB, como a Ação Libertadora Nacional (ALN), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), entre outros. Cerca de 5 anos depois, esses movimentos já estariam derrotados e controlados pelo regime militar.

No contexto latino-americano um acontecimento histórico também contribuiria para reforçar o sentimento de desilusão: a brusca interrupção em 1973, também pela ação de Forças Armadas e numa ação conjunta com os EUA, da via chilena para o socialismo iniciada pelo governo do Partido Socialista Chileno sob a liderança de Salvador Allende. Expressando com exemplaridade as novas tendências socialistas do período, O PSC buscava, segundo as palavras deste líder histórico, "institucionalizar a via política para o socialismo (...), a nossa via revolucionária, a via pluralista, antecipada pelos clássicos do marxismo, porém nunca concretizada antes" (In: Löwy, 1999, p.388, 387), meio necessário para superação do atraso e para "erigir uma nova estrutura socioeconômica capaz de prover a prosperidade coletiva" (In: Löwy, 1999, p.388).

Eram portanto os impasses, equívocos e frustrações no campo da esquerda na década de 60 que se projetavam sobre a intelectualidade marxista dos anos 70. O PCB passa a



encontrar-se a partir dali numa situação delicada, cujo resultado principal será a progressiva perda da hegemonia que exercia na esquerda e nos movimentos operário e popular até 64.

Essa condição na qual encontrava-se o Partido e seus intelectuais, levados por força das circunstâncias a um distanciamento dos movimentos operário e popular, juntamente com as mudanças na base material da sociedade brasileira, serviriam como fermento para a tentativa de renovação teórica por parte dos marxistas brasileiros, como veremos pela análise dos textos de alguns representantes da corrente renovadora, como Carlos Nelson Coutinho, Luiz Werneck Vianna e Ivan Ribeiro.

No âmbito nacional essa renovação já havia sido sinalizada na emblemática *Declaração de Março de 1958* e na política cultural desenvolvida pelo PCB nos anos 60. No plano internacional, ela se iniciara após o polêmico XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), em 1956; a partir daí a ortodoxia stalinista passaria a ser cada vez mais contestada. Momento também em que o nome de Lukács ressurgiu na esquerda européia, embora como um "dissidente reformista" ⁶, e o italiano Palmiro Togliatti está desenvolvendo para o Partido Comunista Italiano uma prática e teoria políticas, com base numa certa leitura de Gramsci, que se desdobrará futuramente na corrente eurocomunista. Sua elaboração principal seria a do caminho italiano para o socialismo, "um caminho que prevê um desenvolvimento no terreno democrático" (Togliatti, 1980, p.154), visão também assumida pelo Partido Socialista Chileno, conforme vimos nas palavras de Allende. Tais tendências irão exercer significativa influência na trajetória dos jovens intelectuais da corrente renovadora do PCB.

Aquela linha designada por Perry Anderson como "marxismo ocidental"⁷ irá ser incorporada pelo marxismo no Brasil a partir dos anos 60 principalmente, com destaque para Lukács e Gramsci, servindo inclusive para intermediar uma releitura das obras de Marx e

⁶ Cf. Celso Frederico, "A presença de Lukács na política cultural do PCB e na Universidade". In: *História do Marxismo no Brasil*, João Quartim de Moraes (org.). Campinas: Unicamp, 1995, v.2.



Lênin e que se distinguísse da leitura stalinista. Para melhor entendermos como está situada a corrente representada por Coutinho e Werneck Vianna na trajetória do marxismo no Brasil, faremos uma digressão aos debates dos anos 60 sobre a via brasileira ao capitalismo, tomando por referência dois autores fundamentais para o tema e que expressavam visões divergentes no PCB e no campo do marxismo: Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Júnior.

1.1- *Os Impasses e Perspectivas do PCB entre 1964 e 1968 (Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré)*

No contexto do pré-64 de aprofundamento da revolução burguesa no Brasil desenhara-se uma situação na formação social brasileira na qual um partido identificado com uma perspectiva socialista, o PCB, surgia como possível organização articuladora das várias tendências nacionalistas de esquerda na condução da “Revolução Brasileira”. Ou, como já assinalamos anteriormente, delineava-se a possibilidade de construção de uma hegemonia a partir de grupos organizados das classes subalternas em torno de um projeto nacional-democrático, o que poderia mudar o sentido orientador das transformações econômico-sociais em curso.

Com o golpe militar de 64, as classes dominante do país, oligarquias e conjunto da burguesia, mostraram-se frontalmente contra essa possibilidade delineada no horizonte histórico do país e optaram pela radicalização da forma conservadora de transformação capitalista. Frente a isso, as esquerdas e o PCB encontram-se, a partir de 64, diante de um novo cenário. Perplexos perante a brusca interrupção da ascensão da esquerda nacionalista ao poder, os diversos partidos e frentes de esquerda voltam-se então para a compreensão dos erros e estratégias do projeto nacional-democrático; daí a importância dos livros de Caio Prado e Nelson Werneck Sodré produzidos neste período.

⁷ Cf. Perry Anderson, *Considerações sobre o Marxismo Ocidental*. São Paulo: Brasiliense, 1989.



O PCB, em que pese a repressão sofrida, recuara após o golpe para preservar-se, encontrando-se cada vez mais pressionado pela complexa situação política, econômica e social que se configura nesse período compreendido entre os anos de 64 e 68. Com a tomada do poder pelos militares abriu-se o espaço para questionar-se com mais intensidade as proposições estratégicas e, fundamentalmente, a leitura da formação histórica e social brasileira feita pelo PCB. Questionamento que viria tanto de intelectuais ligados ao próprio Partido quanto daqueles que atuavam nas Universidades, como seria o caso da sociologia uspiana, que trazia os nomes de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni. Vale lembrar que este Partido entrara nos anos 60 como a principal força marxista, sendo o partido de esquerda mais influente na organização dos movimentos operário-populares. Além disso, suas concepções sobre a “Revolução Brasileira” situavam-se no centro das discussões do meio intelectual, concordassem ou não com elas, conferindo-lhe uma importância também no plano cultural. É precisamente nessa conjuntura que se inserem as análises e projeções de Caio Prado Júnior e de Nelson Werneck Sodré, pois livros como *A Revolução Brasileira* (1966) e *História da Burguesia Brasileira* (1964) (além de um importante *post-scriptum* que escrevera em 67 para a reedição de seu livro *Introdução à Revolução Brasileira* (1958), analisando os impasses da esquerda naquele momento), respectivamente, buscavam responder às questões suscitadas por essa complexa situação.

O projeto que o PCB trazia para a arena política brasileira estava claramente formulado na *Declaração de Março de 58*:

A revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática. A solução completa dos problemas que ela apresenta deve levar à inteira libertação econômica e política da dependência para com o imperialismo norte-americano; à transformação radical da estrutura agrária, com a liquidação do monopólio da terra e das relações pré-capitalistas de trabalho; ao desenvolvimento independente e progressista da economia nacional e à democratização radical da



vida política. Estas transformações removerão as causas profundas do atraso do nosso povo e criarão, com um poder das forças antiimperialistas e antifeudais sob a direção do proletariado, as condições para a transição ao socialismo, objetivo não imediato, mas final, da classe operária brasileira. (*PCB: Vinte Anos de Política (1958-1979)*, 1980)

Nesse projeto podemos distinguir dois pontos essenciais para nossa discussão, ou seja, a análise da realidade do país e a estratégia política delineada. A primeira passará a ser duramente contestada; em contrapartida, a segunda será valorizada, principalmente pela corrente de Armênio Guedes.

Essa proposta era feita com base numa leitura que percebia o Brasil cindido pelo impasse entre atraso e moderno, entre a herança feudal persistente nas relações agrárias e o avanço do desenvolvimento capitalista nos grandes centros urbanos.

Nos quadros dessa estrutura atrasada, foi-se processando um desenvolvimento capitalista nacional, que constitui o elemento progressista por excelência da economia brasileira. Este desenvolvimento inelutável do capitalismo consiste no incremento das forças produtivas e na expansão, na base material da sociedade, de novas relações de produção, mais avançadas. (*PCB: Vinte anos de Política (1958-1979)*, 1980, p.4)

O novo trazia consigo a constituição de um cenário cujos atores principais seriam a burguesia e o proletariado e as contradições decorrentes da relação capital - trabalho. No entanto, essa não seria a principal contradição do momento, mas sim aquela "entre a nação brasileira e o imperialismo norte-americano", o qual impediria o desenvolvimento autodeterminado e democrático do país. Isso era feito por meio da articulação com os latifundiários oriundos do arcaico e setores reacionários da burguesia brasileira. Daí a necessidade de se combater em primeiro lugar a aliança entre o imperialismo e seus "agentes internos" pela formação de uma frente que incluísse a burguesia nacional, aquela que se opunha ao imperialismo.



Essa visão, que no essencial permaneceria na década seguinte, sendo contemplada no VI Congresso do PCB (1967), era marcada por uma crença nas possibilidades positivas da revolução burguesa para a classe operária e demais forças progressistas do país. Dependendo de como fosse encaminhada e da atuação da burguesia, a "Revolução Brasileira" levaria a um rompimento com o passado e sua herança negativa, como o monopólio da terra e a subordinação ao imperialismo, superando portanto a condição de atraso. Esse ponto é fundamental para o nosso tema, pois a intelectualidade marxista dos anos 70 não compartilhará desta crença. Para muitos dos críticos do PCB, como Florestan Fernandes expressará muito bem, não se deveria mais esperar por uma revolução nacional-democrática levada a cabo por uma aliança com a burguesia nacional.

Essa esperança equívoca seria decorrente de uma interpretação errônea da formação social brasileira e de sua especificidade. Para aqueles que irão se inspirar em Gramsci, o PCB produzia uma visão predominantemente "oriental" do Brasil, ou seja, marcada pela existência de relações feudais, perceptível no modo como caracterizava o mundo agrário no país, e com uma sociedade civil pouco desenvolvida. Por outro lado, a proposta de uma "democratização radical da vida política" será retomada e aprofundada no contexto repressivo dos anos 70, precisamente por ser a estratégia mais adequada ao novo perfil "ocidental" do país, intensificado com a política de expansão das forças produtivas capitalistas induzidas pelo regime e o desenvolvimento da sociedade civil.

A tentativa de resposta a estas pendências no campo teórico e prático são esboçadas no período de 1964 a 1968, momento de balanço sobre as virtudes e limites da estratégia e fundamentação do projeto nacional-democrático do PCB. Dois pontos da discussão foram centrais, abrindo o campo de indagações para os anos seguintes: a relação do mundo agrário com a construção do capitalismo e o papel da burguesia na história brasileira.



Sobre o primeiro ponto, Nelson Werneck Sodré, no livro *Formação Histórica do Brasil* (1962), foi um dos primeiros a intuir o paralelo entre a via prussiana e a brasileira, ao constatar a preservação das relações pré-capitalistas no campo. Nisso se antecipando em mais de uma década ao ensaio de Carlos Nelson Coutinho ⁸:

(...) as contradições entre as forças produtivas e as relações de produção chegaram a um ponto crucial. Elas nos fornecem a caracterização do Brasil, segundo um estudioso, de um desenvolvimento a moda prussiana, sob a ação e a influência do imperialismo. Avança sem dúvida a penetração capitalista, mas os restos feudais vão sendo conservados e o monopólio da terra zelosamente defendido. (Sodré, 1962, p.)

No essencial, essa visão conflui com aquela apresentada pelo PCB em seus documentos ⁹. Como argumentaremos posteriormente, a retomada dessa questão por Leandro Konder, Coutinho e Werneck Vianna tenderá à descontinuidade com os pressupostos principais da abordagem de Sodré, principalmente ao tentarem reforçar a imagem do Brasil como uma formação econômico-social predominantemente ocidental, nisto se aproximando de Caio Prado Júnior ¹⁰. Tanto os documentos do PCB como essa passagem de Sodré seguem à risca, no que se refere ao mudo agrário, a hipótese de Lênin segundo a qual a via prussiana torna o desenvolvimento do capitalismo e das forças produtivas na agricultura mais lento ¹¹.

⁸ Refiro-me aqui ao ensaio de Coutinho "O Significado de Lima Barreto na Literatura Brasileira", no qual ele faz a analogia entre a trajetória brasileira ao capitalismo e a via prussiana.

⁹ A esse respeito, Quartim de Moraes fornece um dado histórico importante para se fazer a "arqueologia" do paradigma via prussiana no pensamento brasileiro: "Na verdade, o tema já havia sido bastante discutido, pelo menos desde 1960, durante os debates preparatórios do V Congresso do PCB, por intelectuais e dirigentes como Alberto Passos Guimarães e João Amazonas". (In: Moraes, 2000, p. 207).

¹⁰ Sobre a relação da corrente renovadora com Sodré, o depoimento de Leandro Konder mostra o distanciamento daquela em relação a este: "**Maria O. Pinassi**: Consta que o Werneck Sodré foi um dos primeiros comunistas brasileiros a entrar em contato com a obra de Lukács. **L. Konder**: Em 1960, numa edição revista de sua *História da Literatura Brasileira*, ele se refere a Lukács como mestre. Mas o Werneck Sodré, embora o respeitássemos muito, não tinha grande influência sobre nós." (Pinassi & Lessa, 2002, p.164).

¹¹ Na Resolução Política do PCB de 1967 está a seguinte análise: "O sistema latifundiário é outro entrave fundamental à expansão das forças produtivas do país. Pelo censo de 1960, o número de estabelecimentos agrícolas de 500 hectares e mais, correspondendo a 2,2% do número total dos estabelecimentos, ocupa 58% da área total e apenas 18,5% da área cultivada. A compra de grandes glebas por norte-americanos reforça o sistema latifundiário. (...) A força e o papel do latifúndio não obscurece o peso crescente da penetração do capitalismo na



Nessa abordagem que eles vinham desenvolvendo, prevalecia a idéia do obstáculo à vigência das relações capitalistas.

A argumentação de Caio Prado Júnior sobre o tema agrário ia num outro sentido:

(...) as sobrevivências pré-capitalistas nas relações de trabalho da agropecuária brasileira, longe de gerarem obstáculos e contradições opostas ao desenvolvimento capitalista, têm pelo contrário contribuído para ele. O 'negócio' da agricultura - e é nessa base que se estrutura a maior e principal parte da economia rural brasileira - não se mantém muitas vezes senão graças precisamente aos baixos padrões de vida dos trabalhadores, e pois ao reduzido custo da mão-de-obra que emprega. (Prado Júnior, 1966, p.97-98).

Essa visão decorria do fato de que a formação social brasileira passava a ser analisada a partir da circunstância fundamental de nela já existirem as premissas das relações capitalistas desde o início de sua condição colonial, o que terá implicações decisivas na visão que Caio Prado tinha do papel da burguesia na história do país. Tal perspectiva desautorizava a atribuição antifeudal ao caráter da "Revolução Brasileira", posto que nunca houve feudalismo no país e, evidentemente, não havia restos feudais a serem removidos. Isso mudava toda a visão das relações sociais predominantes nas regiões agrárias, que desde o período colonial constituíram-se, segundo Caio Prado, como grandes unidades produtivas voltadas para o mercado externo e baseadas na mão-de-obra escrava. Com a abolição da escravidão o capitalismo passava a existir de forma mais completa nestas regiões, pois passava-se ao predomínio da mão-de-obra assalariada. Salientamos aqui como essa interpretação já antecipa a visão "ocidental" do país defendida pela corrente de Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho e Werneck Vianna.

O arcaico ("as sobrevivências pré-capitalistas") é visto num movimento de conciliação com as tendências capitalistas, passando a imagem de que o trânsito da formação econômico-

agricultura, particularmente no Estado de São Paulo. (...) Essas transformações capitalistas não conseguiram, porém, romper a crosta das relações pré-capitalistas de produção na maior área rural do país." (p.161-162)

social brasileira para o capitalismo realizara-se sem grandes rupturas revolucionárias¹². Os desdobramentos dos argumentos de Caio Prado são importantes para entendermos a nova perspectiva a ser assumida pelo marxismo em relação a revolução burguesa no Brasil.

Caio Prado analisava a burguesia brasileira a partir da situação de dependência e subordinação estrutural da economia brasileira em relação à economia internacional originada nos primórdios da formação do país e perpetuada no período imperialista do capitalismo, situando esta classe numa posição associada ao capital externo, tendo recebido dele inclusive um impulso decisivo para a ampliação de suas perspectivas de acumulação¹³.

Dessa forma, ele rejeitava por completo a idéia de uma cisão no interior da burguesia brasileira, pois a forma como ocorreu a “integração do sistema capitalista brasileiro, (...), forma no essencial e fundamental uma classe homogênea e coesa que não se acha cindida internamente por contradições e oposições irreduzíveis. Isso se aplica inclusive, (...), às relações entre os setores agrário e industrial”. (Caio Prado, 1966, p.180). Por esse enfoque, Caio Prado colocava em xeque toda a fundamentação do projeto nacional-democrático do PCB¹⁴.

¹² Essa visão de Caio Prado tem a seguinte explicação por parte J.Q. Moraes (crítico não identificado com essa perspectiva): “As mudanças nas relações de produção da sociedade brasileira desaparecem, portanto, em face da perpetuidade do capitalismo “desde seus primórdios”. Daí a compreensão da evolução social do Brasil em termos de continuidade histórica, as mudanças (abolição da escravidão, industrialização) sendo tratadas como meras sobreposições à realidade originária de uma economia colonial articulada em torno do latifúndio exportador” (In: Moraes, 1995, p.78)

¹³ “(...) o imperialismo podemos dizer que inicia a ainda acanhada e tímida burguesia brasileira de vinte anos passados, na grande vida de negócios do mundo contemporâneo. Nessas condições, a penetração capitalista não podia deixar de ter no seio da burguesia e, sobretudo naqueles seus setores mais dinâmicos e voltados para o progresso e aperfeiçoamento de suas atividades, a melhor das acolhidas”. (Prado Júnior, 1966, p.185-186).

¹⁴ Estas críticas às teses do PCB feitas por Caio Prado vieram num instante decisivo dentro deste intervalo de tempo compreendido entre os anos de 64 e 68, pois vinham à luz às vésperas do desencadeamento definitivo da luta armada. Promovida, inclusive, por grupos dissidentes do PCB. Em 1966 tanto pela esfera econômica (marcada pela recessão), como pela esfera política (Ditadura) configurava-se um contexto pouco favorável ao desenlace da “Revolução Brasileira”. Isso levava a uma descrença completa, por parte de muitos integrantes do PCB, no potencial revolucionário da burguesia. Mesmo não primando pela proposição de estratégias para o momento e apresentando uma linha defensiva de ação para o Partido e as esquerdas, o livro de Caio Prado veio ao encontro da insatisfação, proveniente da esquerda do PCB, com o programa de alianças envolvendo a “burguesia nacional”. Ressalte-se, no entanto, que a atitude por parte de várias organizações na imersão na luta armada (ALN e PCBR) a partir de 68 revela que: se houve uma apropriação das críticas de Caio Prado ao PCB, não o foi em sentido completo, sendo que aquelas utilizadas (como a refutação da concepção da existência de uma “burguesia nacional”) não o foram no sentido por ele apontado. Principalmente com relação às implicações da ênfase no caráter associado e subordinado da burguesia brasileira ao capital externo. (Moraes, 1995).

A sua crítica incidia sobre as formulações apriorísticas presente na teoria da revolução do PCB. Segundo Caio Prado, o entendimento de que no Brasil ainda se vivia um período de transição do feudalismo para o capitalismo expressava a transposição imediata, sem quaisquer mediações, de conceitos que apreendiam relações existentes no passado europeu para a realidade brasileira ¹⁵. Enquadrava-se a evolução histórica do Brasil num esquema preestabelecido e de inspiração stalinista, qual seja: feudalismo, capitalismo e, posteriormente, socialismo. Da não percepção da especificidade brasileira decorreria um erro de avaliação da atitude da burguesia em relação ao país.

Particularidade que, vale ressaltar, também vinha sendo perseguida por Sodré em sua obra, pois mesmo considerando a existência no país de relações sociais próprias ao passado europeu, não aderiu a um simples transplante da história européias para a história da sociedade brasileira, colocando em seqüência cronológica o feudalismo e o capitalismo. Na híbrida formação social brasileira estas duas formações, originadas das rupturas no interior do escravismo, coexistiriam ainda num mesmo momento histórico.

Nesse ponto, Sodré expressa muito claramente os limites do marxismo de sua geração, os quais autores como ele e Caio Prado buscavam superar, embora com extrema dificuldade, pois faziam parte de um momento no qual não havia uma tradição de pensamento marxista sobre o país firmemente consolidada, cabendo a eles essa tarefa.

No caso de Werneck Sodré, parece-nos que uma das principais dificuldades por ele enfrentada no delineamento da especificidade da via capitalista no país, seria a forma de expressar conceitualmente traços próprios da realidade brasileira, dificultando a exposição do caráter distinto dessa via em relação à via seguida, por exemplo, em países europeus. O livro *História da Burguesia Brasileira* (1964) é extremamente elucidativo a esse respeito:

¹⁵ É importante ressaltar que em livros anteriores, como *Evolução Política do Brasil* (1933) e *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), Caio Prado Júnior já apontava nessa direção.



Muitas são, realmente, as dificuldades que se apresentam, no estudo da burguesia brasileira. A primeira delas está ligada aos próprios conceitos. Os conceitos são historicamente condicionados, isto é, eles têm também a sua história. Surgidos em fase anterior, em área diversa, mostram-se, em muitos casos, inadequados quando muda a área ou flui o tempo sobre a época que surgiram. Mas, enquanto não aparecem conceitos novos, relativos ao mesmo fenômeno, é mister utilizar os antigos, suportes indispensáveis ao entendimento entre os homens. Nesse uso, entretanto, cabe o cuidado de distinguir as diferenças entre a fase que gerou o conceito e aquela em que é utilizado, entre a área em que surgiu como generalização teórica e a fase apreciada. Trata-se, no fim de contas, de passar do universal ao particular, e do particular ao universal, entendendo a íntima ligação entre um e outro e seu caráter dialético. (Sodré, 1976, p.1)

Temos expressa nessa passagem uma das principais questões teóricas para o marxismo no Brasil e que se recolocaria na década seguinte, pois da sua solução dependia a projeção da ação mais correta. No entanto, a visão sobre o país de Sodré não seria incorporada pelos intelectuais marxistas que repensariam o Brasil nos anos 70. A sua interpretação passava uma imagem do país como uma formação capitalista incompleta, pois a revolução burguesa ainda não havia sido levada às últimas conseqüências. Mas isso não se deveria a questões puramente teóricas, mas também políticas, pois a obra de Sodré estava associada principalmente ao período pré-64 com suas esperanças em relação aos caminhos da "Revolução Brasileira", expressando uma alternativa que fora derrotada e desconstruída pela ação das classes dominantes na vigência do regime militar.

Da obra de Sodré será preservada e a aprofundada a linha estratégica que ele desenvolve no seu *post-scriptum* a edição de 1967 do livro *Introdução a Revolução Brasileira* para o enfrentamento do regime militar. Esta consistiria na formação de uma frente democrática que recusava a idéia de um "assalto" ao Estado¹⁶ o que já vinha sendo colocado

¹⁶ A sua concepção a esse respeito está bem sintetizada no trecho que segue: "A ditadura conseguiu esse milagre político: ajudar as condições para a formação de frente democrática, cuja existência é fato indiscutível, não tendo surgido de ações combinadas e menos ainda conspirativas de pessoas ou de grupos. É nesse quadro que se coloca a necessidade de tirar proveito da lição fundamental em que se constituiu o golpe de 1964; e a necessidade fundamental está na recusa ao esquerdismo, no esforço para dar forma organizada à ampla frente que a realidade



desde a Declaração de Março de 58 e seria desenvolvido para as novas circunstâncias durante o VI Congresso do PCB (1967). É importante reter esse ponto, pois a leitura sobre o Brasil feita por Coutinho e Werneck Vianna nos anos 70 vai procurar dar fundamentos para a sofisticação dessa linha, colocando-a em compasso com uma visão "ocidental" do país e não mais "oriental".

Em suma, teríamos na conjuntura dos anos 64 a 68 algo como uma crise de hegemonia na esquerda, em que o PCB encontrava-se em dificuldades para sustentar sua posição nesse espectro político ¹⁷. São suscitados ali temas relativos aos pressupostos teóricos e a linha estratégica do projeto pecebista, o qual encontrava-se em xeque. Sem dúvida um dos motivos principais para o enorme impacto causado pelo livro de Caio Prado Júnior *A Revolução Brasileira*. No campo marxista, como procuramos demonstrar, tínhamos expressa duas tendências básicas: uma que procurava aprofundar e desenvolver a linha hegemônica no PCB, presente em Sodré, e outra que a confrontava diretamente, como em Caio Prado. A corrente renovadora nos anos 70, como veremos, expressará a tentativa de superar este impasse, procurando aprofundar tanto a linha de atuação política dos primeiros, quanto as implicações dos argumentos de Caio Prado sobre a formação social brasileira, ambas colocadas sob o ângulo de novas hipóteses explicativas do caso brasileiro.

Provavelmente ensaiava-se ali entre os anos de 1964 e 1968 o ocaso do PCB como principal partido de esquerda e portador de um projeto alternativo para a sociedade brasileira. Fato que deve ser entendido não apenas pela análise das circunstâncias internas ao Partido ou

gerou e não é propriedade de ninguém. O objetivo imediato e fundamental, (...), está na redemocratização". (Sodré, 1976, p.256).

¹⁷ Um fato importante do período é o processo de diversificação da esquerda nos anos 60, como o atestam a formação do PC do B (dissidência do PCB) em 61; do POR (T), trotskista, em 53; da POLOP em 61, com inspiração em Trotsky e Rosa Luxemburgo; e da AP (católica) em 62. Nesse momento o marxismo também estaria sendo incorporado e desenvolvido em oposição à tradição do PCB em Universidades de inegável influência, como a USP, na qual serão realizados estudos sobre *O Capital*, de Marx. Diversificação essa que irá somar-se às constantes dissidências internas no interior do PCB após 64, tendo como um de seus desdobramentos a formação de vários grupos e partidos de esquerda com disposição para a luta armada—como a ALN e o PCBR. Esses fatos são reveladores das dificuldades que o PCB encontra, de forma cada vez mais



à esquerda em geral, posto que o Estado e as classes dominantes, com auxílio externo, deram uma importante "contribuição" para que isso ocorresse por meio de uma ação fortemente repressora. Havendo o mínimo de verdade nesta hipótese, podemos dizer que a atividade prática e teórica nos anos 60 e 70 dos intelectuais ligados à corrente renovadora por nós abordada representou historicamente uma luta contra a tendência ao ocaso.

Mesmo por caminhos diferentes, estes dois autores apontavam para a seguinte indagação: o que na conjuntura dos anos 60, em especial aquela suscitada pelo golpe militar, revelar-se-ia como um traço estrutural da formação social brasileira? Essa ainda não seria a questão central, pois até dezembro de 1968, quando da promulgação do AI-5, ainda não estava claro se o regime vinha para ficar ou não. Daí a discussão estar mais voltada para os erros estratégicos e teóricos do projeto nacional-democrático, ou projetos, formulados no campo da esquerda.

As indicações de Caio Prado Júnior e de Werneck Sodré, quando este retoma Lênin, de que os setores agrário e industrial no Brasil não necessariamente estariam em contradição sinalizava para um novo entendimento de como seriam as relações entre as antigas e novas classes dominantes na promoção das mudanças políticas e sociais no país. Embora, por ângulos diferentes, os dois apontassem para a impossibilidade do desenvolvimento autônomo com a preservação de estruturas herdadas ainda do período colonial¹⁸. Subjacente às questões levantadas por estes autores percebemos um ponto fundamental para reconstituirmos a trajetória do marxismo brasileiro nos anos 70 : anunciava-se o desencanto com o ideal de que a revolução burguesa promoveria um rompimento com o nosso passado.

acentuada após o golpe, em congregar as várias tendências de oposição em torno de uma identidade, leitura do processo histórico e estratégia comuns.

¹⁸ É o que diz Caio Prado em relação à permanência da estrutura colonial: "No curso contudo desse processo de transformação [no sentido da industrialização], esta esbarra no obstáculo dos remanescentes do velho sistema colonial que lhe embaraçam o prosseguimento e limitam as perspectivas. Resulta aquele obstáculo,

1.2- Barrington Moore Jr. e o enigma das vias de desenvolvimento no século XX

Durante a presidência do general Costa e Silva, em dezembro de 1968 promulga-se o Ato Institucional nº 5, sem data para expirar, levando ao fortalecimento da repressão aos movimentos de esquerda e a ao fechamento do Congresso Nacional. O regime mostrava que viera para ficar. Também se evidenciava o comprometimento da burguesia brasileira e demais classes dominantes com o conservadorismo como solução para os impasses na sociedade brasileira e o aprofundamento "pelo alto" das transformações necessárias a consolidação de uma ordem burguesa associada ao capital internacional. O fato levaria alguns grupos da esquerda a optar pela guerrilha como meio de reverter essa tendência.

Por outro lado, a política econômica do regime militar, sob o comando de Delfim Neto, começava a dar resultados, levando a uma queda da inflação a partir do ano de 1967 e a um novo ciclo de crescimento econômico, sendo que durante seis anos, a partir de 1968, "a expansão econômica teve uma taxa média altíssima de 10,9%" (Skidmore, 1998). Tal crescimento se baseava no capital industrial.

Nesse novo cenário, começava a cair por terra a hipótese amplamente difundida nos anos 60 de que o país encontrava-se estagnado¹⁹, o que tenderia a permanecer com o regime militar. Apesar do autoritarismo, a ordem do capital se firmava e expandia. No pensamento social e político se firmava portanto a tendência

cristalizada à volta da obra *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, publicada em 1970 por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. Em primeiro lugar, porque defendia, contra o pessimismo dominante - em linha com o *ensaio Mais além da estagnação*, publicado numa outra clave por M.C. Tavares e José Serra, em 1970 - que um desenvolvimento dependente e

fundamentalmente, acabamos de observá-lo, do acanhado mercado consumidor interno e sua defeituosa estrutura — herança ainda, em última instância, daquele passado colonial (...)." (Prado Jr., 1989, p.124).

¹⁹ Os livros de Celso Furtado, como *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, publicado em 1966, exerceram uma grande influência nos grupos de luta armada, pois acentuavam a tendência à estagnação das economias latino-americanas, em especial a do Brasil, reforçando as impressões catastrofistas com relação ao desenvolvimento econômico do país sob a ditadura.

associado às metrópoles não tendia necessariamente à estagnação e que era perfeitamente viável do ponto de vista capitalista, independente do fato de que envolvesse pesadas contradições sociais e um controle da economia nacional (Fiori, 1999, p.33).

Um dos fios condutores desta discussão era a tentativa de oferecer um contraponto às explicações dualistas difundidas não apenas no Brasil, mas em todo o contexto latino-americano, e que baseavam suas explicações sobre o subdesenvolvimento e a dependência na identificação de uma oposição, e não combinação, entre o tradicional e o moderno nas formações econômico-sociais latino-americanas. Entre uma herança feudal e as novas relações capitalistas, sendo este um dos motivos da permanência do atraso. Além dos ensaios de Cardoso e Faletto e Tavares e Serra, o texto *Crítica à Razão Dualista* (1972) de Francisco de Oliveira foi de importância seminal para o debate da época, pois mostrava, a partir de estudos sobre o desenvolvimento capitalista no país a partir da década de 30, como o processo de acumulação de capital no país beneficiava-se de relações arcaicas em nossa formação social, relações estas que proporcionavam uma mão-de-obra de baixíssimo custo ao capital e a possibilidade de uma alta taxa de mais-valia.

A crítica à esta visão dualista já havia sido antecipada por André Gunder Frank nos anos 60, um dos principais expoentes da vertente marxista da teoria da dependência. Retomando a hipótese de Trotsky sobre o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, Frank entendia que a condição de atraso da América-Latina era produzida, em última instância, pela forma dependente como esta encontrava-se integrada ao sistema capitalista em nível mundial e ao imperialismo. A sua participação no capitalismo impossibilitava inclusive a reprodução de relações feudais em sua estrutura agrária ²⁰. Uma

²⁰ Na crítica às posições dualistas, Argumenta Frank: "But the same interpretation of a dual society has crept into Marxist analysis of the underdeveloped world as well, often in the form of the supposition of the conservation of feudalism in one part and the introduction of capitalism into another part—each part or sector's organisation being independently determined within itself and having its own separate dynamic—of society in these underdeveloped countries. (...) It is imperialist capitalism's essential internal contradiction between exploiting and exploited countries, to recall Pierre Jalée's words again, which has been and still remains the source and



das implicações principais dos argumentos de Frank e dos representantes da vertente marxista da Teoria da Dependência, como Theotonio dos Santos e Rui Mauro Marini, era o questionamento radical da possibilidade de reprodução de uma revolução democrático-burguesa e antifeudal no contexto latino-americano, vislumbrando no socialismo a única saída diante do "desenvolvimento do subdesenvolvimento" (Frank, 1969).

Apesar da visão de Gunder Frank também servir como contraponto às teses sobre o Brasil apresentadas pelo PCB, o contexto do regime militar no Brasil e o desenvolvimento econômico que este vinha obtendo levariam os intelectuais da corrente renovadora a aproximarem-se e serem influenciados, além do marxismo evidentemente, pelo campo de indagações e explicações das teorias da modernização, especialmente as de Barrington Moore Jr., um dos principais representantes desta vertente naquele momento ao lado de Alexander Gershenkron. O diagnóstico de Moore (1967) sobre as várias tendências de modernização verificadas no capitalismo do século XX é expressivo das preocupações que marcaram a geração dos jovens intelectuais do PCB:

Houve uma época, num passado ainda recente, em que muitos pensadores inteligentes acreditavam que existia apenas uma estrada principal que conduzia ao mundo da sociedade industrial moderna, a estrada que levava ao capitalismo e à democracia política. A experiência dos últimos cinquenta anos fez explodir essa noção, embora ainda permaneçam fortes traços de uma concepção unilinear, não só na teoria marxista, mas também em alguns autores ocidentais que se ocupam do desenvolvimento econômico. A democracia ocidental é apenas um dos caminhos, tendo resultado de circunstâncias históricas específicas. (...) se tomarmos a sétima década do século XX como ponto de observação, continuando a compreender que, tal como todos os pontos de observação histórica, é arbitrariamente imposto, emerge a verdade parcial de que a modernização não-democrática, e mesmo antidemocrática, também funciona. (Moore Jr., 1983, p.161)

cause of the simultaneously and dialectically related development of economic development and underdevelopment." (Frank, 1969, p.223-224)



Este o enigma que Barrington Moore procurava decifrar no erudito estudo *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia* (1967), no qual fazia uma distinção entre os diferentes caminhos de modernização pelos resultados institucionais alcançados: a democracia parlamentar (EUA, Inglaterra e França), o fascismo (Alemanha e Japão) e o comunismo (Rússia e China). O que chamaria a atenção para as suas pesquisas era a ilustração de casos históricos concretos, como Alemanha e Japão, nos quais houve a superação da condição de atraso histórico em relação aos países que se adiantaram na incorporação do capitalismo, embora sem converterem o desenvolvimento alcançado em institucionalização da democracia. São os famosos exemplos de "modernização conservadora, através de uma revolução vinda de cima" (Moore, 1983, p.430), pelo Estado, nos quais não há um processo de ruptura com as formas de dominação oriundas do passado, sendo que as elites agrárias tradicionais encarregam-se de liderar a execução de um projeto modernizante. A não ruptura com essas elites vindas do mundo agrário seria o fator de explicação da ausência do regime democrático nestes países:

A domesticação do setor agrário foi uma característica decisiva de todo processo histórico que produziu essa sociedade [sociedade liberal moderna]. Era tão importante como o mais conhecido sistema de disciplinar a classe trabalhadora e, evidentemente, estava estreitamente ligado a ele. Na verdade, a experiência inglesa tenta-nos a dizer que a destruição da agricultura como atividade social importante constitui um pré-requisito para uma democracia bem sucedida. A principal hegemonia da classe superior proprietária tem de ser quebrada ou transformada. (Moore Jr., 1983, p.422-423)

É importante observar que na modernização conservadora o Estado acabará executando "muitas das tarefas realizadas noutros países, com a ajuda de uma revolução vinda de baixo" (Moore Jr., 1983, p.432). É válido notar também que os casos de modernização conduzidos pelas lideranças agrárias são considerados por Barrington Moore Jr. como



exemplos de "revoluções burguesas abortadas", precisamente por não terem levado às formas institucionais da democracia liberal capitalista e pela ausência de liderança por parte das classes "comercial e industrial". Neste sentido, na perspectiva de Moore não há identidade teórica entre as categorias revolução burguesa e modernização conservadora, sendo a primeira uma combinação entre capitalismo e democracia ocidental e a segunda uma forma de desenvolvimento capitalista reacionária. Este, aliás, um ponto de radical divergência em relação ao marxismo, o qual admite a possibilidade da revolução burguesa ser dirigida por outras classes sociais além da burguesia. Esta questão tem implicações importantes na nossa discussão e será retomada adiante. No entanto, esta diferença não impediu a significativa influência de sua obra entre intelectuais marxistas brasileiros, os quais, mesmo em desacordo com a visão de Moore sobre revolução burguesa, irão também retomá-lo para estudo do caso brasileiro. Possibilidade esta aberta pelo próprio autor²¹.

1.3- De volta aos clássicos

Com o desenvolvimento capitalista a todo vapor, mesmo que sob a ditadura, como o "milagre econômico" mostrava, os intelectuais marxistas passariam a uma nova percepção da revolução burguesa no país, embrionária na conjuntura de 64 a 68 como procuramos mostrar. Retomando a perspectiva de sua geração sobre o tema, relata Luiz Werneck Vianna :

Não havia mais o que buscar numa revolução burguesa, na expectativa de que, em nome do moderno e do desenvolvimento das forças produtivas materiais, se chegasse a uma ruptura com o "atraso" e o arcaico — a revolução burguesa já seguia, há tempos, o seu curso, e seus compromissos com a velha ordem social não eram em nada incompatíveis com a aceleração da acumulação capitalista,

²¹ Numa sugestiva nota a um comentário feito sobre a seqüência entre um regime semiparlamentar e conservador e a emergência do fascismo, observa Moore Jr. que: "A Polônia, a Hungria, a Romênia, a Espanha e mesmo a Grécia passaram aproximadamente por esta seqüência. *Com base num conhecimento confessadamente inadequado, gostaria de arriscar a sugestão de que a maior parte da América Latina continua na era do governo semiparlamentar e autoritário*"—grifo nosso. (Moore Jr., 1983, p.432)



como, de resto, o chamado "milagre econômico" comprovava. (Vianna, 1997, p.8)

Como vimos, isso já fora intuído por Caio Prado Júnior quando argumentava não haverem oposições irreduzíveis entre os setores agrário e industrial no Brasil. Na nova leitura que se faria, a conjuntura pós-golpe mostraria como a revolução burguesa conduzida pelo Estado, tendo por base a aliança entre as oligarquias e as frações burguesas, seguia em total descomprometimento com a revolução nacional e democrática. Não deveria mais haver ilusões a esse respeito.

Nessa nova conjuntura, o debate sobre a via brasileira para o capitalismo tinha por pano de fundo não o balanço sobre os fundamentos e a estratégia do projeto nacional-democrático do PCB, mas o desvendamento da própria natureza do regime militar e o que ela descortinava como um traço permanente do curso histórico da formação social brasileira. *A chave para este enigma deveria ser buscada no momento da passagem ao domínio burguês no país.*

Portanto, uma situação na qual o desencadear dos fatos ia sugerindo o real sentido das transformações econômico-sociais e as classes que realmente seriam as beneficiárias desse processo *suscitou uma abertura para o diálogo com aqueles autores do marxismo que refletiram sobre as condições de implementação tardia do capitalismo em seus países, na qual não haveria uma ruptura com o "arcaico", preservado pela nova ordem burguesa justamente na fase de transição ao seu domínio.* Ganhando destaque as análises de Lênin sobre o caso russo e a *via prussiana*, as de Lukács, também sobre a *via prussiana*, e as notas de Gramsci sobre a *revolução passiva*. A discussão não se restringiria a esses autores, sendo também muito influente, como salientamos a pouco, a obra de Barrington Moore Júnior e suas pesquisas sobre os casos de *modernização conservadora e revolução pelo alto*.



A ponte com esses autores, em especial Lukács e Gramsci, já vinha ganhando espaço com o questionamento ao stalinismo suscitado pelo XX Congresso de PCUS, assim como da política cultural desempenhada pela nova geração de intelectuais do PCB, entre eles o grupo de Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho. Os anos 70 seria inclusive um momento, pelas circunstâncias enunciadas, de tentativa de trabalhar as indicações mais fecundas da III Internacional antes da hegemonia stalinista, como a política de frente única esboçada entre os anos de 1919 e 1921 e que seriam retomadas por Lukács e Gramsci²².

No mais, esse diálogo lhes serviria para desvendar como foram forjadas as cadeias que os oprimiam em seu tempo presente e contra qual legado deveriam lutar na construção de uma sociedade livre e racional.

²² Cf. Marcos Del Roio, "A refundação da crítica socialista e as revoluções passivas no século XX". In: *O Império Universal e Seus Antípodas*, São Paulo, Ícone, 1998.



2 VIA PRUSSIANA E REVOLUÇÃO PASSIVA SEGUNDO A TRADIÇÃO

MARXISTA

Além das misérias modernas, oprime-nos toda uma série de misérias herdadas, decorrentes do fato de continuarem vegetando modos de produção arcaicos e ultrapassados, com seu séquito de relações sociais e políticas anacrônicas. Somos atormentados não só pelos vivos, como também pelos mortos.

Le mort saisit le vif!

(O morto se apodera do vivo!)

(Karl Marx, Prefácio da Primeira Edição de O Capital, 1867)

Retomar os clássicos da tradição marxista torna-se importante por dois motivos, ambos ligados à nossa pesquisa: primeiro, para se explicar as interpretações marxistas sobre o Brasil nos anos 70, segundo, para oferecer um contraponto às visões economicistas em voga sobre as questões do desenvolvimento capitalista e a globalização.

2.1- Colocação do Problema: o desenvolvimento desigual e combinado

A colocação geral do problema, relativo a identificação da particularidade no movimento geral de expansão do capital, foi feita com precisão por Trotsky no seu livro *História da Revolução Russa* (1930) ao observar a desigualdade de ritmo entre as diferentes vias de desenvolvimento capitalista como um fator intrínseco à própria expansão do capital. Essa desigualdade se associava, na verdade, às especificidades do tempo histórico e da formação social onde as relações capitalistas se difundem, como o exemplifica o caso russo:

Em que consistia o atraso da Rússia? Seria porque, tardiamente, reproduzia a história dos países da Europa Ocidental? E, neste caso, poder-se-ia falar em conquista do poder pelo proletariado russo? Entretanto, este poder (permitam-me lembrá-lo) o proletariado russo o conquistou. Assim sendo, como se apresenta a questão? Do seguinte modo: o incontestável atraso da evolução russa, sob a influência e a pressão da cultura ocidental mais elevada, não conduz apenas a uma simples repetição do *processus* histórico da Europa ocidental, mas determina profundas *particularidades* que devem constituir, isoladamente, um assunto de estudo...(Trotsky, 1967, p.386)

Essa passagem escrita por Trotsky em 1930 ilustra a sua hipótese sobre o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo mostrando-se extremamente rica e com muitas implicações para a nossa discussão. Trotsky expressa acima a tensão entre o particular e o universal que se recoloca constantemente na trajetória civilizatória do capital ²³.

²³ Quando utilizamos a expressão civilizatória, queremos dizer que corresponde à implantação de um conjunto de relações sociais necessárias à acumulação de capital e que constituem uma totalidade histórico-social, pois essa



Em cada tecido social em que este opera, novas sínteses são possíveis. Portanto, não há um único caminho.

Isso ocorre porque o capitalismo não caminha por si mesmo, como a expressão desenvolvimento pode sugerir, mas combina-se com relações sociais já existentes, num "amálgama das formas arcaicas com as mais modernas" (Trotsky, 1967, p.25). Tal ponto era decisivo para países como a Rússia que, em relação a Inglaterra, França e EUA, apresentavam uma formação capitalista tardia, seguindo aí a Alemanha, o Japão e a Itália. Outro ponto fundamental, além do fator tempo, deve-se ao fato de que o desenvolvimento é definido pela questão social, ou seja, pelas classes, ou aliança de classes, que conduzem e resolvem os impasses fundamentais para sua implementação. No caso russo, a debilidade da burguesia e a capacidade de organização do movimento operário e do partido bolchevique, aliando-se aos explorados da formação pretérita, os camponeses, conferiram um desfecho inesperado na época:

Se a questão agrária, herança da barbárie da antiga história russa, tivesse sido resolvida pela burguesia, caso pudesse ter recebido uma solução, o proletariado russo não teria, jamais, conseguido subir ao poder em 1917. Para que o Estado Soviético fosse fundado foi necessária a aproximação e penetração recíprocas de dois fatores de natureza histórica inteiramente diferentes: uma guerra de camponeses, movimento característico da aurora do desenvolvimento burguês; e uma insurreição proletária, isto é, um movimento que marca o ocaso da sociedade burguesa. É isto a essência do ano de 1917. (Trotsky, 1967, p.65)

Dessa forma, Trotsky rompe com a visão evolucionista e linear oriunda do século XIX, que se fundiria com o marxismo da II Internacional inclusive, a qual traçava uma linha única para o desenvolvimento das sociedades e da humanidade. Problematisa, assim, a idéia de que um país capitalista formado tardiamente reproduz exatamente os mesmos processos

implementação incide não simplesmente na economia, mas na articulação dessa com as esferas política, cultural e social.

ocorridos anteriormente em outros países, contrariando a idéia de generalização de modelos de interpretação e ação presente na Internacional Comunista sob a hegemonia do stalinismo. Note-se também como essa visão pode servir de argumento para contestar a hipótese da via prussiana como explicativa do caso brasileiro, como teremos oportunidade de discutir posteriormente:

Um país atrasado assimila as conquistas materiais e ideológicas dos países adiantados. Não significa isto, porém, que siga servilmente estes países, reproduzindo todas as etapas de seu passado. (...) fica assim excluída a possibilidade de uma repetição das formas de desenvolvimento em diversas nações. (Trotsky, 1967, p.24).

Fica aqui uma questão: até que ponto esta última observação pode ser levada à risca diante da ação homogeneizadora do capital? Nos remeteremos a isso na discussão dos autores brasileiros. Do que viemos abordando até aqui, salientamos que uma das lições deste estudo clássico de Trotsky para a nossa pesquisa pode ser colocada nos seguintes termos: *a identificação da particularidade na modernidade capitalista seguindo a trilha sugerida por Trotsky não é obtida por meio do estudo de um país, ou região, tomado isoladamente*, mas na relação que estabelece com outros países, principalmente os pioneiros do processo, de onde foram e continuam sendo emanados os pressupostos e de onde irradiam as principais tendências da acumulação de capital. Isso porque o desenvolvimento é perpassado por um elemento comum, geral, e responsável pela interligação entre as diferentes regiões do globo: o próprio capital. Portanto, a particularidade de um país somente é entendida se levarmos em consideração a sua articulação com outras trajetórias assumidas pelo capitalismo.

Mas há outros pontos a serem salientados. Por exemplo, uma diferença essencial entre Trotsky e os marxistas brasileiros dos anos 70, além do espaço e tempo históricos obviamente, encontra-se na concepção do atraso. Na retrospectiva que faz do caso russo,



Trotsky coloca o atraso como uma vantagem ²⁴, embora não generalize essa visão, antecipa-se às discussões feitas na década de 60 sobre as vantagens do atraso realizadas por Alexander Gershenkron em *O Atraso Econômico em Perspectiva Histórica* (1962), as quais marcaram o debate brasileiro dos anos 60 e 70, sendo também o inspirador das análises da dependência dos países periféricos feitas por André Gunder Frank. A desestabilização do antigo regime russo pela penetração capitalista favorecia a irrupção revolucionária por meio da ação eficaz de um Partido representante da classe operária e aliado ao campesinato, classe explorada na Rússia Czarista. Como de fato ocorreu.

No marxismo brasileiro dos anos 70 quem irá trabalhar com as indicações da concepção do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo será Florestan Fernandes, o qual buscava repor o tema da ruptura com a ordem por meio da revolução socialista. Na sua visão, capitalismo e autocracia burguesa seriam indissociáveis no Brasil, conferindo à luta pela democracia no interior do regime militar um sentido anti-capitalista.²⁵

No entanto, diferentemente do que Trotsky e Lênin percebiam na Rússia antes da *Revolução de Outubro* de 1917, o modo como o velho e o novo se reproduziam na sociedade brasileira favorecerá uma percepção negativa a seu respeito, pois essa conciliação vinha contendo a possibilidade de se tirar vantagens do atraso. Diagnóstico comum às considerações de Florestan Fernandes e aquelas da corrente de Carlos Nelson Coutinho, Werneck Vianna e Ivan Ribeiro, sendo que esta última buscará inicialmente a explicação para esse fenômeno na

²⁴ "Na contingência de ser rebocado pelos países adiantados, um país atrasado não se conforma com a ordem de sucessão: o privilégio de uma situação historicamente atrasada - e este privilégio existe - autoriza um povo ou, mais exatamente, o força a assimilar todo o realizado, antes do prazo previsto, passando por cima de uma série de etapas intermediárias" (Trotsky, 1967, p.24).

²⁵ Veja-se por exemplo esta passagem de *A Revolução Burguesa no Brasil* na qual Florestan retoma integralmente o argumento de Trotsky na explicação da não ocorrência de uma revolução democrático-burguesa no Brasil: "Aí (nas nações capitalistas dependentes e subdesenvolvidas), A Revolução Burguesa combina - nem poderia deixar de fazê-lo - transformação capitalista e dominação burguesa. Todavia, essa combinação se processa em condições econômicas e histórico-sociais específicas, que excluem a possibilidade de "repetição da história" ou de "desencadeamento automático" dos pré-requisitos do referido modelo democrático-burguês. Ao revés, o que se concretiza, embora com intensidade variável, é uma forte dissociação pragmática entre desenvolvimento capitalista e democracia; ou, usando-se uma notação sociológica positiva: uma forte associação racional entre desenvolvimento capitalista e autocracia"—1º grifo nosso. (Fernandes, 1981, p.364)



categoria via prussiana. Por outro lado, ao contrário de Florestan, esses autores não vão privilegiar o tema da ruptura, mas o das transformações graduais por meio do aprofundamento da democracia política. Essa opção irá favorecer a adoção da categoria revolução passiva enquanto "critério de interpretação" (Gramsci) da situação brasileira, numa leitura bastante influenciada pela corrente "eurocomunista" hegemônica do PCI nos anos 70 e que privilegiava a estratégia da "guerra de posição".

2.2- A via prussiana por Marx e Engels

Diferentemente do caso russo, em especial do período compreendido entre seus dois momentos revolucionários, 1905 e 1917, ou mesmo da via francesa, a via alemã sempre fora encarada de um modo crítico pelo marxismo clássico - de Marx e Engels a Rosa Luxemburgo e Lênin. Curioso como o berço do marxismo, essa crítica radical à ordem do capital, ficaria marcado desde o século XIX, passando pelo século XX, pelas experiências das mais trágicas entre os vários percursos assumidos pelo capitalismo. Sinal das fortes contradições que sempre permearam a via prussiana. As críticas de Lênin à via prussiana em boa medida já vinham antecipadas no jovem Marx de *Contribuição à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (1844):

Se se houvesse de começar com o próprio *status quo* na Alemanha, mesmo da maneira mais adequada, isto é, negativamente o resultado seria ainda um anacronismo. A própria negação do nosso presente político é já um fato poeirento no quarto de arrumações histórico das nações modernas (...). Se nego a situação alemã de 1843 dificilmente atinjo, segundo a cronologia francesa, o ano de 1789, e ainda menos o centro vital do período atual. (Marx, 1993, p.79)

A característica alemã revela-se no descompasso do país em relação às nações modernas do período, França e Inglaterra principalmente, e na dificuldade em superar tal



condição. Com os olhos postos nestes países, Marx sarcasticamente arrematava sobre o atraso alemão: "Para as nações modernas, é instrutivo ver o *ancien régime*, que na sua história representou uma tragédia, desempenhar um papel cômico como espectro alemão" (Marx, 1993, p. 81). É importante observar aqui o momento em que isto é assinalado por Marx, 1844, na época muito jovem e ainda numa fase de "acerto de contas" com a mais rica tradição filosófica européia, a filosofia clássica alemã. Ao que nos parece, Marx aqui revela uma mesma característica que marcou esta tradição, ou seja, o fascínio pelos principais acontecimentos da modernidade, como a Revolução Francesa, vivenciados pelas nações de ponta na Europa e o desprezo e desconforto em relação ao anacronismo alemão e a pobreza de sua realidade material. O que o diferencia da linha filosófica alemã é o fato de apontar claramente qual o sujeito capaz de conduzir à superação do atraso, da *miséria alemã*: o proletariado. O que o aproximaria de Engels, como é sabido:

Onde existe então, na Alemanha, a possibilidade positiva de emancipação? Eis a nossa resposta: Na formação de uma classe que tenha cadeias radicais, de uma classe na sociedade civil que não seja uma classe da sociedade civil, de uma classe que seja a dissolução de todas as classes, de uma esfera que possua caráter universal porque os seus sofrimentos são universais e que não exige uma reparação particular porque o mal que lhe é feito não é um mal particular, mas o mal em geral, que já não possa exigir um título histórico, mas apenas o título humano; de uma esfera que não se oponha a consequências particulares, mas que se oponha totalmente aos pressupostos do sistema político alemão; por fim, de uma esfera que não pode emancipar-se a si mesma nem emancipar-se de todas as outras esferas da sociedade sem emancipar a todas— o que é, em suma, a perda total da humanidade, portanto, só pode redimir-se a si mesma por uma redenção total do homem. A dissolução da sociedade, como classe particular, é o proletariado. (Marx, 1993, p.92)

Temos acima uma característica fundamental do marxismo, numa linha que vai de Marx e Engels até a geração de Lukács e Gramsci, isto é, a crítica do existente é feita pelo ângulo de um sujeito claramente definido, a classe operária. Apesar de manterem esse ponto



de vista durante toda sua vida, a reflexão de Marx e Engels sobre a via prussiana sofreria algumas modificação no decorrer do tempo, acompanhando a própria pesquisa que faziam sobre a expansão do capital e as formas que esta assumia em cada conjuntura. Na verdade, a análise do desenvolvimento alemão por estes dois autores cobre um arco de tempo bastante significativo, iniciando-se por volta de 1843-1844 e tendo continuado até 1895, no famoso prefácio escrito por Engels ao texto *As lutas de classe na França*, de Marx. Texto que ficaria conhecido como seu *Testamento Político*. Acompanhar este amadurecimento intelectual passo a passo não é o objetivo de nossa pesquisa e nos contentaremos em apenas indicar alguns pontos importantes que serão retomados posteriormente pelos continuadores do marxismo.

Nas passagens escritas por Marx que vimos acima é perceptível a atenção dada por ele à desigualdade de ritmos entre as vias de desenvolvimento capitalista, notoriamente estimulada pela posição do autor, situado num país ainda atrasado. E é este um ponto fundamental nesta fase de Marx, a via prussiana é entendida pela perspectiva do atraso em relação à modernidade capitalista, simbolizando a expansão mais lenta das relações sociais do capital. Como observará Engels posteriormente, subjacente às análises que faziam do capitalismo nessa época havia uma concepção jacobina de revolução, de tomada do poder por uma minoria organizada, lapidarmente expressa na postura que tiveram na insurreição proletária de 1848²⁶. Naquele momento, ainda não tinham levado em consideração todo potencial de expansão do capitalismo, inclusive na Prússia.

A concepção jacobina tendia a acentuar o caráter contra-revolucionário da burguesia em toda a Europa num momento de ascensão do movimento operário, como em 1848, e, conseqüentemente, o abandono do ideal burguês de realização de "fins humanos universais",

²⁶ "Quando explodiu a Revolução de Fevereiro estávamos todos sob a fascinação da experiência histórica anterior, principalmente da relativa à França, no concernente ao modo pelo qual concebíamos as condições e o desenrolar dos movimentos revolucionários. Não era precisamente da França que, desde 1789, dominara toda a história européia, que partira mais uma vez o sinal da subversão geral? Era, portanto, lógico e inevitável que nossas concepções sobre a natureza e a marcha da revolução "social" proclamada em Paris em fevereiro de 1848,



como em 1789, desvendando o particularismo implícito ao seu domínio. Na Alemanha isto seria ainda mais acentuado, dado o fato da emergência da burguesia alemã coincidir com um momento de refluxo no cenário internacional, o que produziria profundas marcas no desenvolvimento alemão. Diante da pressão operária em nível nacional e internacional, a revolução burguesa alemã avançava sem romper em profundidade com o modo de produção feudal e as classes dominantes nele formadas, como os *junkers*, reforçando a idéia de lentidão e "covardia" por parte da burguesia alemã²⁷. Tem-se portanto uma formação social configurada por modos de produção próprios a tempos históricos distintos, possibilitando a infeliz convergência, notada por Marx, entre "misérias herdadas" e as "misérias modernas".

Esta visão sobre o desenvolvimento alemão persistiria por alguns anos, conforme notamos num texto de Engels de 1874, no prefácio ao livro *A Guerra Camponesa na Alemanha*. Mesmo dispondo de ângulo histórico privilegiado em relação a 1844, faz um diagnóstico semelhante - e não menos sarcástico - ao que vimos no jovem Marx:

A Prússia deve, pois, decidir-se a eliminar seus numerosos vestígios do feudalismo e sacrificar os seus *junkers* como tais. Tudo isso vai sendo feito, naturalmente, da maneira mais suave e ao compasso da melodia favorita: *Immer langsam voran* (Sempre para a frente, sem pressa). Assim ocorreu, por exemplo, com a famosa ordenança sobre os distritos, que suprime os privilégios de cada *junker* em suas terras, mas unicamente para restabelecê-los em forma de privilégios do conjunto dos grandes latifundiários no território de todo o distrito. (...) *A essência da questão continua sendo a mesma, o único que se faz é traduzi-la da linguagem feudal para a linguagem burguesa. O junker velho prussiano é convertido à força em algo parecido ao squire inglês e aquele não tem porque*

da revolução do proletariado, estivessem fortemente coloridas pela lembrança dos modelos de 1789 e de 1830". (In: Marx & Engels, [1978], p. 96)

²⁷ Num texto intitulado *A burguesia e a contra-revolução*, de dezembro de 1848, escrevera Marx: "A burguesia alemã desenvolvera-se com tanta languidez, tão covardemente e com tal lentidão, que, no momento em que se opôs, ameaçadoramente, ao feudalismo e ao absolutismo, foi de encontro à ameaçadora oposição do proletariado e de todas as camadas da população urbana, cujos interesses e idéias eram afins aos do proletariado. E viu-se hostilizada, não só pela classe que lhe estava atrás, mas também por toda a Europa que estava à sua frente. A burguesia prussiana não era, como a burguesia francesa de 1789, a classe que representava toda a sociedade moderna em face dos representantes da velha sociedade: a monarquia e a nobreza. (...) não representava os interesses de uma nova sociedade contra a velha sociedade, mas alguns interesses renovados dentro de uma sociedade caduca". (In: Marx & Engels, [1978], p. 50-51)

oferecer muita resistência, pois ambos são igualmente estúpidos. Desse modo a Prússia cumpriu o singular destino de terminar em fins deste século, e sob a agradável forma do bonapartismo, sua revolução burguesa iniciada em 1808/1813 e que, em 1848, deu um passo à frente. E se tudo for bem, se o mundo permanecer quieto e tranqüilo e nós chegarmos à velhice, talvez vejamos em 1900 o governo prussiano por termo realmente a todas as instituições feudais e a Prússia alcançar, enfim, a situação em que se encontrava a França em 1792.—grifo nosso (In: Marx & Engels, [1979], p.198-199)

A importância dessa passagem deve-se, entre outros fatores, por ter sido feita mais de uma década após a chegada de Bismarck ao poder. Aqui o desenvolvimento alemão já está claramente definido em torno da via prussiana, ao papel da Prússia na unificação alemã. Engels pinta a via prussiana em suas cores principais, nisso antecipando-se aos estudos de Lênin, embora não utilizasse explicitamente este conceito. Trata-se de uma via reformista e conservadora de transição ao capitalismo pela qual a herança feudal e as classes dominantes pretéritas, os *junkers*, vão sendo preservados e tem seu perfil transformado aos poucos e de forma a não abalar o conjunto da formação social alemã e dar espaço para a ação dos subalternos. Emblemático dessa situação seria o bonapartismo alemão sob Bismarck, bastante estudado por Engels²⁸, configurando uma "mescla da antiga monarquia absoluta e da moderna monarquia bonapartista" (Barsotti, 1996, p. 240). Mas é precisamente nesse ponto que reside o problema na abordagem de Engels no período. Ele parece não perceber ainda que o bonapartismo na Alemanha representou historicamente para as classes dominantes não apenas o caminho político de superação do desequilíbrio provocado pelas lutas de classe e pela pressão "de baixo", mas também do atraso alemão, permitindo o surto de sua expansão industrial. Na passagem acima citada, a via prussiana aparece como um bloqueio ao movimento operário e ao desenvolvimento mais rápido das forças produtivas.

²⁸ Segundo Paulo Barsotti, o trabalho sobre o bonapartismo fora desenvolvido a quatro mãos, com Marx cuidando principalmente do caso francês e Engels do alemão. (Barsotti, 1996)



Essa concepção seria radicalmente revista por Engels à luz da nova perspectiva oferecida pelas condições políticas, econômicas e sociais do final do século XIX suscitadas pela própria expansão das relações do capital. Relembrando a postura dos comunistas de 1848, Engels enfatiza seus equívocos:

A história nos desmentiu, bem como a todos que pensavam de maneira análoga. Ela demonstrou claramente que o estado de desenvolvimento econômico no continente ainda estava muito longe do amadurecimento necessário para a supressão da produção capitalista; demonstrou-o pela revolução econômica que, a partir de 1848, apoderou-se de todo o continente e que, na verdade, somente então concedeu cidadania à grande indústria na França, na Áustria, na Hungria e na Polônia e, ultimamente, na Rússia, tornando a Alemanha um país industrial de primeira ordem, tudo isso em bases capitalistas, o que significa que estas bases tinham ainda, em 1848, grande capacidade de expansão. (In: Marx & Engels, [1978], p.99)

Esta nova percepção sobre o capitalismo e suas possibilidades de continuidade, diga-se de passagem, era também produto dos estudos sobre o capital realizados por ele e por Marx durante a segunda metade do século XIX e que tinha como uma de suas motivações compreender os equívocos cometidos por eles e pelo movimento comunista na luta pela superação da ordem do capital. Voltando à questão do bonapartismo, Engels o vê agora sob um novo ângulo, como um momento de aprofundamento do capitalismo na Europa e na Alemanha e não apenas como pura expressão da contra-revolução burguesa. Assim, a via prussiana não é mostrada como expressão da lentidão e do descompasso. A passagem a seguir é da maior importância:

Uma burguesia dividida em duas frações monarca-dinásticas, mas que solicitava sobretudo calma e segurança para seus negócios financeiros e diante dela um proletariado vencido, é verdade, mas sempre ameaçador e em cuja volta agrupavam-se, cada vez mais, pequenos burgueses e camponeses; a ameaça contínua de uma exploração violenta que, apesar de tudo, não oferecia nenhuma perspectiva de solução definitiva, tal era a situação que se podia considerar como feita especialmente para o golpe de Estado do terceiro pretendente, o pretendente pseudodemocrata Luís Bonaparte. Servindo-se do

exército, este pôs termo, a 2 de dezembro de 1851, àquela situação tensa, assegurando à Europa a tranqüilidade interior, mas apresentando-a, por outro lado, com um novo período de guerra. *Encerra-se momentaneamente o período das revoluções de baixo para cima; sucede-lhe um período de revoluções de cima para baixo.* (...) A tranqüilidade interna assegurou o pleno desenvolvimento do novo surto industrial, a necessidade de ocupar o exército e de afastar para o exterior as correntes revolucionárias gerou as guerras em que Bonaparte procurou, a pretexto de fazer prevalecer o "princípio das nacionalidades", amontoar algumas anexações para a França. *Bismarck, seu imitador, adotou a mesma política para a Prússia e deu seu golpe de Estado, fez sua revolução de cima para baixo, em 1866, contra a Confederação Alemã e Austríaca e, igualmente, contra a Konfliktskammer prussiana—grifos nossos*(In: Marx & Engels, [1978], p.100)

As revoluções por cima, da qual a via prussiana fazia parte, são percebidas como um movimento simultâneo na ordem internacional, não como fatos isolados. Um movimento de contenção das lutas de classe, só que não como um mero retorno à antiga ordem, mas projetando a ordem do capital para frente, para todas as formações sociais possíveis. Não por acaso, tal expansão trazia novamente para o cenário europeu o seu elemento antagônico, o movimento operário, mais fortalecido e organizado na outrora atrasada Alemanha. Nesse famoso "Testamento Político", Engels descortinava uma série de questões importantes para o marxismo no século XX, como as novas formas de luta a serem realizadas nas novas circunstâncias. Interessante observar como o "clássico" caso francês é mostrado agora não como um exemplo de revolução democrático-burguesa, mas como um exemplo de revolução "de cima para baixo". Quanto à via prussiana por Marx e Engels, embora sempre representada como um exemplo de conservadorismo, sofre uma significativa mudança de foco com o passar dos anos: de símbolo do anacronismo e do descompasso a uma das principais forças econômicas européias. Tal singularidade e posição no sistema capitalista projetaria o "caminho prussiano" no pensamento marxista do século XX como uma referência a ser constantemente retomada e interrogada.



2.3 - A via prussiana por Lênin e Lukács

A análise do caso alemão seria retomada por Lênin de um outro ângulo e para desvendar não este exemplo em si, mas a especificidade da Rússia. Ou seja, de um país, do ponto de vista capitalista, que fazia lembrar a própria Alemanha da década de 1840. Nesse contexto, Lênin executava uma pesquisa sobre a particularidade da formação social russa, realidade a ser transformada, lançando mão quando necessário de um estudo comparativo sobre caminhos anteriores de desenvolvimento capitalista. Livros como *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* (1899) e *O Programa Agrário da Social-Democracia Russa na Primeira Revolução Russa (1905-1907)* faziam parte desse mesmo empreendimento teórico.

No estudo das transformações econômico-sociais pelas quais passava a Rússia desde as reformas implantadas pela Autocracia Czarista em 1861, Lênin, no livro *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* apontava, nisto polemizando com os populistas russos, que o caráter destas era inevitavelmente burguês. No entanto, a revolução burguesa poderia assumir mais de uma direção, dependendo do desfecho das lutas de classe. A questão para o Partido Social-Democrata e o movimento operário era a seguinte: *qual a melhor passagem para a nova ordem?* Era precisamente esse o tema que se colocava para os marxistas russos no início do século XX, especialmente entre os anos de 1905 e 1907, momento decisivo da revolução burguesa na Rússia.

Isto se refletia na polêmica entre bolcheviques e mencheviques no Partido Social-Democrata Russo sobre qual a posição do partido e da classe operária na revolução. Como é sabido, para os mencheviques, na revolução burguesa a hegemonia seria da classe burguesa. Por outro lado, os bolcheviques apostavam na hegemonia da classe operária, organizada no partido e em aliança com os camponeses. Na perspectiva de Lênin, o erro dos mencheviques estaria em conceber a primazia das transformações em curso ao campo das estruturas, das contradições entre as forças produtivas e as relações de produção, como se os fenômenos



político-culturais fossem uma simples emanção dessas contradições. Deixando de lado, portanto, a distinção fundamental entre o conteúdo da mudança, inevitavelmente burguês no período, e a sua direção, o que se definia na arena política e não no plano das estruturas. Essa questão será importante para se entender a polêmica de Werneck Vianna, Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho no interior do PCB:

Na prática, desconhece-se a importância da contribuição leninista ao desenvolvimento da teoria marxista da atividade política e de como enfrentou os mencheviques - que também "extraíam" sua política do modo de produção e não da crise e das contradições da formação econômico - social. (Vianna, 1983, p.186)

Na verdade, esse tem sido um dos pontos de maior controvérsia na história do marxismo, cujas origens podemos resgatar no próprio Marx, em algumas das emblemáticas passagens de seus escritos, como essa do *Prefácio de 1859 (Para A Crítica da Economia Política)*:

Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas essas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social. (Marx, 1986, p.25).

Esta afirmação de Marx se tornou sem dúvida uma das principais referências na reflexão marxista sobre a revolução e a mudança. No entanto, sua interpretação nunca foi ponto pacífico. Lida de forma linear, essa passagem mostra a mudança histórica como resultado de uma lógica imanente aos modos de produção, com as velhas relações sendo quase que automaticamente depositas pelas novas. As classes sociais ascenderiam e decairiam na sociedade a partir de sua relação direta com o modo de produção.



Numa das interpretações que se difundiria em período posterior à morte de Marx (1883) e tendo ampla divulgação no período da influência stalinista sobre o marxismo, a passagem ao modo de produção socialista seria um momento inscrito na própria lógica dos "fatos", consequência natural da inevitável queda do capitalismo. Nessa leitura a idéia de ator, ou de sujeito, fica comprometida, pois a mudança histórica seria uma emanção direta do plano da estrutura, das relações entre forças produtivas e relações de produção²⁹. No entanto, a continuação do raciocínio de Marx nos sugere cautela com essa interpretação, abrindo a questão:

Na consideração de tais transformações é necessário distinguir sempre entre a transformação material das condições econômicas de produção (...), e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência desse conflito e o conduzem até o fim. (Marx, 1986, p.25)

A indicação metodológica de Marx, apesar de bastante genérica, aponta para um entendimento mais complexo das relações entre a chamada base material e o terreno das instituições políticas e culturais. No seu raciocínio, a forma principal pela qual os homens conduzem os seus conflitos até o fim é o da luta de classes, terreno mais aberto à ação e à criatividade humanas e no qual os homens podem imprimir um novo direcionamento à mudança, conforme fora lapidarmente exposto no *Dezoito Brumário*³⁰. É o que intuía Lênin

²⁹ Em seu Diário de Trabalho, Bertold Brecht faz uma crítica bastante irônica a esse tipo de visão num comentário ao livro *História dos Bolcheviques*: "O autor desta história é, por assim dizer, claro e impreciso. Dá forma a suas frases desbastando-as com um machado e constantemente corta os próprios dedos no ato de escrever. *Revoluções decorrem da metafísica, acontecem porque o velho cede vez ao novo e porque a única coisa "que é irresistível é o que começa a existir e se desenvolve". Tudo depende de tudo mais, e desenvolvimentos sucedem com saltos miraculosos.* A proposição da identidade é válida essencialmente para "coisas da natureza", e as contradições máximas que não devem ser encobertas são condições capitalistas. A luta de classes não deve ser confinada, mas tem de ser travada até o fim. *Depois a gente escreve as memórias e dedica um pensamento de gratidão à dialética. Tudo vai de vento em popa, o velho morre, o novo triunfa,* trata-se "da transição de uma velha condição qualitativa para uma nova condição qualitativa". O novo é naturalmente de melhor qualidade."—grifo nosso. (Brecht, 2002, 59-60).

³⁰ Diferenciando as interpretações sobre o golpe de Luís Bonaparte na França, diz Marx: "Victor Hugo limita-se à invectiva mordaz e sutil contra o responsável pelo golpe de Estado. O acontecimento propriamente dito aparece em sua obra com um raio caído de um céu azul. Vê nele apenas o ato de força de um indivíduo. Não percebe que



ao defender, em sua polêmica com os mencheviques, que a revolução democrático-burguesa no seu país poderia ser levada a cabo pela hegemonia da classe operária em aliança com os camponeses. Esse ponto o diferencia totalmente também do tipo de abordagem feita por Barrington Moore Jr. décadas mais tarde sobre a revolução burguesa, conforme vimos na capítulo anterior.

A distinção é clara, se, por um lado, a modificação no modo de produção aponta o sentido das transformações e o seu conteúdo, por outro, não define *a priori* quem as conduzirá. Não determina em primeira mão o ator encarregado de dirigir a mudança. Será no campo mais abrangente da formação social, a qual comporta a arena política, onde se decidirá o rumo da mudança, se esta segue um caminho conservador ou democrático, tendo por horizonte o aprofundamento do capitalismo ou o socialismo. Como veremos, o tema da via prussiana amarra-se a esta discussão.

Para Lênin, num país de base agrária como a Rússia o caráter da nova formação capitalista dependeria fundamentalmente de como seriam superados os vestígios da servidão no campo, persistentes nos latifúndios feudais. A penetração das relações sociais capitalistas no mundo agrário vinha ocorrendo desde fins do século XIX, mas Lênin percebera ali duas tendências existentes e ao mesmo tempo conflitantes, expressas nas revoluções anteriores nos EUA e na Alemanha:

(...) las formas de este desarrollo pueden ser dos. Los vestigios de la servidumbre pueden desaparecer tanto mediante la transformación de las haciendas de los terrateniente como mediante la destrucción de los latifundios de los terratenientes, es decir, por medio de la reforma y por medio de la revolucion. (...) Estos dos

engrandece, ao invés de diminuir, esse indivíduo atribuindo-lhe um poder pessoal de iniciativa sem paralelo na história do mundo. Proudhon, por sua vez, procura representar o golpe de Estado como o resultado de um desenvolvimento histórico anterior. Inadvertidamente, porém, sua construção histórica do golpe de Estado transforma-se em uma apologia histórica do seu autor. Cai, assim, no erro dos nossos historiadores pretensamente objetivos. *Eu, pelo contrário, demonstro como a luta de classes na França criou circunstâncias e condições que possibilitaram a um personagem medíocre e grotesco desempenhar um papel de herói.* —grifo nosso. (In: Marx & Engels, [1978], p. 199-200)

caminos del desarrollo burgués objetivamente posible nosotros los denominaríamos camino de tipo prusiano y camino de tipo norteamericano. En el primer caso, la explotación feudal del terrateniente se transforma lentamente en una explotación burguesa, junker, condenando a los campesinos a decenios enteros de la expropiación y del yugo más dolorosos, dando origen a una pequeña minoría de "*Grossbauern*" ("agricultores fuertes"). En el segundo caso, no existen haciendas de terratenientes o son destruidas por la revolución, que confisca y fragmenta las posesiones feudales. En este caso predomina el campesino, que pasa a ser el agente exclusivo de la agricultura y va evolucionando hasta convertirse en el granjero capitalista. (Lênin, 1983, p.226)

Preocupado em não forçar a analogia com os exemplos americano e prussiano, Lênin, num prefácio de 1907 ao livro *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* em que retoma essa questão, fazia a ressalva de serem possíveis infinitas formas de combinação entre esses tipos, dependendo de cada caso concreto. Esse ponto é bastante claro para Lênin, o que se deve à sua própria concepção de marxismo e de ortodoxismo, numa notável antecipação à concepção de ortodoxia desenvolvida por Lukács em *História e Consciência de Classe* (1922). Após a passagem do Prefácio, segue intercalada a resposta de Lênin a um comentário desfavorável ao seu livro feito por um certo P. Skvortsov:

São possíveis, evidentemente, combinações infinitamente diversas dos elementos de ambos os tipos de evolução capitalista, e só os pedantes incorrigíveis poderiam resolver os problemas complexos e originais que aqui surgem recorrendo exclusivamente a citações de alguma referência de Marx a outra época histórica. (...) não compreendo, em absoluto, a ortodoxia como a simples exegese de Marx. (...) acrescento: Não acreditemos que a ortodoxia permite a aceitação de qualquer coisa como artigo de fé, que a ortodoxia exclua a aplicação crítica e o contínuo desenvolvimento, que permite empanar as questões históricas com esquemas abstratos. Se há discípulos ortodoxos que caem nesses pecados, realmente graves, a culpa cabe exclusivamente a eles e não à ortodoxia, que se caracteriza por qualidades diametralmente opostas. (...) Uns querem permanecer marxistas conseqüentes, desenvolvendo as teses fundamentais do marxismo de acordo com as novas condições que constantemente se modificam e com as peculiaridades específicas de cada país e continuando a elaborar a teoria do materialismo dialético e a doutrina política e econômica de Marx.



(...) Limito a essas observações o que tenho a dizer sobre a minha "ortodoxia"— grifo meu. (Lênin, 1985, ps. 11, 397-398)

De forma inequívoca, Lênin nos mostra um caminho fecundo de desenvolvimento do marxismo e de seu legado, ressaltando que a sua incorporação deve levar em conta a posição no qual se encontra numa formação social e histórica o ator que o requer. O que vale, evidentemente, tanto para a teoria quanto para a prática.

Quanto à via prussiana, assim como Engels e Marx, Lênin a percebia como um exemplo negativo do ponto de vista das classes interessadas na revolução socialista. Isto porque nessa via de transformação *a mudança vem comprometida com a conservação* das antigas formas de exploração do campesinato e da propriedade agrária. Na Rússia, isto levaria a um desenvolvimento mais lento das forças produtivas do capital.

Temos aqui novamente um ponto crucial e que fará parte do debate brasileiro. Por meio da análise do caso prussiano e da possibilidade de um caminho semelhante para a Rússia do início do século XX, Lênin fornece um contraponto as interpretações unilaterais da análise de Marx sobre a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção. A alternativa concreta de implantação do modo de produção capitalista sob a liderança das classes dominantes oriundas do período pré-capitalista mostra como o desenvolvimento econômico, das forças produtivas, não necessariamente implica uma ruptura com o arcaico, com o atraso, pois essa é uma questão definida pelo desfecho das lutas de classe em torno da via de expansão do capital.

Portanto, algumas décadas antes do influente estudo de Barrington Moore Jr. (*As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia*), Lênin trazia uma contribuição para o debate sobre as relações entre capitalismo e democracia, mostrando a falsidade das teses que associavam "modernização" - desenvolvimento industrial - com democracia. Como se a segunda fosse uma decorrência direta da primeira. Daí também a importância dos seus

estudos sobre situações concretas, ajudando a iluminar alguns pontos mais enigmáticos dos textos de Marx.

Na perspectiva socialista para a Rússia, tratava-se de favorecer no campo a via americana. Tarefa que para Lênin caberia à classe operária em aliança com o campesinato, pois a burguesia russa não assumira esse papel ³¹. O objetivo seria a dinamização de um espaço com pouca mobilidade social e no qual prevalecia uma rígida hierarquia entre as classes. Com a introdução mais rápida e ampla das relações capitalistas, como na via americana, formar-se-ia no mundo agrário uma estrutura de classes em moldes modernos no qual haveria uma possibilidade maior de organização por parte do campesinato e pressão sobre o poder autoritário constituído. Nesse sentido, cria-se um espaço com condições mais propícias a hegemonia da classe operária baseada na aliança operário-camponesa na nova ordem. Possibilidade esta que seria vedada pela via prussiana.

O atraso da burguesia russa era responsável por uma "revolução burguesa incompleta" e favorecia o "caminho prussiano". A via reformista, lenta e gradual, combinando-se com as formas mais arcaicas impediria precisamente aquilo que Trotsky considerava como uma vantagem do atraso, ou seja, a possibilidade de tomada do poder devido a instabilidade na ordem política e social provocada pelas transformações na base material da sociedade. Daí ser esta a forma mais desvantajosa de passagem ao capitalismo.

Como se percebe, em Lênin a análise do caso alemão é feita num contexto diferente daquele nos quais se situavam Marx e Engels; porém, a referência ao exemplo alemão, em ambos os casos, vem justamente para auxiliar na elucidação da questão agrária, problema nodal da revolução burguesa na Rússia do início do século XX, já resolvido nos países mais

³¹ Numa análise muito semelhante àquela feita por Engels sobre a burguesia alemã, Lênin assim se manifestava em relação à burguesia russa num texto de 1902 sobre a questão agrária na Rússia: "El problema de liberar a nuestro campo de la opresión que ejercen sobre él los vestigios del "antigo régimen", es uno de los problemas acuciantes de la época actual (...). Quien "se há retrasado" es la burguesía rusa en su tarea, propriamente dicha, de barrer todos los vestigios del antiguo régimen, y nosotros estamos obligados a corregir este defecto". (Lênin, 1983, p.356)



avancados do Ocidente. Mesmo assim, a questão não deixa de apresentar uma continuidade com as observações de Marx e Engels, firmando-se com um paradigma mais geral no campo de marxismo e exemplo de uma via de transformação que, por não romper com a herança mais reacionária da formação social pretérita, constitui uma solução para as classes dominantes conterem o movimento operário e a revolução socialista. Por outro lado, a pesquisa e as conclusões de Lênin sobre a via prussiana deixavam para o debate do século XX um incisivo questionamento às visões evolucionistas e lineares sobre a relação entre expansão do capitalismo e consolidação das instituições democráticas nas sociedades que experimentam essa expansão.

No mesmo viés de continuidade e descontinuidade histórica da discussão em relação a Engels e Marx, também Lukács irá retomar a sua análise a partir de um contexto diferente dos autores que o antecedem, acrescentando, a partir de suas indagações, novos elementos ao conceito.

Lukács resgata a temática da via prussiana para apreender e explicar o fenômeno do nazismo nos anos 30 e 40. Neste sentido, mudará o foco da análise para a questão nacional principalmente. Num contexto, portanto, no qual o marxismo se defrontava com as condições de derrota da revolução socialista concebida pela geração de Lênin e Rosa Luxemburgo, de ascensão do stalinismo e recomposição da ordem do capital por meio do fordismo e do fascismo na Europa. Além disso, a força da Alemanha na corrida imperialista do século XX e o avanço de seu desenvolvimento industrial serviam como um contraponto à concepção de que a via prussiana necessariamente implicava um desenvolvimento mais lento das forças produtivas do capital, o que já se evidenciara no final do século XIX, conforme fora anotado por Engels.

Sua preocupação com o desenvolvimento histórico da Alemanha era entender o que suscitara o irracionalismo presente nas várias correntes do pensamento alemão, sua



historiografia, sociologia e filosofia. Neste sentido, o objetivo era mais um mapeamento da experiência intelectual alemã "irracionalista", à qual se contrapunha, e a identificação das bases em que esta se constituía.

Retomando as observações sobre a "miséria alemã" feitas por Marx e Engels, Lukács também vai considerar o atraso alemão em sua trajetória à modernidade capitalista no século XIX como responsável pela tragédia nazista do século XX. Não generaliza, porém, essa observação sobre o atraso, pois tinha também por referência o caso russo³² e a posição não mais atrasada da Alemanha no cenário capitalista do período entre-guerras.

No seu livro *Destruição da Razão*, Lukács argumenta que, ao contrário de França e Inglaterra, países que já haviam garantido sua unidade nacional durante o período da monarquia absolutista, no século XIX a questão nacional era ainda um problema central a ser resolvido na fragmentada Alemanha. Isso dificultaria, em contraste com os outros dois exemplos, o rumo democrático da revolução burguesa alemã, abrindo espaço para a unificação promovida a partir da província prussiana, a qual melhor preservava a estrutura feudal. Logo, "la forma especial en que este problema encontró, al cabo, su solución imprimió su sello particular a todo el espíritu alemán, desde la segunda mitad del siglo pasado hasta nuestros días" (Lukács, 1959, p.36).

Nas revoluções em que não houvera a necessidade de garantir a unidade nacional, as energias das classes representantes da nova ordem concentravam-se na eliminação das sobrevivências das relações sociais feudais e de todos os demais obstáculos à nova ordem do capital. O que interessa a Lukács é o fato de que a preservação das relações pretéritas na trajetória alemã irá marcar profundamente a intelectualidade alemã e a sua posição na sociedade. O conceito de via prussiana é ampliado por ele para favorecer a percepção dos

³² "(...) fue precisamente el retraso de su desarrollo capitalista que permitió al pueblo ruso encauzar su revolución democrático-burguesa por los derroteros de la revolución proletaria, sustrayendo-se con ello a los sufrimientos y a los conflictos que todavía hoy tiene que afrontar el pueblo alemán" (Lukács, 1959, p.29)



processos políticos e das manifestações do pensamento social sob a influência dessa modalidade de transição:

No en vano Lenin señala este camino como típico desde el punto de vista internacional, como un camino desfavorable para el nacimiento de la sociedad burguesa; como el camino "prusiano", así lo llama él. Y este pronunciamiento de Lenin no debe entenderse referido solamente a la cuestión agraria en sentido estricto, sino que se extiende a todo el desarrollo del capitalismo y a la superestructura política que presenta en la moderna sociedad burguesa de Alemania. (Lukács, 1959, p.41)

Num país em que as transformações eram realizadas "por cima" e pela contenção dos movimentos democrático-populares, a intelectualidade tenderia a situar-se numa posição de "intimismo à sombra do poder", expressão emprestada de Thomas Mann, distante daqueles movimentos e interpretando o processo histórico de seu país como um resultado trágico do destino e longe do alcance da ação humana:

mientras que las naciones que han conquistado, luchando, su forma política actual ven en éste el resultado de sus propios esfuerzos, los alemanes tienden a considerar su existencia nacional como un regalo misterioso de los altos poderes irracionales. (Lukács, 1959, p.42)

Essa nova perspectiva em relação à via prussiana presente em Lukács será resgatada por alguns intelectuais brasileiros ligados ao PCB, e que buscarem nesse autor uma fonte de renovação do marxismo brasileiro. Entre eles, elencamos Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho em seus estudos sobre a cultura brasileira e José Chasin, particularmente no livro *O Integralismo de Plínio Salgado* (1978). A referência a Lukács decorre da necessidade de definir, num país de tradição autoritária como o Brasil, a posição dos intelectuais em relação às classes sociais e a reconstituição de um projeto nacional-popular para o país no contexto da derrota do projeto pecebista formulado nos anos 50 e 60.



Para o que é de interesse à nossa pesquisa, deve ser ressaltado que Lukács percebia uma linha de continuidade entre a via prussiana no século XIX e o nazismo no século XX, nisso constatando o paralelo entre a Alemanha e a Itália fascista³³ país este que também será uma referência importante para o pensamento marxista a partir das hipóteses de Gramsci, especialmente aquelas contidas nos *Cadernos do Cárcere*.

2.4- A revolução passiva por Gramsci

Assim como Lukács, Gramsci, ao caminhar para a maturidade intelectual, também desenvolve sua obra no contexto da derrota socialista e da ascensão do fascismo em seu país. A discussão que realizou sobre a revolução passiva nos *Cadernos* mais do que desvendar a específica trajetória italiana expressa no *Risorgimento* revelou-se uma tentativa de traçar um perfil das novas condições em que se reproduzia a ordem do capital em escala mundial a partir das décadas de 1920 e 1930. Daí ter se caracterizado principalmente como uma hipótese de trabalho e não como um "esquema sociológico abstrato". Esse duplo caráter da hipótese da revolução passiva aponta para a seguinte questão: trata-se de um paradigma voltado à elucidação da particularidade das vias nacionais de desenvolvimento ou do movimento geral de expansão do capital?

Essa questão não se refere a um problema puramente teórico-metodológico, mas expressa um desafio essencial para o marxismo desde os tempos de Marx e Engels, ou seja, o de como articular uma posição internacionalista com o domínio de uma realidade nacional. Gramsci refere-se a isso com precisão:

O ponto que parece-me deva ser resolvido é este: como, segundo a filosofia da práxis ... a situação internacional deve ser considerada no seu aspecto nacional. Realmente, a relação 'nacional' é o

³³ "Sólo Italia hubo de pasar por una trayectoria parecida; y también las consecuencias espirituales muestran, a pesar de la diversidad que por lo demás media entre la historia de uno y outro pueblo, cierta afinidad, que se ha manifestado con especial fuerza, precisamente, en el más reciente pasado" (Lukács, p.36-37)

resultado de uma combinação 'original' única (num certo sentido) que nesta originalidade e unicidade deve ser compreendida e concebida se se quiser dominá-la e dirigi-la. É claro que o desenvolvimento dá-se no sentido do internacionalismo, mas o ponto de partida é 'nacional' e é deste ponto de partida que se deve começar a caminhar. Mas a perspectiva é internacional e não pode não ser assim. Por isto é necessário estudar exatamente a combinação de forças nacionais que a classe internacional deverá dirigir e desenvolver segundo a perspectiva e as diretivas internacionais. (De Felice, 1978, p.213)

Para a superação desse mesmo desafio apontavam as reflexões de Trotsky sobre a revolução russa, por nós abordadas no início deste capítulo, e a necessidade de captar sua particularidade histórica, definida a partir de uma perspectiva comparativa. Trotsky fora duramente criticado por Gramsci, entre outros motivos por defender a concepção de uma "revolução permanente" num momento em que essa estratégia se revelaria já superada diante da nova configuração do domínio capitalista que despontava no século XX. Numa determinada passagem dos *Cadernos*, Trotsky seria considerado por ele não um internacionalista como Lênin, mas um "cosmopolita", expressão pejorativa no vocabulário marxista.

Independentemente da divergência de posições, e seria um despropósito querer julgar aqui qual seria mais genuinamente marxista, estes autores se defrontavam e buscavam responder a partir de uma perspectiva internacionalista a um problema comum levantado no início deste capítulo, ou seja, como se recoloca em cada momento a dialética entre o particular e o universal na trajetória civilizatória do capital e quais as possibilidades de transformação e emancipação humana daí decorrentes. Diante dessa questão que foram formuladas tanto a hipótese do *desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo* de Trotsky, quanto a da *revolução passiva* de Gramsci. Ambas as hipóteses voltadas não apenas para o desvendamento em si da especificidade de um caminho nacional, mas principalmente da articulação deste



como o movimento geral de expansão do capital, nisso se diferenciando da forma como fora utilizado o paradigma da via prussiana³⁴.

A visão gramsciana sobre a revolução passiva, ou revolução-restauração³⁵, fora desenvolvida nos Cadernos do Cárcere a partir de 1929 e aprofundada nos anos subsequentes, até 1935, sendo contemporânea de acontecimentos bastante significativos no cenário mundial do capital, como a crise econômica de 1929 com epicentro nos EUA, a diminuição da atividade econômica em nível global e o aumento do desemprego. Por outro lado, a ascensão e consolidação do fascismo e do nazismo na Europa, além do início da era stalinista na URSS.

Dominada pela posição de Stálin, esses fatos foram interpretados pela linha hegemônica da III Internacional Comunista como provas da iminência de uma crise revolucionária no Ocidente capitalista e de colapso da própria ordem do capital por uma insurreição proletária. Nisso, aliás, em continuidade com as teses esquerdistas defendidas entre 1929 e 1933 na III Internacional e imbuídas de uma concepção de tomada do poder por meio de um golpe rápido e violento. O que Gramsci chamaria de "guerra manobrada". No Partido Comunista Italiano, a difusão dessa idéia levaria à compreensão, em pleno nos anos 30, de um iminente esgotamento do fascismo e da possibilidade subsequente da revolução socialista.

Diante do predomínio da visão catastrofista no movimento comunista internacional, as pesquisas e hipóteses de Gramsci desenvolvidas nos *Cadernos* sobre a revolução burguesa na Itália, na forma do *Risorgimento*, sobre a "Era da Restauração" na Europa do século XIX, sobre o fascismo e americanismo, serão perpassadas por um problema comum, o da revolução passiva. Como salientou Franco De Felice, nessa categoria está implícita uma concepção

³⁴ Como vimos, o paradigma da via prussiana, intuído por Marx e Engels e aprofundado por Lênin e Lukács, foi apreendido pelos dois últimos para a análise da especificidade dos casos russos e alemão respectivamente (no caso de Lukács também sobre a Hungria), lançando luz sobre as circunstâncias envolvidas nessas experiências tardias. Mas sem, no entanto, identificar a via prussiana como expressiva de uma tendência que tenderia a se universalizar, o que a diferencia, como veremos, dos paradigmas revolução passiva e desenvolvimento desigual e combinado.



anticatastrofista em relação à ordem do capital, com Gramsci enfatizando a potencialidade de expansão e estabilização demonstrada pelo capitalismo em diferentes formações sociais e de diversos modos como resposta à crise— o que estará no centro do debate marxista no Brasil na passagem dos anos 60 para os 70. Tendo em mente principalmente a resposta mais expressiva de seu tempo, o americanismo/fordismo, uma forma de sociabilidade emergente no plano internacional nos anos 30 e que tem construída sua hegemonia a partir do mundo da produção, "da fábrica".

Na história da expansão do capital, Gramsci tende a identificar dois grandes momentos de revoluções passivas. O primeiro sucederia a queda de Napoleão em 1815, inaugurando a Era da Restauração na Europa. O segundo, no qual Gramsci situava-se, marcaria o contexto pós-guerra (1914-1918) e de eclosão da revolução socialista na Rússia em 1917.

As analogias são vistas apenas de dois pontos de vista: o da divisão territorial e o daquele, mais visível e superficial, da tentativa de dar uma organização jurídica estável às relações internacionais (Santa Aliança e Sociedade das Nações). No entanto, parece que o aspecto mais importante a ser estudado seja este que se chamou "revolução passiva", problema que não aparece nitidamente porque falta um paralelo à França de 1789-1815. E, no entanto, todos reconhecem que a guerra de 1914-1918 representa uma ruptura histórica, no sentido de que toda uma série de questões que se acumulavam molecularmente antes de 1914, "se sobrepuseram umas às outras", modificando a estrutura geral do processo anterior: basta pensar na importância que assumiu o fenômeno sindical (...) que, objetivamente, reflete o fato de que uma nova força social se constituiu, tem um peso não desprezível, etc. (Gramsci, 2002b, p. 330)

Como se percebe, tratava-se de uma hipótese teórica voltada para a interpretação de processos de longa duração. Sobre o primeiro ciclo da revolução passiva, um dos motivos sem dúvida que levaria Gramsci a recorrer à pesquisa histórica sobre o *Risorgimento* e o período da *Restauração* seria entender o percurso do capitalismo na Itália que suscitara o fascismo.

³⁵ Ressaltando apenas que estes conceitos foram formulados inicialmente por Vincenzo Cuoco e Quinet,



Aliás, essa pesquisa já estava presente nos textos *Teses de Lyon* e *A Questão Meridional*, ambos de 1926, que precederam os *Cadernos*. Ali já percebera como na Itália a transição ao domínio burguês se fazia por meio de uma conciliação entre as classes industriais, localizadas no norte do país, e as classes agrárias, força dominante no sul. O que implicava na não ruptura com a antiga ordem. No entanto, nessa fase Gramsci ainda tinha por referência principal o paradigma russo e da vantagem do atraso, acreditando que as melhores condições para a revolução socialista se encontrariam não nos países capitalistas mais desenvolvidos, mas naqueles de formação mais débil - os elos frágeis da corrente, como a própria Itália.

A condição do atraso italiano, porém, longe de consistir numa vantagem, irá favorecer a coalizão conservadora que levará a cabo a unificação do Estado italiano por meio de um processo lento, semelhante àquele observado por Lênin na via prussiana, e de restauração progressiva das elites ligadas ao mundo agrário. Assim como o Estado Prussiano desempenharia papel decisivo na unificação alemã, na Itália o Estado do Piemonte assumiria a função de uma "classe dirigente" numa situação de crise de hegemonia provocada pelas contradições entre novas e arcaicas relações econômico-sociais que se manifestavam na base daquela formação social e pela pressão por parte das classes subalternas. Diante da necessidade de mudança e da própria debilidade da burguesia italiana para realizá-la por completo, essa viria por cima, pelo Estado, por meio de reformas graduais e da tutela das classes subalternas:

Pode-se aplicar ao conceito de revolução passiva (e pode-se documentar no *Risorgimento* italiano) o critério das modificações moleculares, que, na realidade, modificam progressivamente a composição anterior das forças e, portanto, transformam-se em matriz de novas modificações" (Gramsci, 2002b, p. 317)

respectivamente nos estudos sobre a revolução napolitana de 1799 e da restauração francesa (1815-1830).



Nessa observação de Gramsci, feita nos *Cadernos*, vale salientar que apesar do elemento restauração ser constitutivo da revolução passiva, por reciclar classes e relações da velha ordem, o movimento é para frente e de aprofundamento da ordem do capital, assim como o será o fascismo, um processo de transformações também realizado pelo Estado e com a contenção das pressões vindas dos movimentos e partidos ligados às classes subalternas. Nesse caso, a sugestão é a da continuidade entre o *Risorgimento* e o fascismo, o mesmo que Lukács apontara sobre a via prussiana no século XIX e o nazismo, com a hipótese da revolução passiva como o movimento que permite visualizar a conexão entre esses dois momentos na trajetória italiana. A diferença seria pelo fato do fascismo ocorrer não num período de transição do feudalismo ao capitalismo, mas de aprofundamento do último na formação social italiana pela introdução do fordismo/taylorismo na reestruturação da economia italiana. Nesse sentido, tal conceito fora utilizado para o desvendamento de uma particularidade nacional.

Porém, a teoria da revolução passiva não se reduz ao tema da particularidade, estando ligada ao entendimento do capitalismo como processo mundial, não sendo casual, por exemplo, a analogia feita com a Prússia em algumas passagens dos *Cadernos*. O que nos parece em conformidade com a perspectiva internacionalista sustentada pelo autor. O *Risorgimento* não seria portanto apenas um movimento isolado ocorrido na Itália, mas também fazia parte do "mesmo processo histórico pelo qual o conjunto do sistema europeu se transforma" (Gramsci, 2002, p.17). Assim, ao fazer uma retrospectiva do século XIX, ele observa:

O conceito de revolução passiva me parece exato não só para a Itália, mas também para os outros países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política do tipo radical-jacobino. (Gramsci, 2002b, p.209-210)



A revolução ocorrida na França sob a liderança dos jacobinos seria na verdade uma exceção se comparada às formas de mudança ocorridas nos principais países europeus a partir de 1815, ano do Congresso de Viena e de formação da Santa Aliança (Rússia, Prússia, Áustria, depois França e Espanha, além do apoio informal da Inglaterra), aliança que tinha por objetivo a estabilidade internacional, o que influenciaria os processos de constituição de Estados-Nação a partir daquele momento. A brusca ruptura com a velha ordem e com a nobreza, como ocorrera na França, passaria a ser perigosa para as emergentes burguesias nacionais dos demais países europeus, assim como às próprias classes dominantes ligadas ao passado feudal, principalmente a partir do momento em que o proletariado começasse a se projetar na sociedade pela ação autônoma e a formulação de um projeto próprio de transformação social, como se delineara na Europa na "Primavera dos Povos" em 1848 e no *Manifesto do Partido Comunista*, escrito por Marx e Engels no mesmo ano.

Frente a ascensão do "novíssimo" movimento internacionalista, a expansão da ordem burguesa entraria numa fase descendente, de refluxo e desenvolvimento controlado, com as classes burguesas abdicando do poder político, atendo-se ao exercício do poder na esfera econômica e abrindo espaço para a emergência de lideranças demagógicas (Luís Bonaparte) ou ligadas à velha ordem (Bismarck). Como seria apontado por Marx no seu texto *O 18 Brumário*, no qual demonstra ser a emergência do bonapartismo um meio de conter o aguçamento das lutas de classes na França. O quadro internacional é fundamental portanto:

A estreita ligação que Gramsci estabelece entre o processo de formação do Estado burguês na Itália e o grande modelo francês não é certamente formulada para medir e avaliar em relação a este a solução burguesa alcançada na Itália, mas como verificação da categoria passiva: não serve só para acentuar, contra as orientações autóctones presentes na historiografia italiana, a inseparabilidade do movimento ressurgimentista da ascensão internacional da burguesia, mas sobretudo para sublinhar com grande força a impossibilidade de analisar fenômenos específicos e particulares, a não ser no quadro de tendências internacionais: basta apenas

recordar, a título de exemplo, as observações gramscianas sobre a passagem da luta política de guerra de movimento para a guerra de posição, ocorrida após 1848, e a incompreensão deste fato da parte das forças democráticas. (De Felice, 1978, p.212)

Esse precisamente o cenário do primeiro ciclo da revolução passiva, com Gramsci dando continuidade e aprofundando a observação de Engels sobre a fase das revoluções "por cima" e evitando uma leitura "autóctone" do *Risorgimento*. Ao defrontar-se com as próprias contradições geradas pela transformação econômico-social que engendra, expressa nos movimentos democratizantes vindos "de baixo", as classes burguesas, num movimento de alcance supranacional, optam pela difusão das relações do capital por meio da restauração do poder das antigas classes dirigentes e de absorção gradual dos elementos ativos surgidos nas classes subalternas. Aquilo que Gramsci conceituava como transformismo ³⁶.

Nessa pesquisa historiográfica, tem-se a percepção de um caráter crucial da revolução passiva, também manifesto no seu segundo ciclo, ou seja, o de "*reduzir a dialética a um processo de evolução reformista*", anulando as potencialidades revolucionárias contidas nas próprias mudanças ocorridas no modo de produção e no conjunto da formação econômico-social e que podem ser conduzidas pelas classes subalternas e em favor de um projeto socialista.

Na oposição dialética somente a tese desenvolve, na realidade, todas as suas possibilidades de luta, até capturar os supostos representantes da antítese: exatamente nisso consiste a revolução passiva ou revolução-restauração. Nesse ponto, deve-se por certo considerar a questão da passagem da luta política de "guerra manobrada" para "guerra de posição". (Gramsci, 2002b, p.318)

³⁶ "(...) pode-se dizer que toda a vida estatal italiana, a partir de 1848, é caracterizada pelo transformismo, ou seja, pela elaboração de uma classe dirigente cada vez mais ampla, nos quadros fixados pelos moderados depois de 1848 e o colapso das utopias neoguelfas e federalistas, com a absorção gradual mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários e que pareciam irreconciliavelmente inimigos. Neste sentido, a direção política se tornou um aspecto da função de



Os conceitos guerra manobrada e guerra de posição, ambas do vocabulário militar, merecem ser minimamente analisadas, pois também farão parte do trabalho teórico da corrente de Konder, Coutinho e Vianna nos anos 70 no Brasil. Aqui Gramsci fazia a crítica de Mazzini por este não ter percebido a necessidade de modificação na forma de atuação do Partido da Ação, representante das forças democráticas, diante de um cenário de modificações produzidas por uma revolução-restauração que implicava numa maior complexidade da formação econômico-social italiana.

A guerra manobrada pressupunha a possibilidade de uma rápida ascensão ao poder do Estado pela atividade insurrecional e derrubada das classes dominantes. A guerra de posição, ao contrário, expressaria a forma de luta possível diante de um Estado que amplia sua atuação na formação social, não se reduzindo ao aparato burocrático e coercitivo, e da emergência de novas classes, organizações e instituições. Uma forma de luta portanto que pressupõe a construção de uma hegemonia na sociedade por meio da difusão de uma nova visão de mundo, de incorporação do conjunto dos explorados em torno de um mesmo projeto e de criação de instituições políticas, sociais e culturais capazes de dar sustentação a essa nova hegemonia, criando um "cerco" às instituições reprodutoras da ordem burguesa. *Para o ator interessado na superação da ordem do capital, cabe assumir a revolução passiva não como um programa, mas como um critério de interpretação.*

Como ator, Gramsci situava-se como crítico do segundo ciclo de revoluções passivas, o qual ocorre numa nova circunstância, ao menos para o núcleo do Ocidente capitalista, quando já não se tratava mais da construção da ordem do capital sob os escombros do feudalismo, mas de seu aprofundamento e expansão pelas formações sociais de todo o globo.

Diante do conturbado contexto internacional marcado pela guerra imperialista entre 1914-1918, a revolução socialista em 1917 na Rússia e a crise mundial do capitalismo no final

domínio, uma vez que a absorção das elites dos grupos inimigos leva à decapitação destes e a sua aniquilação por um período frequentemente muito longo". (Gramsci, 2002b, p.63)



dos anos 20, com a tendência à queda na taxa de lucros, a hipótese da revolução passiva liga-se à necessidade de compreender e expor o processo pelo qual a ordem do capital responde a esse contexto por meio de um movimento geral de novas modificações que reiteram em grande medida as soluções conservadoras das revoluções passivas do século XIX, principalmente no caso do fascismo e do nazismo, e influenciam diretamente nas diversas trajetórias nacionais. Daí o fato dessa hipótese ser constantemente confrontada e repensada a partir de suas incidências nas formações nacionais, seja na América, Itália ou Alemanha, a fim de manter a sua característica aberta e evitar que se incorra na proposição de um "esquema sociológico abstrato".

Duas seriam as respostas capitalistas mais expressivas diante da crise e do socialismo: o fascismo e o americanismo, ambas implicando a "modificação e transformação de uma formação econômico-social, mas não sua superação" (De Felice, 1978, p. 231). O primeiro, o qual abordamos rapidamente, expressivo de um capitalismo tardio como o italiano, uma típica solução "pelo alto", com ativa participação do Estado e recusa do liberalismo. Diante da pressão dos movimentos sociais e dos partidos ligados às classes subalternas, o Estado recorre ao corporativismo como forma de mantê-las sob controle e de regular as relações capital-trabalho, com alterações em toda a legislação trabalhista. Garantindo assim as condições necessárias para a modernização do modo de produção pela introdução de um novo padrão de organização dos processos de trabalho, como o taylorismo.

O sentido do fascismo é, no fundo, o de preparar a sociedade para uma centralidade do mundo da produção, mas, como observava Gramsci, isso não era realizado a partir de uma hegemonia construída a partir desse mundo e da burguesia industrial, mas por cima, pelo Estado e pela reciclagem das instituições e práticas sociais - como a forte coerção aos movimentos políticos e sociais - oriundas da antiga ordem, comprometendo o rompimento com o passado e garantindo a permanência das "sedimentações passivas" e dos grupos



parasitários, os quais não estão vinculados ao mundo da produção. Como veremos, este será um tema caro a Werneck Vianna nos anos 70.

Por outro lado, o americanismo, tendo nos EUA o seu centro difusor, chamava cada vez mais a atenção de Gramsci, precisamente por se apresentar como a solução de continuidade com a ordem do capital mais expressiva e consistente diante de quaisquer possibilidade de catástrofe. Assim como no fascismo, o americanismo também manifesta-se por meio da intervenção no processo de produção, dando forma a uma "economia programática", mas com a diferença fundamental de não realizá-la por meio do corporativismo, pois pressupunha uma hegemonia construída a partir "da fábrica", da produção econômica, não do Estado. Nesse caso, tem-se a necessidade de um Estado liberal "no sentido mais fundamental da livre iniciativa e do individualismo econômico que chega com meios próprios, como "sociedade civil", através do próprio desenvolvimento histórico, ao regime da concentração industrial e do monopólio". (Gramsci, 2001, p.259)

Gramsci percebe no americanismo um movimento da revolução passiva que ocorre a partir das estruturas e das formas de sociabilidade correspondentes ao mundo da produção, as quais tendem a se difundir pelo conjunto das relações humanas e sociais e das instituições, configurando uma formação social homóloga ao plano das estruturas. Diferentemente da Itália no início dos anos 30 em que a racionalização restringia-se principalmente ao processo produtivo. Daí o fato da discussão do americanismo vir correlacionada à do fordismo/taylorismo. Segundo Gramsci:

(...) os novos métodos de trabalho são indissociáveis de um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida; não é possível obter êxito num campo sem obter resultados tangíveis no outro. Na América, a racionalização do trabalho e o proibicionismo estão indubitavelmente ligados: as investigações dos industriais sobre a vida íntima dos operários, os serviços de inspeção criados por algumas empresas para controlar a "moralidade" dos operários são necessidades do novo método de trabalho. Quem ironizasse

estas iniciativas (mesmo fracassadas) e visse nelas apenas uma manifestação hipócrita de "puritanismo" estaria se negando qualquer possibilidade de compreender a importância, o significado e o *alcance objetivo* do fenômeno americano, que é também o maior esforço coletivo até agora realizado para criar, com rapidez incrível e com uma consciência do objetivo jamais vista na História, um tipo novo de trabalhador e de homem. (Gramsci, 2001, p.266)

E aqui chegamos a um ponto central na abordagem que viemos realizando sobre Gramsci e que nos fornecerá indicações importantes para entendermos as diferentes nuances assumidos pela reflexão sobre a categoria gramsciana de revolução passiva no Brasil. A leitura que viemos desenvolvendo procurou acompanhar as observações de Franco De Felice e a importância por ele conferida ao ensaio *Americanismo e Fordismo* como um dos pontos-chaves do pensamento gramsciano. Nesse sentido, a passagem acima é ilustrativa de como nesse ensaio Gramsci procura identificar o novo perfil da classe operária na reconfiguração do capitalismo por meio de uma nova onda de revolução passiva, mostrando como e em quais circunstâncias se recoloca o ator antagônico à ordem do capital.

Mantendo uma perspectiva identificada à da classe operária, a "classe internacional", e ao projeto socialista, Gramsci inicia por meio dela a narrativa de uma nova fase da era do capital, não de sua queda como sugeriam as leituras catastrofistas da III Internacional, sendo essencial apreender o movimento de recomposição da produção social através do fordismo e do taylorismo e suas implicações nas relações sociais. É nesse processo precisamente que pode estar surgindo "um novo tipo de trabalhador e de homem", ponto de partida para a reproposição de uma sociabilidade comunista. Apostando no movimento contraditório do capitalismo na fase de expansão do americanismo frente às "velhas camadas", ele afirma:

Não é dos grupos sociais "condenados" pela nova ordem que se pode esperar a reconstrução, mas sim daqueles que estão criando, por imposição e através do próprio sofrimento, as bases materiais desta nova ordem: estes últimos "devem" encontrar o sistema de

vida "original" e não de marca americana, a fim de transformarem em "liberdade" o que hoje é "necessidade". (Gramsci, 2001, p.280)

Ao movimento comunista caberia a interlocução crítica com esse padrão de construção hegemônica perpetrado pelo capital. Assim como para Marx no século XIX a Inglaterra era o ponto privilegiado para se observar e compreender a sociabilidade emergente com o capital, para Gramsci os EUA seriam a referência do século XX. Não por acaso, ele desenvolve a análise sobre a revolução passiva em continuidade com as observações do *Prefácio de 1859* ao texto *Para a Crítica da Economia Política*, de Karl Marx, não abdicando da economia política enquanto dimensão essencial na estruturação das relações do capital:

O conceito de "revolução passiva" deve ser deduzido rigorosamente dos dois princípios fundamentais de ciência política: 1) Nenhuma formação social desaparece enquanto as forças produtivas que nela se desenvolveram ainda encontrarem lugar para um novo movimento progressista; 2) a sociedade não se põe tarefas para cuja solução ainda não tenham germinado as condições necessárias, etc. Naturalmente, estes princípios devem ser, primeiro, desdobrados criticamente em toda a sua dimensão e depurados de todo resíduo de mecanicismo e fatalismo. (Gramsci, 2002b, p.321)

Por esse enfoque, recusamos a concepção de que Gramsci teria incorrido num "erro fecundo" ao privilegiar a esfera política, como defende Carlos Nelson Coutinho, numa leitura que nos parece remontar a Togliatti³⁷. Pelo contrário, e aqui tentamos acompanhar o artigo de Franco De Felice, a política é pensada por Gramsci na sua interligação com o movimento de reprodução do capital. Como veremos no próximo capítulo, este é um dos pontos de divergência na incorporação do pensador italiano a análise da "revolução passiva à brasileira".

³⁷ Segundo Coutinho, "a recepção gramsciana de Marx e de Lênin deixa de lado elementos importantes do pensamento de ambos. O caso mais vistoso, inclusive por suas repercussões na concepção do marxismo em Gramsci, refere-se à inexistência em sua obra de um desenvolvimento dialético da análise marxiana e leniniana das transformações sofridas pelo capitalismo. O peculiar antieconomicismo de Gramsci, que foi um poderoso instrumento na sua luta contra o positivismo da II Internacional, conservou-se também nos Cadernos; e me parece ser responsável por uma subestimação da análise econômica concreta". (Coutinho, 1981a, p.69)



Como procuramos sugerir, a revolução passiva tende a ser exposta por Gramsci como um processo internacional, o qual acompanha a expansão do capital desde o século XIX e que tem no americanismo do século XX sua forma mais avançada, mas como uma hipótese de trabalho que deve ser repensada e enriquecida no confronto com as particularidades de cada formação social. Nesse sentido, entendemos que há na sua reflexão uma abertura para a extensão e aprofundamento de suas hipóteses a partir de outras realidades nacionais. O procedimento metodológico que nos parece mais fecundo para trabalhar com essa categoria é aquele representado pelo que Gramsci chamava de "filologia viva", assim comentado por Giorgio Baratta:

O método da "filologia viva" pressupõe o vaivém do empírico e do individual ao universal e ao total, e vice-versa - sem nunca fechar o círculo ou chegar a uma conclusão definitiva ou definidora -, e isso como idéia-guia na ciência e na política, na teoria e na prática, nas dimensões da pesquisa abstrata e da análise concreta. (Baratta, 2001, p. 4)

Tendo em vista o próprio debate brasileiro realizado pela linha gramsciana do marxismo, vale lembrar que esse processo também pode se desdobrar numa constante "ocidentalização" de cada uma dessas formações, no fortalecimento da sociedade civil³⁸. Isso porque, no pensamento de Gramsci, Oriente e Ocidente constituem paradigmas centrais:

No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, entre Estado e sociedade civil havia uma justa relação e, quando se dava um abalo do Estado, percebia-se imediatamente uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual havia uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; a proporção variava de Estado para Estado, decerto, mas precisamente isso exigia um rigoroso reconhecimento do caráter nacional. (Gramsci *apud* Coutinho, 1988, p.117)

Não se tratam apenas de categorias restritas a um espaço geográfico definido, mas que o transcendem a fim de expressar como está disposta em cada país a relação entre Estado e sociedade civil e como ela se altera com a expansão capitalista. Essa distinção vinha da necessidade de "explicar as razões por que o modelo estratégico dos bolcheviques fracassara nos países capitalistas mais desenvolvidos da Europa" (Coutinho, 1988, p.117), e, portanto, de apontar uma nova estratégia para o movimento comunista diante daquele cenário marcado pela passagem do capitalismo concorrencial ao monopolista e de recomposição da ordem do capital por uma nova onda de revoluções passivas. Tal estratégia se delinearia no exercício de uma guerra de posição e de formação de uma frente única.

A ocidentalização de uma formação social pela revolução passiva põe em xeque a possibilidade de se tirar proveito das vantagens do atraso existentes numa formação oriental, posto que seus agentes impulsionadores procuram exatamente reverter essa condição suscitada pela desestabilização da ordem decorrente do impacto da penetração capitalista:

Da perspectiva da política, o tema do Oriente significa, de um lado, a exposição ao processo de modernização de sociedades agrárias tradicionais num contexto de subordinação colonial e, de outro, implica a possibilidade do *atraso* se constituir numa vantagem para mudanças revolucionárias, conduzida à modernização por meio de uma coalizão nacional popular. No limite, um eventual sucesso da modernização capitalista ativa um processo de ocidentalização que borra as fronteiras políticas que distinguem o Oriente do Ocidente. Noutra ponta, a via de modernização especificamente oriental está na sua recusa ao capitalismo, no protagonismo nela desempenhado pelas chamadas classes pretéritas, especialmente o campesinato, setores das elites tradicionais deslocadas de suas antigas posições de mando e de influência social, coligadas e sob a direção política dos novos seres políticos e sociais emergentes com o processo de modernização. (Werneck Vianna, 1988, p.153)

Essa perspectiva "oriental" mantida por muitos integrantes do movimento comunista internacional, ainda sob o impacto da revolução de 1917, será questionada por Gramsci tendo

³⁸ A sociedade civil abrange "o conjunto dos aparelhos "privados" através dos quais uma classe ou um bloco de



em vista as novas possibilidades de reversão da crise e avanço do capital encontradas pelo núcleo do Ocidente capitalista e já em andamento nos anos 30. A incorporação da hipótese da revolução passiva pelos brasileiros nos anos 70, já convertida num paradigma mais geral, servirá também para colocar em questão a visão "oriental" do Brasil que prevalecia em muitos segmentos da esquerda brasileira, em especial no PCB e nos grupos de luta armada.

Importa assinalar após essa discussão realizada sobre os clássicos do marxismo que eles vão introduzir no debate brasileiro dos anos 70 um questionamento radical sobre a possibilidade da superação do autoritarismo herdado do passado colonial e oligárquico brasileiro ser um produto do puro avanço da revolução burguesa e do desenvolvimento das forças produtivas, o qual iria aguçando as contradições e varrendo o atraso.

Os antigos apontamentos sobre a via prussiana e revolução passiva alertavam, contra os evolucionismos de todos os matizes, que os mortos poderiam muito bem assenhorar-se dos vivos na passagem ao moderno e neste lançarem as misérias de um tempo antigo. Daí o risco de se delegar ao "processo", ou aos "fatos", a direção das transformações. Até porque a hegemonia do processo não seria uma emanção pura e simples do plano das estruturas, como os casos de capitalismo tardio e suas conciliações "pelo alto" e entre as classes dominantes vinham a confirmar. Nesse sentido, o estudo do momento de transição para a nova ordem, quando se define a via de imposição do capitalismo, portanto localizado no passado, passava a ser um problema simultaneamente atual, pois fora ali que a questão da hegemonia posta no presente tivera sua solução decisiva.



3 VIA PRUSSIANA, REVOLUÇÃO PASSIVA E REVOLUÇÃO PELO ALTO: A PARTICULARIDADE BRASILEIRA

De maneira geral, me parece que a realidade concreta em diversos países da AL não é bem conhecida nem mesmo pelos latino-americanos. Os estudos que tenho podido ler, ainda quando são interessantes, permanecem muito empíricos, fragmentários, estão longe da sistematicidade desejável. E o enfoque marxista justo da realidade latino-americana terá de resultar de um trabalho feito por vocês mesmos; não se pode esperar nenhuma contribuição substancial da parte dos especialistas europeus, dos técnicos marxistas da Europa. Por ora, as formas concretas das transformações sociais em curso nos diversos países e as formas possíveis de transição para o socialismo estão longe de terem sido submetidas a uma análise satisfatória. Não creio, por outro lado, que os cubanos tenham conseguido alcançar bons resultados na teorização generalizadora da experiência deles. Vocês têm pela frente, na verdade, um trabalho de proporções descomunais.

(Georg Lukács em entrevista a Leandro Konder-

Agosto de 1969)



3.1- Problematisando os conceitos

Via Prussiana, Revolução Passiva, Modernização Conservadora, Revolução pelo Alto. Categorias construídas para análises de outras "situações concretas", mas que parecem ganhar um caráter paradigmático mais geral no processo de expansão do capital. Mas persiste a pergunta: teriam elas necessidade, razão de ser no contexto histórico brasileiro? Pesquisas atuais, tanto de pesquisadores estrangeiros quanto de brasileiros, problematizam de modo contundente as vertentes por nós abordadas. Voltemos a Giovanni Arrighi e à crítica por ele feita às teorias da modernização e da dependência utilizadas para conceituar a situação dos países pertencentes à zona semiperiférica, à qual, em sua visão, pertence o Brasil:

A teoria da modernização (e suas variantes desenvolvimentistas), por exemplo, poderia alegar que houve alguma equiparação [em relação às zonas centrais]. Na realidade, se a equiparação for definida em termos de industrialização, houve muito disso. Essa alegação não deveria ser descartada levianamente. A industrialização e a desruralização ainda mais ampla dos Estados periféricos e semiperiféricos, têm implicações sociais e políticas da maior importância para os Estados que as experimentaram, assim como para o futuro da economia mundial. Essas implicações, entretanto, podem ser facilmente mal interpretadas se não levarmos em consideração a descoberta mais notável de nossa investigação: o fato de que toda essa equiparação não afetou significativamente os diferenciais no comando econômico que separam as diferentes camadas da economia mundial. (Arrighi, 1997, p. 189-190)

Em suma, países como o Brasil que passaram por intenso processo de modernização no século XX, expresso sobretudo na industrialização, não lograram convertê-la em fator de ascensão na hierarquia mundial. Embora Arrighi se refira à teoria da modernização de um modo genérico, elas nos serve como um contraponto às abordagens sobre a via prussiana no Brasil realizadas pelos marxistas brasileiros, os quais a combinaram explicitamente com a noção de modernização conservadora utilizada por Barrington Moore Jr. para explicar a evolução do capitalismo na Alemanha e no Japão. O que queremos chamar a atenção na fala

de Arrighi é para o tipo de indagação que orienta as pesquisas atuais sobre as vias de desenvolvimento capitalista, ou seja, após as mais variadas experiências modernizadoras vivenciadas em todo o globo, por que permaneceria a diferença de riqueza e poder político entre um pequeno grupo de Estados-Nação e o restante dos países inseridos na economia mundial.

Essa indagação assume uma conotação mais específica no caso dos estudos brasileiros realizados principalmente a partir dos anos 90 no campo da economia. Dada a adoção e implementação das chamadas políticas neoliberais pelo Estado brasileiro a partir do Governo Collor em 1990, colocando em xeque as conquistas sociais e políticas da Constituição de 1988, tem se recolocado para o pensamento social brasileiro o problema da relação entre dependência e desenvolvimento, política e economia. Isso pode ser observado em algumas das principais tendências críticas da atualidade, especialmente no pensamento econômico. Como exemplo citaríamos *A Construção Interrompida* (1992), de Celso Furtado, assim como os livros *Poder e Dinheiro* (1997) e *Estado e Moedas no Desenvolvimento das Nações* (1999), organizados por Maria da Conceição Tavares (o primeiro) e José Luís Fiori (primeiro e segundo).

Ao que nos parece, o ângulo temático pelo qual essa corrente de pensamento, não necessariamente homogênea, tem construído sua produção teórica e, acima de tudo, sua identidade, é o da crítica à forma de desenvolvimento associado ao capital externo verificado nas últimas décadas e dos obstáculos por ele suscitados ao desenvolvimento autodeterminado do país. A importância de fazermos menção a essa corrente é que ela, apesar de não negar que o país tenha se transformado pela via conservadora, põe em questão a hipótese da via prussiana como explicativa do caso brasileiro, ou mesmo a incorporação da concepção de modernização conservadora de Barrington Moore. Pontuando as diferenças entre a via prussiana ocorrida no século XIX e as formas de desenvolvimento ocorridas na América



Latina e no Brasil no século XX, Fiori ilustra a diferença de pontos de vista que queremos mostrar:

Esta via de desenvolvimento [a via prussiana no século XIX] se viabiliza em pleno período do padrão-ouro e de hegemonia inglesa, mas só teve sucesso na medida que se enfrenta e rompe com as regras liberais em nome de um projeto nacional. List, o economista-comerciante alemão, já dizia: se aceitarmos, na Alemanha, as idéias de Smith e Ricardo é melhor que aceitemos de imediato também as leis emanadas de Westminster. Não há como negar que, naquele contexto, a via prussiana acabou tendo sucesso econômico porque se propôs um projeto a serviço da construção do Estado nacional alemão e de sua projeção como potência imperial capaz de competir com a Inglaterra. Neste sentido, havia sempre no horizonte do projeto prussiano a idéia ou a possibilidade de uma guerra. Comparado com esta via prussiana, o desenvolvimento latino-americano do pós-segunda guerra, levado à frente sob a hegemonia norte-americana, foi de fato um projeto *fraco*, uma espécie de *desenvolvimento consentido*. (...) Note a distância entre esta *via associada* de qualquer coisa que se queira chamar de *via prussiana*! Aqui nunca existiu um projeto de nação-potência nem de *catchup* propriamente dito! E quando foi proposto, com Vargas em 38 e Geisel em 74, foi imediatamente contestado e derrotado por nossas elites econômicas e políticas. (Fiori, 1998, p.179, 183)

A argumentação de Fiori chama a atenção para o caráter associado do desenvolvimento brasileiro por opção das próprias elites brasileiras, convergindo com as posições de Caio Prado Júnior sobre as relações entre a burguesia brasileira e o imperialismo conforme vimos no capítulo I. Neste sentido, alguns momentos chaves da história brasileira, como a "Era Vargas", tem sido revisitados no intuito de mapear os momentos em que se definiu claramente a via associada, vedando a possibilidade de um desenvolvimento autodeterminado³⁹. Tais argumentos ainda foram sofisticados pelas pesquisas de economistas

³⁹ Analisando a política de Vargas, Fiori assinala a impossibilidade da via prussiana no Brasil: "Do ponto de vista de seu projeto econômico, Vargas definiu como pedra angular a construção da indústria do aço (...). E, assinando um grande contrato com a empresa alemã Krupp, pensou vincular seu projeto industrializante ao rearmamento do Exército. Mas seu projeto naufragou logo à frente, quando, em 9 de março de 1939, Oswaldo Aranha assinou os Acordos de Washington, que nos liberaram créditos do Eximbank para cobrir atrasados comerciais, mas nos comprometeram com a abertura da economia aos capitais norte-americanos, com a suspensão da moratória e a retomada do pagamento do serviço de nossa dívida externa. Logo depois, o intercâmbio de missões militares interrompeu a aproximação alemã de Vargas. A partir dessas decisões,



que indicam a não viabilização de um sistema de financiamento interno capaz de basear a política desenvolvimentista no capital nacional. Voltando a Vargas e ao significado da "Missão Aranha" em seu governo, teríamos o seguinte diagnóstico:

(...) o problema do financiamento externo era igualmente importante naquele momento. Um desenvolvimento autônomo, fundamentalmente calcado em capitais nacionais e na definição da política econômica baseada em interesses internos, provavelmente teria que enfrentar esse problema, mesmo na hipótese de Vargas contar com um irrestrito apoio político dos grandes proprietários de terras e da burguesia industrial. (...) A Missão Aranha parece ter sido o primeiro ato em que ganhou contornos mais nítidos a idéia de um projeto de desenvolvimento associado ao capital estrangeiro, indicando os formidáveis obstáculos ao desenvolvimento mais autônomo. (Corsi, 1999, p. 36,67)

Pelas afirmações citadas até agora podemos notar o seguinte: se as interpretações que veremos em Coutinho, Werneck Vianna e Ivan Ribeiro tendiam a acentuar o paralelo entre a via prussiana e a brasileira, as de Arrighi, Fiori e Corsi procuram acentuar justamente as diferenças e explicar porque o nosso caminho não foi prussiano. E nessa segunda abordagem, como podemos perceber, há argumentos bastante plausíveis para desconsiderarmos a hipótese da via prussiana para o caso brasileiro. No entanto, uma observação a fazer sobre estas recentes pesquisas: elas parecem conferir novamente centralidade à questão nacional, sendo que as abordagens dos marxistas brasileiros nos anos 70 caminhavam em sentido contrário, passando a dar mais ênfase à questão democrática do que à questão nacional.

Portanto, se assumirmos de imediato o caminho crítico sugerido pelas atuais abordagens perderemos de vista a própria especificidade e riqueza do debate dos anos 70. Há ainda a problematização das noções via prussiana, revolução passiva e revolução pelo alto

redefiniu-se o rumo do projeto nacional varguista, afastando-se da via prussiana no exato momento em que ele optou, frente à resistência política do empresariado e à escassez dos recursos fiscais, pelo financiamento internacional da siderurgia de Volta Redonda, marco inicial de nossa industria pesada"—grifo nosso (Fiori, apud Corsi, 1999, p.35-36)

feita por um outro enfoque, o qual procura valorizar os personagens da sociedade civil. É o caso de Octavio Ianni, num texto ainda dos anos 80:

A noção de via prussiana (revolução passiva, revolução-restauração ou modernização conservadora) tem sido empregada principalmente de modo a enfatizar a conotação autoritária do Estado; mas com escassa análise das relações de classe envolvidas em cada ocasião. (...) há pouca, ou nenhuma, referência às classes e forças políticas subordinadas da cidade e do campo. O mais freqüente é a referência à sociedade civil, à pouca força, debilidade ou desorganização política da sociedade civil. Por implicação, alude-se à fragilidade ou nulidade da cidadania. Desse modo, uns e outros — liberais, conservadores, social-democratas e marxistas — acabam por aceitar, de contrabando ou conscientemente, a tese de que a sociedade civil é amorfa, frágil, incompetente, imprevisível, infiltrada ou perigosa; tese que desde a década dos vinte interessa cada vez mais abertamente aos fascistas. (Ianni, 1984, p.39)

Extremamente provocador, Ianni faz um paralelo entre essa corrente do marxismo brasileiro e os conservadores. No entanto, deixemos, por hora, tais questões em suspenso. O mais importante agora é acompanharmos o movimento construtivo dessas das hipóteses da via prussiana e revolução passiva no pensamento marxista brasileiro para, posteriormente, confrontá-las com as inquietações atuais.

Segundo nossa interpretação, essas categorias foram trabalhadas pelos renovadores num movimento teórico justamente de ênfase nos atores, o que denota sua importância no debate atual sobre as vias de desenvolvimento, posto que atenderiam à necessidade de fundamentação de uma estratégia de enfrentamento do regime centrada na democracia, assumida como principal caminho para a promoção da mudança social nas formações econômico-sociais ocidentais ⁴⁰. A incorporação dessas novas interpretações correspondia

⁴⁰ A centralidade da questão democrática para a "corrente renovadora" é bem assinalada por Raimundo Santos: "Em aliança com os sobreviventes que se posicionaram do lado renovador em 1956/57, fizeram a defesa da política de unidade das forças antiditatoriais, definida no partido desde 1965 como "ampla frente de resistência, oposição e combate à ditadura", um gradualismo centrado na luta pelas liberdades democráticas, como orientação política alternativa à vaga esquerdista da época. Daí em diante, a política de vocação democrática se enraizaria no PCB e faria ponte entre aquela geração renovadora mais antiga — Armênio Guedes é o exemplo — e



portanto a um momento na história das esquerdas e do PCB no qual a questão democrática passara a ter prioridade em relação a questão nacional, posto que o regime militar era o alvo principal do novo projeto de ação transformadora esboçado. No interior do PCB, tínhamos o surgimento de uma tendência que se colocaria pouco a pouco como uma nova alternativa de direção dentro do partido.

Como veremos ao estudar o pensamento de Coutinho, Werneck Vianna e Ivan Ribeiro, formulou-se uma "grande" hipótese sobre a via prussiana à brasileira, numa espécie de divisão de trabalho, construída sob o ângulo de vários sujeitos — intelectuais, classe operária, campesinato — e com variadas nuances, o que se percebe nas diferentes combinações deste conceito com aqueles como revolução passiva, revolução pelo alto, modernização conservadora. Vejamos inicialmente como os sujeitos serão incorporados ao núcleo de sua reflexão histórica.

3.2- Sujeito e História

Para entendermos a fundamentação das categorias via prussiana e revolução passiva perseguida por nossos autores a partir da realidade brasileira e até avaliarmos se estas foram de fato "aclimatadas" a tal realidade, busquemos primeiramente delinear a intenção teórica e política destes intelectuais responsável pelo resgate desta linha interpretativa do marxismo - e não apenas do marxismo, dada a influência do sociólogo Barrington Moore Jr. na "corrente renovadora".

Num ensaio dedicado a Carlos Nelson Coutinho no livro *Intelectuais Brasileiros e Marxismo* (1991), Leandro Konder nos apresenta uma importante pista para entendermos o universo político e intelectual no qual se inseria a discussão brasileira sobre a via prussiana :

jovens intelectuais lukacsianos, primeiro, gramscianos, depois, que iriam nuclear a segunda renovação no começo da transição em torno do esforço para substantivar a "estratégia de frente democrática" (Santos, 1994, p.54). Há um dado importante na observação de Raimundo Santos que é a localização desse movimento em

O estruturalismo ameaçava "desistoricizar" a nossa produção numa hora em que nós estávamos sendo rudemente desafiados a compreender a história que *outros* estavam fazendo conosco, a fim de podermos reagir contra ela e passarmos a fazer - libertariamente - a nossa própria história. (Konder, 1991, p. 120)

Para aquela geração marcada pela desilusão provocada pelo brusco corte aplicado às esperanças surgidas no pré-64, levar o marxismo a sério seria utilizá-lo para compreender a gênese daquela configuração política e social deflagrada após o golpe e mapear as possibilidades de sua desconstrução e superação. Tornava-se primordial, contra os positivismos de todos os matizes, a valorização da noção de sujeitos e de suas relações no fazer história, da dialética. Alguns dos novos influxos teóricos na cena cultural brasileira nos anos 60, proporcionados em boa medida pela crise do stalinismo de fins dos anos 50, como Lukács, Gramsci ou mesmo Sartre, forneceram munição para que os jovens intelectuais ligados à esquerda dessem vazão a esse anseio. Uma das correntes que renasciam naquele momento com diversas conotações e em oposição ao estruturalismo francês e ao stalinismo era a corrente humanista, que ganhava espaço no marxismo com a divulgação de vários dos escritos de juventude de Marx, como os *Manuscritos Econômico-Filosóficos*⁴¹. O enfoque humanista buscava valorizar a concepção do homem como um ser social criativo,

pleno processo de transição para a abertura do regime, o que fará do tema da transição um problema nuclear para a corrente renovadora.

⁴¹ Num prefácio de 1964 à edição portuguesa dos Manuscritos de Marx, Erich Fromm revela os novos direcionamentos da interpretação do pensamento de Marx naquele período, inclusive a sua retomada como meio de se criticar o socialismo da época: "Marx foi um humanista para quem a liberdade, a dignidade e a actividade constituíam as premissas fundamentais da "genuína sociedade". Como humanista, acreditou na unidade de todos os homens e na capacidade do ser humano para criar uma nova harmonia com o homem e com a Natureza. Mas Marx, embora compartilhando as intenções e o desígnio de Espinosa e de Goethe, acrescentou uma nova dimensão ao humanismo. Reconheceu que a educação não chega para transformar o homem. Descobriu que o ser humano é, em larga medida, determinado pelo modo de vida e que, se o homem quer mudar, tem de modificar as circunstâncias que o aprisionam. No capitalismo — pensou Marx —, o homem concebe-se como a pessoa que possui e usa muito, mas que é pouco. Portanto, de maneira a criar a base para o livre desabrochamento das potencialidades do homem, e a humanidade terá de abolir a estrutura socio-econômica que, por sua própria natureza favorece a cupidez e o instinto de posse do homem. A socialização e a planificação são meios para este fim, e não fins em si mesmas. O socialismo, se se limita apenas à esfera da economia, não é humanismo; também não será socialismo". (In: Marx, 1993, p. 13-14).



surpreendente e capaz de lutar contra os grilhões materiais e espirituais gerados na modernidade capitalista.

Polemizando com diferentes versões do estruturalismo presentes na cultura brasileira dos anos 60, especialmente nas Universidades, Carlos Nelson Coutinho mostrava-se em sintonia com a concepção humanista:

Uma análise *humanista* de nossa época coloca a nu a mutilação da praxis pela manipulação, a necessária irracionalidade de uma vida voltada para o consumo supérfluo e humanamente insensato. Uma visão concretamente *historicista* revela as possibilidades de mudança e transformação latentes, embora dissimuladas pelas aparências fetichizadas que se pretendem imutáveis. A *dialética*, finalmente, denunciaria a contradição entre um mundo aparentemente "organizado" (com os meios de uma razão burocrática) e a irracionalidade objetiva do conjunto da sociedade, superando assim os limites de uma "razão" que se concentra nas regras, nos meios, enquanto abandona como incognoscível o conteúdo e a finalidade da vida e da sociedade. (Coutinho, 1972, p. 60)

Trata-se de uma passagem do seu livro *O Estruturalismo e a Miséria da Razão*, publicado em 1972, mas que já estava pronto dois anos antes, tendo encontrado muitas dificuldades para vir a público devido às condições colocadas pelo regime militar aos seus opositores (Konder, 1991). De todo modo, a mensagem do texto é clara, tratando-se de combater todas as formas ideológicas que produzissem um discurso fatalista por meio de categorias de análise que recobrem o papel da ação humana no fazer história, criando, pelo poder da argumentação, uma realidade coisificada e refratária à intervenção. Este tipo de discurso, do qual o estruturalismo era a principal expressão no momento, poderia conduzir aqueles que se envolvem pelo seu raciocínio pretensamente científico a uma postura passiva ante a realidade, aceitando o "protagonismo dos fatos", conforme as palavras de Gramsci. Retomando a breve argumentação que desenvolvemos na introdução deste trabalho, esse aspecto da obra de Coutinho se mostra bastante atual, merecendo ser retomado.



A convicção dos jovens intelectuais ligados ao PCB era a de que esse tipo de visão científica e ideológica tinha seu trânsito facilitado pela própria ação do regime militar⁴². Além disso, o estruturalismo no exterior já apresentara-se numa versão combinada com o marxismo, como o ilustrava o pensamento de Althusser, tendo receptividade no Brasil. O perigo neste caso seria o de utilizar as categorias de análise legadas pelo marxismo sem a mediação da dialética, conforme a proposta dos clássicos, convertendo-as também em parte de um discurso que não concebe a práxis humana senão como reflexo dos arranjos estruturais existentes em cada sociedade. Fator essencial para a discussão aqui empreendida é que a perda da concepção dialética da história decorrente da incorporação do estruturalismo impossibilitaria compreender um problema chave para o marxismo brasileiro dos anos 70, ou seja, o de como se processa a relação entre o historicamente novo e o historicamente velho numa dada formação social. Numa crítica dirigida ao mesmo tempo a Foucault e Althusser, Coutinho vai direto ao tema:

No lugar da concepção da história como história global, como totalização, como síntese dialética de contínuo e descontínuo, surge a imagem - althusseriana - de uma "história" fragmentada em séries dotadas de temporalidade própria, na qual domina a categoria da descontinuidade. (Coutinho, 1972, p.151)

⁴² Segundo Leandro Konder: "estávamos convencidos de que os setores menos obtusos da ditadura facilitavam a incorporação das posições estruturalistas pela Universidade, pelo mundo da cultura, como modo de ocupar um espaço em que havia brotado e do qual poderia voltar a brotar o marxismo" (Pinassi & Lessa, 2002, p. 173). É importante observar também a importância direta de Lukács como referência principal no combate ao estruturalismo, como podemos observar em alguns trechos das correspondências entre Konder (LK), Coutinho (CNC) e Lukács (LCS) entre outubro de 1967 e fevereiro de 1968. LK a LCS (1967): "Meu amigo Coutinho me disse que já lhe mandou o livro dele, uma coletânea de ensaios na qual ele supera o relativismo historicista sem escorregar para o estruturalismo e se põe contra a história. É um feliz acontecimento. Estamos, agora, numa dupla polêmica: contra o irracionalismo dito "de esquerda" e contra o estruturalismo neopositivista." LCS a LK: " (...) Tenho a impressão de que a incipiente crise ideológica no Ocidente fez do estruturalismo uma grande moda; ao que parece, ele é visto como uma arma contra as concepções históricas dos fenômenos sociais. E tal tendência deve ser combatida pelos marxistas desde o início." CNC a LCS (1968): "Quanto às suas preocupações com o estruturalismo (que compartilho inteiramente), devo lhe dizer que esta perigosa moda já está muito difundida entre nós, particularmente em sua versão althusserina. Liga-se estreitamente a essa influência de Althusser a penetração das posições "esquerdistas" de seu discípulo Régis Débray." LCS a CNC: (...) No que se refere ao estruturalismo, creio que não terá uma vida muito longa: mas se trata hoje do maior obstáculo para um desenvolvimento do marxismo". (Pinassi & Lessa, 2002, p. 150,153)



Nesta metodologia, presente tanto em Foucault quanto em Althusser, que opera cortes entre os tempos históricos fica ausente a dimensão da transição numa formação social. Como vimos, o enigma a ser decifrado na história brasileira era o de como processava-se a revolução burguesa no país sem o rompimento com o passado, o que era sugerido pelo pacto conservador entre novas e antigas classes dominantes no interior do Estado brasileiro. Por outro lado, o amadurecimento da reflexão sobre o país feita pela corrente renovadora vai coincidir com início da abertura do regime militar na segunda metade dos anos 70, fazendo do tema da transição uma questão cada vez mais importante para eles. Para esta questão, as pontuações de Trotsky sobre o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, de Lênin e Lukács sobre a via prussiana e de Gramsci sobre a revolução passiva forneciam um campo de discussão mais rico para a análise do caso brasileiro e dos atores que dele faziam parte.

Ainda no campo teórico e de discussão de como o marxismo fora absorvido pelos jovens intelectuais pecebistas há um fator da maior relevância para a sofisticação das análises sobre o papel dos sujeitos na história. Mais uma vez seguindo a leitura humanista e lukacsiana de Marx, Carlos Nelson Coutinho vai considerar a categoria trabalho como essencial para a análise materialista do real:

A categoria central da ontologia marxista — o núcleo daquele "metabolismo" — é o trabalho. (...) No trabalho, portanto, manifesta-se o "ser homem do homem", o modo ontológico peculiar da especificidade humana. Althusser discorda radicalmente dessas posições; ironiza, considerando-a "humanismo abstrato", simples "ideologia", a tese hegeliana — assimilada e desenvolvida por Marx e Engels — do trabalho como essência do homem. E isso ocorre porque, em sua "leitura", Althusser empobrece a concepção marxista do trabalho, despojando-a de qualquer especificidade humana. (Coutinho, 1972, p. 212)

É precisamente a afirmação sobre a centralidade do trabalho nas relações humanas um dos pressupostos na consideração da classe operária como o ator principal da mudança social no sentido da superação do capitalismo. Esta observação é importante devido a pouca atenção dada a essa questão por parte de intelectuais marxistas influentes na história do pensamento social brasileiro⁴³. Definindo-se claramente qual o sujeito(s) que representa(m) a possibilidade do novo na história tem-se o ponto a partir do qual interpretá-la. Ao que nos parece, esse foi um fator de avanço do marxismo dos anos 70 em relação às décadas anteriores. E isso não apenas entre intelectuais ligados ao PCB, como o atestam as análises de Florestan Fernandes. Entre os intelectuais da corrente renovadora, Luiz Werneck Vianna foi o que melhor expressou essa tendência, tendo feito do movimento operário no Brasil objeto central de suas pesquisas.

Portanto, um dos problemas nodais da predominância de leituras estruturalistas percebido pelos intelectuais da corrente renovadora era a perda da dimensão da ação dos sujeitos que sustentam os arranjos mais permanentes do tecido social. No PCB e na esquerda esta tendência expressava-se na concepção stalinista do desenvolvimento histórico como puro resultado das contradições entre as forças produtivas e as relações de produção, resvalando para o economicismo e perdendo-se de vista a concepção aberta de história lapidariamente desenvolvida por Marx e pelos mais criativos de seus continuadores. Importante observar que esta leitura estruturalista estava presente mesmo entre seus mais destacados representantes, como Caio Prado Júnior em seu livro *A Revolução Brasileira*.⁴⁴

⁴³ Veja-se, por exemplo, a seguinte observação da parte de um defensor do importante historiador Nelson Werneck Sodré: "Chama vivamente a atenção no conjunto de sua obra, no entanto, a pouca dedicação a análise do movimento operário como sujeito da revolução brasileira. É aqui, ao que parece, que fica mais clara a herança positivista, mais que no seu método de análise, que tende a compartimentar as classes e camadas sociais, ou numa inexistente linearidade da análise sociohistórica". (In: Moraes & Del Roio, 2000, p. 87)

⁴⁴ Marco Aurélio Garcia teceu um interessante comentário a esse respeito, retomando um artigo antigo de Ruy Fausto "A Revolução Brasileira de Caio Prado Jr.", publicado na revista *Teoria e Prática*, nº2, s.d., provavelmente de 1967: "Visto em perspectiva, mais de vinte anos após sua publicação e, sobretudo, quase 25 anos depois do golpe militar, o livro de Caio Prado Júnior aparece como um texto de transição no pensamento da esquerda brasileira. Realizando uma crítica demolidora da herança de um marxismo de corte nitidamente evolucionista, Caio Prado Júnior não foi capaz de romper com o paradigma economicista que deduzia a



Portanto, o nó a ser desatado pela teoria era o das articulações do modo de produção, responsável pela configuração das classes sociais e de seus papéis na reprodução social com o espaço mais amplo da formação social, a qual, além de abranger o próprio modo de produção, abarca o Estado, as instituições sociais e culturais, os partidos, etc. Tratava-se de localizar "o terreno vivo da interação do sujeito concreto com o real concreto". (Vianna, 1978, p. VII).

A configuração desse terreno, bem como as linhas de ação possíveis aos sujeitos abertas pelas articulações entre a estrutura e superestrutura irá variar de acordo com as características de cada formação social concreta. Retornamos assim ao tema da particularidade e de sua importância para a práxis marxista⁴⁵:

Cada formação social é única, não só pelos elementos estruturais que lhe modelam a constituição, como pelos traços conjunturais, complexo emaranhado para onde confluem as determinações mais gerais e as mais particulares, que freqüentemente só adquirem importância para a análise e a ação "num momento atual". Será marxista a práxis que formular a um só tempo o sistema de leis do processo objetivo e contraditório em curso e o programa de ação transformadora para a vontade coletiva interessada numa outra forma de convivência social (Vianna, 1978, p.VII) - grifo nosso.

revolução das estruturas da sociedade, transformando-a em um processo sem sujeito. Anuncia de certa maneira o marxismo estruturalista que viria a vicejar nos anos seguintes, ainda que com escassa repercussão na esquerda, tendo em vista os golpes que receberia da repressão. Quando Caio afirma que "... os fatos sociais independem da vontade dos indivíduos, e mesmo de certa forma a eles se impõem..." e acrescenta que "... também é verdade que a previsão e mesmo o controle dos fatos sociais e de sua sucessão se fazem possíveis na medida do conhecimento que se tenha do dinamismo próprio dos mesmos fatos e do inter-relacionamento deles", ele está reforçando uma visão tradicional da política revolucionária que transforma as classes e grupos sociais em atores subordinados a um *script* estabelecido por uma misteriosa "necessidade histórica", determinada a partir dos imperativos da estrutura". (In: D'Incao, 1989, p.277). A esse respeito, tem razão Quartim de Moraes ao afirmar que *A Revolução Brasileira*, apesar do impacto causado na esquerda, não está entre as melhores obras de Caio Prado, não tendo a pertinência de livros como *Formação do Brasil Contemporâneo* e *História Econômica do Brasil*. (Moraes, 1995)

⁴⁵ "O marxismo não é um dogma, não dimana de uma fé, enquanto que a ortodoxia católica se faz verificável à luz de princípios estabelecidos atemporalmente. Por outro lado, não consiste apenas numa ciência - se bem que compreenda um momento científico em sentido pleno -, e andar distante de sua realidade quem assim restringir sua interpretação. Constitui acima de tudo uma práxis orientada para a transformação da sociedade, concebida no tempo da dominação do modo de produção capitalista, com vistas a preparar e conduzir o surto de uma sociedade sem classes" (Vianna, 1978, p.VI). Evidente a preocupação demonstrada em ressaltar os nexos necessários entre Teoria e Prática, um dos temas centrais presente na história do marxismo.

A ênfase dada por Vianna à relação entre particularidade de uma formação e a identidade da práxis marxista é crucial para nós neste momento, pois nos dará a pista que precisamos para entendermos em qual perspectiva estão sendo lidos os clássicos do marxismo na década de 70 e por qual angulação teórica serão pensadas as categorias via prussiana e revolução passiva. Procurando caracterizar o que é próprio às obras de Marx, Lênin e Gramsci, bem como da relação entre estas, Werneck Vianna nos revela o que buscamos:

Marx, todavia, trabalha num nível de generalização muito alto, principalmente nas suas obras centrais, quando estuda o capitalismo como modo de produção, e não um capitalismo concreto. (...) *A angulação que Gramsci herdou de Lênin se estabelece de outra perspectiva. Privilegia uma formação social concreta e postula formular para ela um planejamento estratégico-prático que viabilize a expansão da força política e social da classe operária e faculte a esta a conquista do poder.* A hipótese mais geral de Gramsci, estatuída para um momento teórico que não se pretende universal - a mercadoria é um universal-concreto; uma formação social não o é -, mas precisamente particular, consiste no que podemos qualificar como uma situação de sincronia ou assincronia entre o poder e as fontes de legitimação no interior da sociedade civil—grifo nosso. (Vianna, 1978, p.XII).

Será a essa linha de continuidade entre Lênin e Gramsci à qual procurará se ligar, em variados graus, a corrente renovadora. Evidentemente estamos considerando as diferenças de contexto e capacidade de influência internacional entre estes dois personagens históricos e os brasileiros. Para os marxistas brasileiros dos anos 70 a questão principal do ponto de vista tático e estratégico era, primordialmente, a derrocada do regime militar. A formação social concreta a ser desvendada era a brasileira, devendo-se nela *localizar o espaço onde os atores, os sujeitos coletivos, disputam a direção da mudança.*

Portanto, pelo ângulo da análise ganharia ênfase a categoria formação econômico-social, tendo-se o cuidado de não diluí-la nas relações entre forças produtivas e relações de



produção, herança do período da *Segunda Internacional*⁴⁶, e de articulá-la à noção de sujeito histórico. Na interpretação de Werneck Vianna, era este um problema de fundo presente na concepção sobre o desenvolvimento brasileiro da direção do PCB, levando sua ação política a equívocos, como no período anterior a 64:

Essa concepção estava presidida por uma deformação mecanicista, que pretendia extrair sua política da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas com as relações sociais de produção, e não da natureza da crise da formação econômico-social. Contra-senso absurdo, na medida em que aquilo que identificava como entrave ao desenvolvimento — o imperialismo e o latifúndio — atuava como força de sua propulsão no mundo das coisas reais. Subvertidos a teoria e os fatos, criava-se a fantasia de que vivíamos uma situação pré-revolucionária. Diante de tantas evidências de que as forças produtivas se expandiam, tinha-se como conclusão a inevitabilidade do seu choque com os "entraves estruturais" e, portanto, a necessidade de um desenlace político revolucionário. —grifo nosso. (Vianna, 1983, p.16-17).

A questão da crise da formação econômico-social seria o próprio princípio orientador da ação dos intelectuais. Esta distinção teórica era expressiva de algumas questões-chaves para a corrente renovadora e por meios das quais eles iriam construindo uma nova imagem da via brasileira de acesso ao moderno e da sua própria identidade, especialmente no que diz respeito à própria forma de se inserirem nas mudanças em curso. Qual a posição dos intelectuais em relação ao Estado, ao Partido, à classe operária, à revolução burguesa? Em suma, qual sua posição na arena política e como, por meio dela, ajudar a imprimir àquelas mudanças um sentido democrático⁴⁷? O grau de desenvolvimento da formação social

⁴⁶ "Em seu ensaio publicado em *Crítica marxista*, Sereni observa que na II Internacional o conceito de formação econômico-social desaparece e se anula naquele de relações ou modos de produção, que são o elemento caracterizador da formação econômico-social, já que com essa última pretendemos designar todo o conjunto da sociedade. (...) Enquanto na II Internacional o conceito de formação econômico-social entra em eclipse, ou mesmo desaparece, Lênin o retoma de modo pleno." (Gruppi, 1978, p. 21).

⁴⁷ A temática dos intelectuais é uma mediação necessária se quisermos penetrar no universo do marxismo brasileiro daqueles anos 60 e 70. Essa questão ganhava importância não apenas pelo protagonismo conferido aos intelectuais na cena política e cultural brasileira durante todo o século XX, mas, ao que nos parece, pelas próprias mudanças na base material da formação brasileira. O estágio que alcançara a expansão capitalista no país naquele período já fora suficiente para alterar significativamente o perfil da sociedade civil brasileira,



brasileira sob a difusão do capital sugeria que não era mais possível, como fora à *intelligentzia* russa, tirar proveito das vantagens do atraso, o que apontava para um outro tipo de inserção dos intelectuais nas lutas de classe.

Fundamental nesse empreendimento que visava superar as manifestações de um estruturalismo economicista no marxismo será a retomada da política clássica, possibilitada sem dúvida pelas contribuições de Lênin e Gramsci à incorporação, pelo marxismo, do tema da hegemonia. Segundo Werneck Vianna

O problema da hegemonia recupera o tema clássico do pensamento político, abandonando nas versões simplificadoras do marxismo e pelos funcionalistas. O supra-estrutural não é percebido apenas como uma instância, mas sim no seu arranjo orgânico com a base estrutural da formação social. Assim considerada, a ideologia não se deixa captar pela chamada teoria do reflexo, em que o ideal não passa de uma transfiguração de algo emanado pela "base". O conceito de hegemonia não permite esse corte entre o plano do real e do ideal. A superação do mecanicismo importa, de um lado, em reconhecer o papel da atividade consciente humana na criação do social e, de outro, na admissão de que esta se efetiva conforme linhas grossas de determinação inscritas na organização social da produção. (Vianna, 1976, p.27)

Essa angulação pela ciência política traçada pelos renovadores, com algumas nuances de acordo com o autor, será a solução encontrada por eles para superar o "mecanicismo" apontado por Vianna e mostrar a importância dos sujeitos e de suas ações para, aproveitando as perspectivas abertas pelos momentos de crise na trajetória da "revolução brasileira", imprimirem novos rumos à mudança social. A particularidade brasileira será requerida por essa perspectiva, ou seja, ela será desvendada a partir do estudo de um ator específico da cena histórica brasileira com o qual o intelectual se identifica e que serve como o fio condutor da análise, ao mesmo tempo em que decifra para este ator sua posição na formação social no

criando um espaço mais diversificado para a atuação dos intelectuais, que se vêem sob a necessidade de repensar sua relação com a sociedade. Para aqueles ligados aos movimentos de esquerda tratava-se de repensar o paradigma da *intelligentzia* revolucionária russa do início do século.

decorrer da história e qual papel desempenhar para dirigir a mudança e não ser dirigido. O objetivo é descortinar o que acontecera no espaço de atuação dos atores, a formação econômico-social, durante a imposição do modo de produção capitalista.

Como veremos, a hipótese da via prussiana e da revolução passiva, assumidas enquanto "critério de interpretação" serão reconstruídas pelos renovadores a partir de três atores principais: dos intelectuais (Coutinho), da classe operária (Werneck Vianna) e dos camponeses (Ivan Ribeiro). Todos personagens da sociedade civil e, principalmente no caso da classe operária e dos camponeses, representantes das classes subalternas, não nos parecendo verdadeira a afirmação da "pouca, ou nenhuma, referência às classes e forças políticas subordinadas da cidade e do campo" (Ianni, 1984), conforme discutiremos.

3.3- Carlos Nelson Coutinho: Os intelectuais e a cultura diante da via prussiana

"O caminho do povo brasileiro para o progresso social - um caminho lento e irregular - ocorreu sempre no quadro de uma conciliação com o atraso, seguindo aquilo que Lênin chamou de "via prussiana" para o capitalismo. (...) Esse fato, decerto, tem profundas repercussões negativas também sobre a formação e o caráter da intelectualidade brasileira.

Desenvolveu-se entre ela, praticamente desde os inícios do Brasil independente, uma forte tendência a situar-se naquilo que Thomas Mann, referindo-se aos intelectuais alemães, chamou de intimismo à sombra do poder". (Coutinho, O Significado de Lima Barreto na

Literatura Brasileira)

Eis, de forma límpida, a formulação que, como procuramos apontar anteriormente, vinha amadurecendo no campo do marxismo brasileiro. Agora finalmente incorporada ao

centro de uma das vertentes do pensamento marxista sobre o país⁴⁸. A clareza e a simplicidade da forma como é apresentada a hipótese da via prussiana por Carlos Nelson Coutinho, na época com 31 anos, contrasta no entanto com a riqueza de implicações ali contida.

No plano dos influxos teóricos, expressa a força da penetração das idéias lukacsianas naquele momento, absorvidas de um "ângulo brasileiro" (Konder, 1991) e no intuito de decifrar os enigmas da formação social brasileira. Como vimos, Lukács não era novidade para Coutinho, que desde o início dos anos 60 buscava construir seu marxismo em sintonia com o pensamento do mestre húngaro. Por outro lado, e aí pensando nas questões tático-estratégicas, a incorporação da hipótese "prussiana" por intermédio de Lukács vinha demarcar o alvo para a ação de uma política cultural, responsabilidade a cargo da jovem intelectualidade pecebista. Tratava-se de um momento diferenciado para o conjunto da esquerda brasileira, pois a questão democrática passaria a ganhar cada vez mais peso em relação à questão nacional, tendo uma clara incidência na interpretação da história do Brasil. Este ponto é decisivo para entendermos o sentido e a motivação do tema da via prussiana e, posteriormente, da revolução passiva na obra de Carlos Nelson Coutinho.

Assim, todos esses pontos estavam marcados por uma preocupação comum, ou seja, o de definir o lugar e o papel dos intelectuais diante da ação perversa da via prussiana, em especial nos duros anos 70. Este projeto, que Coutinho desenvolveria especialmente com o amigo Leandro Konder, já estava explícito nos ensaios de *Literatura e Humanismo* (1967), no qual afirmava o compromisso dos intelectuais marxistas com o humanismo, tradição anterior

⁴⁸ Embora não faremos aqui a análise, vale registrar que em 1973 na revista *Debate* publicada na França, João Quartim de Moraes faria uma análise das relações de produção no campo brasileiro baseando-se nos estudos de Lênin de *O programa Agrário*: "Exclusivamente sugerida pela leitura dos textos de Lênin, a analogia da "via prussiana", tal como a desenvolvemos no início dos anos 70, vinculava o caráter não democrático da sociedade brasileira ao caráter não revolucionário da transformação burguesa das relações de produção no campo. A discussão sobre a "via prussiana" só alguns anos depois, entretanto, foi propelida ao centro da reflexão teórica do marxismo brasileiro, numa perspectiva diferente da nossa, em estudos de muito maior ambição teórica, inspirados, entretanto, antes em Lukács do que em Lênin". (In: Moraes & Del Roio, 2000, p.188). Como



ao próprio marxismo e por este aprofundada, diante das reiteradas formas de alienação exacerbadas no período de predomínio do capitalismo:

Herdeiro do grande humanismo clássico, o marxismo aponta para a formação de uma humanidade unitária e de um homem harmônicamente desenvolvido; ele não faz senão — mas este "senão" é tudo — concretizar e materializar as aspirações seculares da humanidade em sua luta contra a alienação. Em suma, não é necessário se sair da sociedade para criticá-la; é no seu próprio interior que surge a classe social cuja *práxis* é a dissolução do capitalismo, de todas as suas conseqüências anti-humanas, e *cujo ângulo crítico-prático deve ser o dos intelectuais que lutam realmente pela extinção da alienação humana*. (Coutinho, 1967, p.21) —grifo meu.

A ênfase no tema dos intelectuais não vinha do acaso, estando, ao contrário, ligada à própria posição que os jovens intelectuais da corrente renovadora ocupavam nos anos 60 no interior do PCB, sendo os responsáveis, na divisão de tarefas estabelecida pelo Partido, pela elaboração de sua política cultural e não necessariamente da estratégia de ação política do PCB⁴⁹. Daí o envolvimento de vários deles, especialmente os de orientação lukacsiana, com temas como literatura e artes. Leandro Konder, por exemplo, publicara *Os marxistas e a arte* (1967), além de ensaios sobre a questão da alienação e sobre autores como Kafka⁵⁰.

Naquele momento compreendido entre os anos 60 e início dos anos 70, antes da fuga para o exílio do Comitê Central do PCB em 75, o campo de ação envolvia principalmente o plano cultural, o que eles mais tarde chamariam de "batalha das idéias". Digamos que se tratava de combater todas as vertentes culturais irracionalistas, na literatura, nas artes e nas

veremos, essa afirmação é verdadeira principalmente em relação a Carlos N. Coutinho, não sendo no caso de Luiz W. Vianna e Ivan Ribeiro, os quais não sofreram a mesma influência de Lukács como o primeiro.

⁴⁹ Este ponto está bem esclarecido nesta entrevista concedida por Carlos N. Coutinho e Leandro Konder: "CNC: É, aceitamos uma certa divisão do trabalho: definíamos a política cultural (nós, o Gullar, o Vianinha, o Wernequino [Luiz Werneck Vianna], o Moacyr [Félix], o Ênio [Silveira]), mas a política *tout court* continuava a ser monopólio da direção partidária. Ou seja: conseguimos fazer passar Lukács, Gramsci etc. Mas na linha política *stricto sensu* não nos intrometíamos. LK: E eles agradeciam. CNC: Quando resolvemos nos intrometer, no final dos anos 1970, a coisa deu no que deu..." (Pinassi & Lessa, 2002, p.171). Nesta última fala, Coutinho se refere à disputa interna no interior do PCB que culminou na saída do Partido, no início dos anos 80, de vários membros vindos da corrente renovadora, inclusive a dele.

ciências humanas, responsáveis pela difusão da alienação e ocultamento do papel dos sujeitos na história, ao mesmo tempo em que se mapeava na história do pensamento social brasileiro e internacional aqueles autores e correntes identificados a uma perspectiva humanista e libertária. No combate interno, ou seja, no campo do próprio marxismo, o alvo era o stalinismo, identificado como uma forma irracionalista que se fundira ao marxismo e anulara o pensamento dialético. A linha filosófico-humanista seria a ponte para o retorno à dialética.

Por trás da preocupação com o tema dos intelectuais estava, no fundo, uma inquietação com a definição de sua própria identidade e de sua atuação em relação ao partido e às classes subalternas. A construção desta identidade dependeria, no plano teórico, da solução de alguns problemas chaves, o que também seria decisivo na própria formulação de uma política cultural para o Partido. Um dos problemas colocados pela análise de Coutinho era o da tibieza de uma "cultura progressista popular e nacionalmente integrada" no Brasil. A formação da identidade dos intelectuais voltados para o socialismo deveria necessariamente envolver a incorporação de uma anterior cultura humanista, da qual a expressão mais avançada seria o marxismo:

Este problema da assimilação crítica da herança, importante para qualquer cultura, assume no Brasil uma urgência e uma dimensão ainda maiores. Quando um povo possui tradições nacionais autenticamente progressistas, o seu fechamento com relação à cultura universal pode não apresentar, pelo menos de imediato, um perigo muito sério. Mas para um país como o Brasil, caracterizado pela ausência de uma cultura progressista popular e nacionalmente integrada — o que é fruto da ausência de uma revolução democrática e efetivamente popular em nossa história, bem como da secular separação entre intelectualidade e o povo-nação — este fechamento levaria necessariamente a um estancamento e mesmo a uma involução do nível ideológico do povo brasileiro. (Coutinho, 1967, p.6)

⁵⁰ Cf. *Marxismo e Alienação* (1965), e *Kafka. Vida e Obra* (1966)



Naquele momento, uma das principais referências para a nova geração de intelectuais pecebistas na assimilação de uma herança humanista e progressista era, sem dúvida, Lukács⁵¹. Note-se aí também a recusa em aceitar uma descontinuidade total no plano das idéias e da cultura, não radicalizando a concepção de ruptura, posto que procura dar continuidade a tendências anteriores na construção de uma nova sociedade. Podemos aventar aqui a hipótese de que por meio dessa fundamentação filosófica já estaria implícita uma negação de quaisquer estratégias políticas baseada na noção de ruptura, o que, por exemplo, afastaria esta corrente pecebista dos movimentos de guerrilha desencadeados a partir de 1968 contra o regime.

A mencionada assimilação de uma herança humanista seria portanto o "ponto de partida para a construção de uma nova cultura brasileira democrática e nacional-popular"(Coutinho, 1974, p.56), projeto a ser levado adiante pelos intelectuais por meio da política cultural, de modo a corrigir a separação entre intelectuais e povo. Mas para definir melhor os caminhos desta política, faz-se necessário explicar quais os obstáculos legados pelo passado e como se situam os intelectuais no terreno da formação social brasileira. Até porque, é a definição da singularidade de uma formação social o ponto orientador da assimilação de uma cultura universal⁵².

⁵¹ Segundo Leandro Konder : "Nosso grande empenho era a política cultural. Nós, eu e o Carlito [Carlos Nelson Coutinho], sempre pensávamos num certo uso das idéias filosóficas no plano da ação política; nosso campo de trabalho era, sobretudo, a política cultural. E, nesse terreno, acho que Lukács deu realmente uma contribuição importante. Trata-se de um autor que, no campo marxista, associa cultura e participação política com muito vigor. Ele sempre chamou a atenção para a questão da herança, para aquilo que devemos assimilar do passado, o que é fundamental para evitar uma posição acrítica do vanguardismo, do novo pelo novo." (Pinassi & Lessa, 2002, p.172)

⁵² Coutinho voltará a esta questão ao polemizar com o cosmopolitismo de alguns intelectuais "intimistas" num dos ensaios do livro *Democracia Como Valor Universal*: "Assim, se o nacional-popular é essencialmente um modo de articulação entre os intelectuais e o povo (que faz desses intelectuais - na expressão de Gramsci - "intelectuais orgânicos" das correntes populares), não pode ser entendido, no que se refere às suas figuras concretas e ao seu conteúdo, como algo oposto ao universal, como a simples afirmação de nossas pretensas raízes culturais "autônomas" contra a penetração do "cosmopolitismo alienado", etc. Decerto, não se trata de afirmar que tal postura abstratamente cosmopolita não exista entre nós: ela se manifesta sempre que a recepção de uma corrente cultural universal se faz de modo abstrato, sem nenhuma tentativa de *concretizá-la e enriquecê-la* no confronto com a realidade brasileira. (Em outras palavras, mais precisas: há cosmopolitismo abstrato todas as vezes que "importação" cultural não tem como objetivo responder a questões colocadas pela própria realidade brasileira, mas visa tão somente a satisfazer exigências de um círculo restrito de intelectuais "intimistas".)" (Coutinho, 1980, p. 78)



No ensaio *Literatura e Humanismo* a particularidade brasileira é apenas indicada por Coutinho ao referir-se à ausência de uma revolução democrática e popular na história brasileira — a percepção desta inexistência, aliás, não era novidade no campo das interpretações sobre o país. Mas podemos notar neste apontamento uma visão da formação brasileira como uma realidade fragmentária, dispersa, o que está simbolizando precisamente no distanciamento dos intelectuais em relação ao "povo-nação".

Caberia aprofundar este ponto, o que virá alguns anos mais tarde no ensaio sobre Lima Barreto (1974). Como o próprio Coutinho salienta no início do texto, o significado de Lima Barreto para a cultura e a literatura brasileiras só é perceptível se relacionado ao quadro do desenvolvimento histórico e social do país. Precisamente aí ganhará sentido para a discussão da realidade brasileira a noção de via prussiana, pois por meio dela se explicitará o corte produzido pelas classes dominantes no caminho brasileiro à modernidade, situando os intelectuais numa posição "intimista" em relação ao poder estabelecido e impedindo a difusão e formação de uma cultura progressista e democrática no interior das camadas populares:

Ao invés das velhas forças e relações sociais serem extirpadas através de amplos movimentos populares de massa, como é característico da "via francesa" ou da "via russa", a alteração social se faz mediante conciliações entre o novo e o velho, ou seja, tendo-se em conta o plano imediatamente político, mediante um reformismo "pelo alto" que exclui inteiramente a participação popular. Como consequência desse "modelo" de evolução, difunde-se a impressão de que a mudança social assemelha-se a um "destino fatal", inteiramente independente da ação humana; e, como contrapartida desse fatalismo, ganha força em outras áreas a suposição — igualmente equivocada — de que aquela mudança resulta tão-somente da ação singular de "indivíduos excepcionais". No quadro desse profundo divórcio entre o povo e a nação, torna-se assim particularmente difícil o surgimento de uma autêntica consciência democrático-popular. (Coutinho, 1974, p.3)

Apesar da referência feita a Lênin, como aparece na epígrafe com que iniciamos este subcapítulo, a influência marcante, mais uma vez, é Lukács. A observação sobre a percepção



fatalista da história difundida pela via prussiana remete, na verdade a Lukács, especialmente à pesquisa histórica que fez sobre as raízes do irracionalismo moderno e sua relação com o desenvolvimento histórico alemão, conforme discutimos no capítulo II. Exatamente o tipo de pesquisa à qual Carlos Nelson Coutinho procurava dar sequência, tendo por objeto a produção cultural e intelectual brasileira e a incidência de modernas correntes irracionalistas sobre ela. Mas com uma peculiaridade significativa, pois o que estava no centro da reflexão sobre a via prussiana não era tanto a questão agrária, como em Lênin, ou a questão nacional, como em Lukács, mas a questão democrática — o que não quer dizer, necessariamente, que esta última estivesse ausente das preocupações de Lênin e Lukács. Esse novo deslocamento pode ser percebido na exemplificação de Carlos Nelson Coutinho ao salientar os desdobramentos da conciliação entre o novo e o velho no "plano imediatamente político", com a exclusão da participação popular no fazer história por meio de um "reformismo pelo alto".

Segundo nossa interpretação, isto ocorre, entre outros motivos, porque essa categoria de análise, nessa formulação explícita para a realidade brasileira, já aparece mediada por uma circunstância própria à esta última, dada a importância estratégica que o tema da democracia assumiria para as esquerdas no contexto do regime militar. O que, aliás, havia sido antecipado por Nelson Werneck Sodré antes do Ato Institucional nº5 de 1968, conforme discutimos no capítulo I. Daí não concebermos que a hipótese da via prussiana fora aplicada de forma puramente modelar para o estudo da formação social brasileira. O fato da palavra modelo aparecer entre aspas na citação acima revela a consciência do autor em relação a esta questão, embora ele não aprofunde as diferenças entre a via prussiana original e a brasileira. Esta, aliás, uma lacuna não sanada por parte deste autor. Além disso, há uma apresentação esquemática do conceito, o qual precede, na exposição, a apresentação dos fatos históricos que o comprovariam, dando margem à crítica que considera a utilização deste conceito como a transposição de um modelo para a interpretação do desenvolvimento brasileiro conforme



está sugerido nas análises mais recentes sobre o assunto. Contudo, como iremos argumentar, há ao menos uma tentativa de fundamentação desta hipótese a partir das determinações históricas da formação social brasileira, em especial aqueles que envolvem a camada dos intelectuais. Deste modo, será a partir da discussão realizada por Coutinho sobre os efeitos da via de desenvolvimento histórico seguida no Brasil sobre a sua intelectualidade e culturas que irá se delineando a via prussiana "à brasileira".

No ensaio *O Significado de Lima Barreto na Literatura Brasileira* (1974), Carlos Nelson Coutinho utiliza a hipótese da via prussiana como apoio para explicar duas questões: primeiro, por que na literatura brasileira não havia uma continuidade com o realismo, que alcançara grande expressividade em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*; segundo, o que levava a maioria dos intelectuais brasileiros a situarem-se numa posição de "intimismo à sombra do poder", mesmo aqueles que demonstravam um inconformismo declarado com a realidade do país. O estudo sobre Lima Barreto também apresentava uma ligação direta com o projeto de política cultural concebido por Coutinho e os jovens intelectuais pecebistas. O objetivo era resgatar um importante expoente do pensamento crítico brasileiro, reatando os laços com os representantes da herança humanista no Brasil e mapeando uma embrionária "cultura brasileira democrática e nacional-popular" (Coutinho, 1974).

Lima Barreto era um autor realista e na perspectiva lukacsiana o autêntico realismo é justamente uma expressão estética que explora e trabalha com as contradições sociais no fazer arte. Questão, como é sabido, cara à dialética marxista. Além disso, diferentemente dos anteriores autores brasileiros representantes do realismo, como Machado de Assis e Manuel Antonio de Almeida, Lima Barreto é um homem contemporâneo à formação da República no Brasil, tendo participado dos primeiros embriões de organizações culturais exteriores ao Estado, como a imprensa operária (Coutinho, 1981b). Num ensaio posterior, já sob forte influência gramsciana, Coutinho esclarece esse ponto



Lima é o primeiro grande intelectual brasileiro a se beneficiar dessa maior explicitação das contradições sociais entre nós, dessa primeira (ainda que incipiente) tentativa de organizar a partir de baixo a vida política e cultural brasileira. Lima publicou grande parte de sua produção cultural, sobretudo jornalística, nessa nova imprensa operária que surgia em sua época. E em seu principal romance, o Policarpo Quaresma, Lima faz uma crítica demolidora da sociedade brasileira, atingindo-a em seu ponto talvez mais típico: no modelo de desenvolvimento "prussiano", "pelo alto", que o florianismo e o militarismo (tema central do romance) encarnavam tão bem. (Coutinho, 1981b, p.102)

Ao contrário de muitos outros escritores brasileiros, esse autor fornecia portanto a perspectiva de um intelectual situado na esfera da sociedade civil, ainda que embrionária, e com uma certa independência do raio de ação do Estado brasileiro —este um alvo constante da crítica dos renovadores pecebistas. Por meio de um procedimento que pressupunha uma homologia entre a formação social do período e o painel social e os tipos humanos retratados na obra de Lima Barreto, Coutinho visualiza para o leitor e pelas lentes do escritor as deformações humanas provocadas pela forma como o capitalismo emergia na sociedade brasileira. Assim, vai descortinando as determinantes da via prussiana na formação brasileira sugeridos e criticados pela narrativa realista desse autor, como a burocracia estatal e o bonapartismo militar, em especial no seu principal livro, *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, como percebemos na passagem a seguir:

(...) com efeito, o que interessa a Lima, na totalidade extensiva da sociedade brasileira, são aquelas conexões capazes de expressar, do modo mais significativo possível, os traços do "modelo prussiano" que pretende combater. Esquematizando um pouco, poderíamos dizer que essas conexões expressivas, tal como se configuram no universo do *Policarpo*, são a burocracia (que aparece concretamente, no romance, não apenas na representação do mundo das relações burocráticas, mas também através das deformações que esse mundo impõe a vários personagens secundários) e o bonapartismo militar (ou, mais propriamente, aquela manifestação de "transformação pelo alto", enquanto formas sociais voltadas

para a eliminação do papel das massas populares na criação da história, aparecem como conexões essenciais da "via prussiana" e, desse modo, manifestam-se igualmente - de forma acentuada e típica - na vida social brasileira. (Coutinho, 1974, p.37)

O bonapartismo militar, inclusive, seria uma "conexão essencial" da via prussiana dos ciclos militares dos anos 30 e 40, 60 e 70, cuja origem Coutinho capta, através do olhar de Lima, no período de formação da República. Dado o enfoque humanista que sobressai nesta fase do autor, a ênfase é dada à maneira trágica como o país ingressara na modernidade capitalista, não ocorrendo nessa passagem a liberação do potencial humano aprisionado pela estrutura colonial, como ocorrera em alguns países europeus em relação ao feudalismo. Longe disso, se teria a manutenção da situação de alienação e pobreza material e espiritual de grande parte da população, configurando uma verdadeira miséria brasileira. Tal tragédia já havia sido assinala, segundo Coutinho, por Machado de Assis:

Não há dúvida de que Machado já percebe o modo pelo qual os elementos capitalistas modernos penetram no velho mundo semifeudal; mais que isso, indica como essa penetração, longe de representar uma ampliação dos horizontes humanos, contribui para reforçar — na medida em que se processa nos quadros da "via prussiana" — a miséria humana objetiva da vida social brasileira. (Coutinho, 1974, p.16)

Ao leitor mais atento não passará despercebida a expressão semifeudal. Anteriormente, já assinalamos que os autores renovadores vão procurar romper com a concepção histórica do PCB, aproximando-se de Caio Prado Júnior. No entanto, no caso de Coutinho, isso ainda não ocorre por completo neste ensaio, vindo a acontecer de modo mais marcante no período em que retorna da Itália e da publicação de *A Democracia Como Valor Universal*. Voltaremos a esse ponto.

As implicações desumanas dessa via prussiana que se insinuava sobre a sociedade brasileira estariam expressas no fenômeno da bizarrice, representado na trajetória do



personagem Policarpo Quaresma, um herói em busca de valores autênticos num mundo degradado e que na luta para preservar o núcleo de sua humanidade diante de um mundo hostil, tem esse mesmo núcleo esfacelado, encontrando na excentricidade das atitudes, a bizarrice, sua única saída:

(...) é precisamente através dos seus traços bizarros que Policarpo Quaresma eleva-se à universalidade concreta do autêntico tipo romanesco realista, ou seja, converte-se em "herói problemático". (...) Enquanto tipo bizarro, Policarpo Quaresma torna-se o símbolo das contradições humanas impostas pela "via prussiana" seguida pelo Brasil: através da figuração do seu miserável destino, Lima concretiza — com meios especificamente artísticos — uma demolidora e implacável crítica àquela sociedade que condena ao ridículo, à extravagância e à bizarrice as mais profundas e autênticas inclinações do nosso povo no sentido da realização humana e, mais concretamente, da realização humana através da participação criadora no melhoramento da sociedade. (Coutinho, 1974, p.35)

Policarpo é assim um homem que não encontra meios de colocar seu potencial e talento à sociedade em que vive. A via prussiana é desenhada como uma espécie de gaiola de aço que vai traçando um círculo fatal ao redor daqueles que buscam construir o país a partir "de baixo". Em seu conteúdo, ela seria, nessa primeira perspectiva desenvolvida por Coutinho, essencialmente uma via unilateral de desenvolvimento. Há expansão econômica, mas o potencial humano contido principalmente entre os subalternos permanece aprisionado.

Esse modo de desenvolvimento que situará grande parte dos intelectuais brasileiros numa posição de intimismo à sombra do poder, não visualizando possibilidades de intervenção sobre o curso trágico da sociedade brasileira, até mesmo por não conceberem um ator que o fizesse. O intimismo revelava-se como uma herança negativa do passado colonial brasileiro, em que prevalecendo a condição do trabalho escravo os intelectuais faziam de sua cultura um meio de diferenciação e status social, distanciando-se da classe social que era o sustentáculo daquela formação social e se integrando ao aparelho de Estado como meio de

sobrevivência. No plano da produção intelectual e artística, os intelectuais intimistas acabam por realizar, em expressão lukacsiana, uma "apologia indireta do existente", deixando de lado em sua obra as contradições sociais constitutivas da realidade brasileira em sua essência. Assim ocorria, por exemplo, com os românticos brasileiros e a perspectiva de fuga da realidade que animava em geral os seus romances, ou os naturalistas e o reducionismo da condição humana a uma fatalidade, um puro reflexo do meio ambiental e biológico⁵³. Modernamente, o estruturalismo e o seu cientificismo que, por meio dos conceitos que constrói, apresenta um mundo fetichizado e regido unicamente pela lógica cega das estruturas.

Da visão intimista decorrem ou a resignação completa dos intelectuais em face da realidade ou a crença de que a mudança virá da ação de um indivíduo iluminado, dotado de capacidades excepcionais:

(...) a visão do mundo de Policarpo está longe de libertar-se das deformações impostas pela sua bizarrice e pelo seu isolamento (no plano subjetivo) e pela "prussianização" da sociedade brasileira (no plano objetivo). Em vez de enxergar num caminho democrático-popular, numa autêntica transformação "por baixo", a solução para os problemas que pressentia, Policarpo — em sua falta de vinculações concretas com a vida social — começa a se tornar entusiástico defensor de "um governo forte até a tirania". Em outras palavras: o major "descobrirá" — e, em sua bizarrice, assumirá com seu exacerbado *pathos* subjetivista — a problemática da "revolução pelo alto", ou seja, da típica modalidade de transformação social nos países que seguem a "via prussiana". Essa modalidade implica na crença de que alguns indivíduos excepcionais, ou quando muito uma elite esclarecida, podem substituir — enquanto sujeito histórico — as massas populares, que se supõe condenadas à apatia e à ignorância. (Coutinho, 1974, p. 40-41)

A via prussiana de desenvolvimento desencadeada pela ação das elites brasileiras potencializaria essa visão intimista entre os intelectuais e as classes subalternas por manter o

⁵³ Segundo Coutinho: "as contradições sociais e humanas, fruto das vicissitudes histórico-concretas de nosso país, aparecem no naturalismo como produto de uma "fatalidade" ambiental e biológica, sobre a qual a ação



distanciamento entre esses dois segmentos, perpetuando a fragmentação da sociedade vinda dos tempos da Colônia. Conseguindo anular, no processo de mudança social, o fortalecimento da sociedade civil. Quanto a crença na ação de um ator iluminado, é provável que relacionasse esse fato à ascensão da figura de Vargas e seu papel na "revolução pelo alto" no Brasil, embora não faça uma referência explícita a isto no ensaio.

Mais dois pontos merecem ser observados na passagem acima. Por um lado, a expressão "revolução pelo alto" sugere a influência de Barrington Moore, revelando a presença constante da obra deste autor na construção de uma imagem do Brasil como resultado de uma via prussiana. Por outro lado, a conceituação da realidade brasileira como resultado de uma via prussiana, expressando sobretudo o alijamento das classes subalternas nos momentos decisivos de transição ao moderno, estando ausente uma revolução nacional-democrática, vem apenas reforçar e dizer de um outro modo algo que já havia sido afirmado de diferentes maneiras nos documentos do PCB, ou por autores como Nelson Werneck Sodré, Caio Prado e Celso Furtado, isto é, a expansão capitalista no Brasil não promovera a integração do conjunto da população à vida nacional. Quanto a isso, há uma continuidade em Coutinho com uma tradição anterior do pensamento social brasileiro, a diferença começaria a aparecer na explicação desse fato, dando-se mais atenção agora ao pacto conservador que fundamentara a ação do Estado na formação brasileira ⁵⁴. *Era a questão democrática sendo conduzida ao núcleo da reflexão sobre o país.*

➤ Voltando a Lima Barreto, sua importância estaria não apenas em ter representado em sua narrativa os traços deformadores e desumanos da via prussiana, mas também pela recusa à

efetiva dos homens não teria nenhum poder". (Coutinho, 1974, p.7). No dizer de Gramsci, "protagonistas os fatos".

⁵⁴ Marco Aurélio Nogueira, autor que também fez parte da chamada "corrente renovadora", sintetizou bem a preocupação daquela geração que produziu sob a mira do regime militar: "O objetivo era explícito: explicar de que modo a mudança capitalista brasileira - diferentemente da clássica via popular francesa ou da "via russa", mas também da "via prussiana" seguida pela Alemanha - obteve impulso não de movimentos políticos de caráter societal (empreendidos seja por massas organizadas, seja por *junkers* modernizantes), mas sim do protagonismo estatal, verdadeiro agente de uma revolução burguesa que se faz através de um moderado e conciliador ajuste de contas com o passado colonial" (Nogueira, 1998, p. 277)

postura intimista e à constante procura por alternativas ao círculo fatal traçado pelas classes dominantes⁵⁵. Há em Lima a perspectiva de superação da via prussiana através da ação dos sujeitos

O caráter participante do realismo de Lima impunha-lhe a busca de alternativas concretas, a elaboração de uma perspectiva de superação, através da criação estética de tipos e de destinos humanos. No quadro da estagnação social da Primeira República, era bastante difícil, sem cair na utopia romântica, encontrar figuras humanas positivas capazes de representar essa alternativa. O movimento operário, como vimos, já era suficiente para fornecer ao romancista um "ponto de Arquimedes" situado fora do "caminho prussiano", ou seja, para lhe fornecer uma base ideológica histórico-universal para a sua crítica radical de nossa sociedade. Mas essa base ainda era na época suficientemente abstrata. (Coutinho, 1974, p.47)

Eis a preocupação constante do marxismo, reposta nesse início de século: "achar" "o ponto de Arquimedes" por onde promover e dirigir a mudança. Era essa também a questão para o marxismo nos anos 70 no Brasil. O "ponto de Arquimedes" é o elemento orientador não apenas da ação, mas também o fio condutor da interpretação histórica, conferindo sentido à mesma. Embora nunca fizesse da classe operária seu objeto próprio de estudo, Coutinho, em sintonia com o marxismo clássico, a identifica claramente com o sujeito central da transformação. Qual o sentido portanto da retomada da discussão sobre a via prussiana nos anos 70? Tal conceito vai ganhando sentido à medida que o autor vai recompondo os

⁵⁵ Segundo Coutinho, embora ainda não visualizasse um sujeito coletivo capaz de se opor à via prussiana, Lima traça em *Triste Fim de Policarpo Quaresma* alguns tipos humanos situados à margem da vida econômica e que conseguem minimamente preservar uma ética e dignidade pessoais, seu núcleo humano, diante da miséria material e espiritual que prevalece ao seu redor. Disto seriam exemplos os personagens Ricardo Coração dos Outros, o poeta, e Olga. Retomando Goldmann, diz o autor: "Lucien Goldmann, analisando o fenômeno da reificação, observou muito corretamente: "O desenvolvimento da produção capitalista fundado sobre o fator puramente quantitativo do valor de troca eliminou progressivamente a compreensão dos homens para os elementos qualitativos e sensíveis do mundo natural. A sensibilidade para tais elementos tornou-se cada vez mais o privilégio 'dos poetas, das crianças e das mulheres', ou seja, dos indivíduos situados à margem da vida econômica". A conservação do núcleo humano em Olga, a sua sensibilidade para os problemas éticos, têm suas raízes nessa possibilidade marginal contida no desenvolvimento do mundo da alienação; desligada da vida econômica, Olga consegue afirmar eticamente a sua interioridade, colocando em segundo plano as mesquinhas considerações de interesse egoísta." (Coutinho, 1974, p.50)

obstáculos construídos pela ação das elites em nossa formação social, em especial no âmbito do Estado, à participação autônoma e transformadora das classes subalternas na história— processo sintetizado pelo conceito via prussiana. O que especifica a produção de Coutinho nesse conjunto de interpretações que aqui apresentamos é a sua constante preocupação em deslindar os constrangimentos postos aos intelectuais. Os sujeitos que animam a sua produção teórica.

O conceito via prussiana, convertido em hipótese explicativa de nossa particularidade, é requerido para dar visibilidade ao alvo de ação dos intelectuais identificados ao socialismo. É o processo a ser desconstruído e superado. Voltando ao importante ensaio sobre Lima Barreto, Coutinho percebe nesse autor a expressão de uma vertente crítica, humanista e nacional-popular que não encontrara no período de formação da República brasileira um ator que lhe desse expressão e, muito menos, uma continuidade sólida no campo da cultura. No plano expositivo, a analogia ao caminho prussiano, oposto ao democrático-popular, viria ilustrar as razões desse fato, pois essa via impôs uma descontinuidade à toda e qualquer manifestação humanista e democrática que emergisse, promovendo um desenvolvimento unilateral e contrário à efetiva integração nacional, operando um corte entre intelectuais e o povo e anulando a ação destes por meio de transformações promovidas "pelo alto"⁵⁶.

Assim, temos nesse ensaio sobre Lima Barreto e sob inspiração explicitamente lukaciana, uma primeira tentativa entre os integrantes da "corrente renovadora" de conferir à categoria via prussiana um caráter paradigmático geral na explicação do caso brasileiro. Seguindo a sugestão de Lukács que vimos no segundo capítulo, amplia o conceito para além

⁵⁶ Para Coutinho, "(...) nos países que seguiram uma via democrática de desenvolvimento, nos quais a contínua intervenção popular na criação da vida nacional assegura a formação de um amálgama sócio-humano relativamente homogêneo e unitário, a literatura apresenta também uma marcada continuidade: os novos escritores tomam sempre como ponto de partida, ainda que para superá-los dialeticamente, os problemas e as soluções encontrados por seus antecessores. (...) Uma continuidade desse tipo inexistente nos países que adotaram a "via prussiana" como forma de desenvolvimento. Em primeiro lugar, isso decorre da radical separação entre os intelectuais e o povo-nação; em segundo, da fragmentação e da heterogeneidade sociais decorrentes da ausência de um sujeito nacional-popular unitário, que intervenha continuamente na criação da história. (Coutinho, 1974, p.11-12).



do campo estrutural, descortinando também as manifestações ideológicas que marcam a cultura brasileira e impedem a difusão de uma cultura democrática e nacional-popular. Revelando uma preocupação maior em apanhar os momentos de formação da esfera supra-estrutural, da sociedade civil brasileira (no sentido gramsciano, embora esse conceito somente seria incorporado plenamente pelo autor numa fase posterior ao ensaio sobre Lima Barreto). Um desdobramento dessa linha lukacsiana viria com José Chasin e a hipótese da via colonial, como teremos oportunidade de mencionar.

Uma observação crítica também deve ser mencionada em relação à fundamentação realizada por Coutinho, pois já nessa fase de sua produção percebe-se um traço que será uma constante no modo de apresentar a noção de via prussiana como explicativa da trajetória brasileira. Há sempre uma preocupação maior em mostrar os efeitos da via prussiana sobre os intelectuais e as classes sociais, em especial a difusão de uma concepção fatalista da história, do que aprofundar o papel das classes dominantes em cada período no desencadeamento de uma via conservadora de transformação social e mostrar como isto foi uma resposta às próprias tentativas de ação autônoma por parte dos subalternos. Este aspecto, no nosso entender, acabou por prejudicar a própria fundamentação feita por Carlos Nelson Coutinho da via brasileira como uma modalidade de via prussiana, apresentando esta ligação quase sempre de modo esquemático ou pouco aprofundado. Aponta que houve conciliações entre as novas e velhas classes dominantes, e, conseqüentemente, a marginalização das classes subalternas no controle do desenvolvimento social, no entanto, não vai muito além disto, o que pode por vezes desistoricizar o próprio conteúdo do conceito por ele utilizado, transformando-o em modelo. Paradoxalmente, isto poderia aproximá-lo das vertentes estruturalistas por ele criticadas.

Apesar da evidente tentativa de renovar o marxismo brasileiro por meio da incorporação de autores pouco conhecidos até os anos 50, a interpretação sobre o



desenvolvimento brasileiro ainda não apresenta rompimentos significativos com a leitura predominante no PCB, como a emblemática questão do feudalismo. Aliás, a própria reivindicação de uma herança humanista e democrática a ser mapeada e resgatada pelo projeto da política cultural aparece muito mais, em nossa interpretação, como um desdobramento do antigo projeto nacional-democrático elaborado pelo PCB ao longo de décadas. Embora tivesse também um claro conteúdo antiestalinista. Da parte de Coutinho, o questionamento maior sobre a visão de Brasil expressa nos documentos do PCB se tornaria mais explícita após seu retorno da Europa no final dos anos 70, quando concebe uma nova leitura de Gramsci e procura, junto com outros integrantes da "corrente renovadora", influir diretamente na política do Partido. É o que veremos agora.

Após praticamente liquidar com todos os principais grupos da luta armada entre fins de 1973 e início de 1974, um dos alvos principais, senão o principal, da repressão militar foi o PCB, fazendo com que muitos de seus integrantes se vissem obrigados a permanecer na clandestinidade ou saírem do país, como aconteceu com a direção do Partido⁵⁷. Carlos Nelson Coutinho refugiou-se no exterior, fato que teve grande importância na sua produção intelectual, pois foi esse acontecimento que o colocou em contato direto com as novas tendências do marxismo nos anos 70, em especial a influente cultura política do Partido Comunista Italiano, também conhecida como "eurocomunista"⁵⁸.

⁵⁷ Segundo Leandro Konder: "As dificuldades econômicas do País e o esgotamento da demagogia feita em torno do "milagre econômico" levaram o regime ao projeto da "distensão lenta, segura e gradual" (nas palavras do sucessor de Médici, general Ernesto Geisel); as forças de oposição — e entre elas o PCB — puderam intensificar suas atividades políticas e se engajar na campanha eleitoral de 1974. Os órgãos da repressão resolveram, então, golpear os comunistas: seqüestraram e mataram vários membros do comitê central do PCB (David Capistrano da Costa, Luiz Ignácio Maranhão Filho, João Massena Melo, Walter Ribeiro; pouco depois, Elson Costa, Jaime Miranda, Hiram Lima Pereira, Itair Veloso e Orlando Bonfim Júnior). Marco Antonio Tavares Coelho e Osvaldo Pacheco também foram presos e barbaramente torturados. A circulação da Voz Operária foi interrompida. A direção do PCB foi forçada a sair do Brasil e passou, então, a funcionar no exterior". (Konder, 1980, p.123)

⁵⁸ Segundo Marcos Del Roio: "A expressão "eurocomunista" tem origem na publicística do debate político italiano, referindo-se à estratégia desenvolvida pelo então secretário-geral do PCI, Enrico Berlinguer, conhecida como "compromisso histórico". Simplificadamente, constituía um projeto de aliança entre as massas comunistas e católicas no marco da defesa e aprofundamento da democracia. O respaldo teórico era oferecido por uma certa leitura de Gramsci, que colocava a questão democrática no centro da ação político-cultural dos comunistas. Pretendia ser uma atualização das formulações de Gramsci, mas também um desenvolvimento da tese de Togliatti sobre a "via italiana ao socialismo", algo como uma "via euro-ocidental ao socialismo". (...) O



Esse contato com o eurocomunismo vai lhe fornecer novas indicações de como estabelecer a continuidade com a estratégia política delineada na *famosa Declaração de Março de 58*, em especial no que se refere a democracia, e transitar de leitura filosófico-humanista sobre o Brasil para uma mais propriamente política. Um "novo" Gramsci passa ter uma importância maior em sua elaboração teórica. Num estudo posterior sobre a recepção do marxista italiano no Brasil, Coutinho esclarece as diferenças entre as duas principais fases desse processo:

Essas referências permitem traçar as características fundamentais do primeiro ciclo da presença de Gramsci no Brasil (um ciclo que prossegue, como veremos, até a metade dos anos 70): o Gramsci nelas presente não é o agudo teórico do Estado "ampliado" e da revolução socialista no "Ocidente", nem mesmo o pesquisador de formas "não-clássicas" de transição para a modernidade capitalista (pesquisa expressa no conceito de "revolução passiva"), mas sim o "filósofo da práxis", o propositore de uma leitura humanista e historicista do marxismo, radicalmente diversa da vulgata soviética que até então nos fora imposta. Não é assim por acaso que, nessa sua primeira incursão brasileira, Gramsci aparece quase sempre ao lado de Lukács e do Sartre da *Critique de la raison dialectique*: os três são apresentados como instrumentos privilegiados de uma batalha cultural certamente antidogmática, mas que se pretende ainda centrada substancialmente nos terrenos da filosofia, da estética e da crítica da cultura. (In: Moraes, 1998, 125-126)

Essa interpretação "filosófico-cultural" de Gramsci vinha marcada pela referida divisão de trabalho existente no interior do PCB. Em sua volta ao Brasil no final de 1979, o objetivo é, ao contrário, fazer com que as novas concepções amadurecidas entre a corrente renovadora, sem dúvida também inspiradas no "eurocomunismo", orientem a ação do PCB na arena política, abrindo campo para a construção do caminho brasileiro ao socialismo,

"eurocomunismo" tinha também como pano de fundo uma visão crítica do "socialismo real" e a insistência na particularidade histórica do Ocidente e da transição socialista. Seria uma *terza via* entre o stalinismo e a socialdemocracia. O que se buscava, enfim, era um novo nexo estratégico entre democracia e socialismo". (In: Pinassi, 2002, p.133).



seguindo o traçado teórico formulado por Togliatti para a Itália ⁵⁹. Nesse sentido é que será mobilizado o pensamento de Antonio Gramsci, agora compreendido como o "crítico da política" no campo do marxismo e o principal formulador contemporâneo, nos *Cadernos do Cárcere*, do caminho ocidental ao capitalismo. No livro que escreveu sobre ele, Coutinho esclarece esse ponto:

(...) o Gramsci dos *Cadernos* assumiu uma estatura decisivamente universal: "Deve-se ressaltar — observa o historiador inglês Donald Sassoon — que Gramsci não propõe um 'caminho italiano para o socialismo', mas sim um caminho 'ocidental' em contraposição ao 'oriental'". Se recordamos que, para Gramsci, "Oriente" e "Ocidente" não são conceitos geográficos, mas indicam diferentes tipos de formação econômico-social, em função sobretudo do peso que neles possui a sociedade civil em relação ao Estado; e se lembrarmos que, para ele, as formações "orientais" tendem historicamente a se converter em "ocidentais", já que o fortalecimento da sociedade civil resulta do próprio desenvolvimento histórico, então se torna ainda mais evidente esse caráter universal de suas reflexões. Uma universalidade, aliás, que só tenderá a crescer, à medida que se acentuar o processo necessário de "ocidentalização" das sociedades mundiais. (Coutinho, 1981a, p.64-65)

Desse modo, a hipótese gramsciana sobre a revolução passiva será requerida tanto para auxiliar a desvendar o processo de ocidentalização da formação social brasileira e suas implicações, como para fundamentar uma estratégia de guerra de posições coerente com o novo perfil ocidental do país. No que diz respeito ao nosso objeto principal de discussão, haverá no pensamento de Coutinho uma relativa mudança no modo como será incorporada a hipótese da via prussiana para explicação do caso brasileiro, agora acrescida da interpretação

⁵⁹ Aqui a definição de Togliatti do caminho italiano ao socialismo, o qual incorpora a democracia: "Como devemos desenvolver ulteriormente a linha de nosso Partido? Devemos continuar na busca e realização de um caminho nosso, de um caminho italiano de desenvolvimento para o socialismo. Mas gostaria de corrigir os camaradas que disseram — como se se tratasse de uma coisa simplesmente pacífica — que caminho italiano de desenvolvimento para o socialismo quer dizer caminho parlamentar e nada mais. (...) Caminho italiano é um caminho de desenvolvimento para o socialismo que leva em conta as condições já realizadas e as vitórias já alcançadas. Dados que essas vitórias criaram uma ampla base de desenvolvimento democrático, o caminho italiano é um caminho que prevê um desenvolvimento no terreno democrático, de fortalecimento da democracia e de sua evolução no sentido de determinadas e profundas reformas sociais." (Togliatti, 1980, p. 154)



de Gramsci sobre a revolução passiva. Se, num primeiro momento, especialmente no ensaio sobre Lima Barreto, o paradigma da via prussiana é utilizado para compor a imagem da miséria brasileira, caracterizando uma formação social na qual grande parcela da população permanece excluída de uma participação efetiva na vida nacional, num segundo momento, articulada ao paradigma da revolução passiva e de revolução pelo alto, ela vem fornecer a imagem de um país não mais oriental, embora ainda conservador e elitista em relação aos subalternos e preservando relações sociais do passado, como o latifúndio:

Nossa formação econômico-social, em consequência, tornou-se cada vez mais "burguesa", tanto na estrutura de classes quanto nas formas de dominação política. Não somos mais uma sociedade agrária, essencialmente pré-capitalista, com algumas ilhas de capitalismo industrial. Além de uma numerosa e moderna classe operária, temos em nossa estrutura social amplos estratos de camadas médias assalariadas. (...) Tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista político e social, estamos mais próximos de um país ocidental de desenvolvimento capitalista "médio" (a Itália de 1945, a Espanha de hoje), do que da Rússia de antes de 1917 ou da China de antes de 1949. (Coutinho, 1980, p. 56-57)

A referência à Rússia e China não é casual. Se a inspiração no pensamento de Gramsci viria fundamentar uma estratégia que colocasse a democracia como elemento central na mudança social e na renovação do Estado, operando uma guerra de posições em relação ao legado da via prussiana e da revolução passiva no país, no plano teórico servirá para desconstruir a visão "oriental" formulada pelo PCB desde os anos 30. Esse, no nosso entender, o principal ponto de convergência dos renovadores com Caio Prado Júnior, pois irão retomar as críticas desse autor ao que consideravam serem concepções oriundas ainda do modelo teórico "oriental" difundidos pela *Terceira Internacional Comunista* a partir do final dos anos 20. O objetivo era por no mesmo compasso a estratégia ocidental esboçada pela linha de ação do Partido nos momentos em que abdicara das táticas insurrecionais de ascensão



ao poder com uma interpretação do país que também levasse em consideração o seu perfil ocidental⁶⁰. Para este novo aspecto da realidade brasileira, já faria sentido a noção gramsciana de Estado ampliado, envolvendo não apenas o aparato coercitivo do Estado, mas também o campo das organizações privadas de hegemonia, da sociedade civil, espaço por excelência da atuação dos intelectuais. A categoria revolução passiva, assumida como um critério de interpretação pelos intelectuais, ilustraria em que condições constituía-se esse Estado ampliado no Brasil e como a coerção acabaria prevalecendo sobre o consenso durante a implementação do modo de produção capitalista.

No entanto, apesar de assumir a validade do paradigma revolução passiva para o caso brasileiro, Coutinho nunca realizou de fato um aprofundamento desta hipótese a partir da confrontação com as determinantes históricas e sociais da formação econômico-social brasileira. É o que revela uma passagem do influente ensaio *A Democracia Como Valor Universal*:

Como já foi assinalado várias vezes, as transformações políticas e a modernização econômico-social no Brasil foram sempre efetuadas no quadro de uma "via prussiana", ou seja, através da conciliação entre frações das classes dominantes, de medidas aplicadas de cima para baixo, com a conservação de traços essenciais das relações de produção atrasadas (o latifúndio) e com a reprodução (ampliada) da dependência ao capitalismo internacional. Essas transformações "pelo alto" tiveram como causa e efeito principais a permanente tentativa de marginalizar as massas populares não só de uma participação ativa na vida social em geral, mas sobretudo do processo de formação das grandes decisões políticas nacionais. Os exemplos são inúmeros: quem proclamou nossa Independência política foi um príncipe português, numa típica manobra "pelo alto"; a classe dominante do Império foi a mesma da época colonial; quem terminou capitalizando os resultados da

⁶⁰ Num texto escrito alguns anos após sua saída do PCB, Werneck Vianna apontaria o que os renovadores consideravam ser a principal ambigüidade no PCB: "(...) instala uma insanável ambigüidade na *práxis* comunista: a estratégia de revolução manterá, ao fundo, a fórmula "nacional-libertadora", porém, sua prática crescentemente adere ao Ocidente, concedendo-se papel de realce ao reforço das instituições da democracia representativa". Assim, apesar de praticar uma política "ocidental", permaneciam "*intocadas as concepções de fundo sobre o processo particular de imposição do capitalismo no Brasil*". Falsas noções como feudalidade, oposição entre atraso e moderno, estatuto econômico-social, seguem ligando as duas políticas"—grifo nosso. (Vianna, 1988, p.167, 170)



proclamação da República (também ela proclamada "pelo alto") foi a velha oligarquia agrária; a Revolução de 1930, apesar de tudo, não passou de uma "rearrumação" do antigo bloco de poder, que cooptou — e, desse modo, neutralizou e subordinou — alguns setores mais radicais das camadas médias urbanas; a burguesia industrial floresceu sob a proteção de um regime bonapartista, o Estado Novo, que assegurou pela repressão e pela demagogia a neutralização da classe operária, ao mesmo tempo em que conservava quase intocado o poder do latifúndio, etc. Mas essa modalidade de "via prussiana" (Lênin, Lukács) ou de "revolução-restauração" (Gramsci) encontrou seu ponto mais alto no atual regime militar, que criou as condições políticas para a implantação em nosso país de uma modalidade dependente (e conciliada como latifúndio) de capitalismo monopolista de Estado, radicalizando ao extremo a velha tendência a excluir tanto dos frutos do progresso quanto das decisões políticas as grandes massas da população nacional" (Coutinho, 1980, p.32-33)

Aqui o conceito de revolução restauração é apresentado como um sinônimo de via prussiana e revolução pelo alto, sem aprofundar as distinções entre os mesmos e sua relação com o caminho brasileiro ao capitalismo. Uma discussão um pouco mais detida sobre a revolução passiva no Brasil seria feita por Coutinho em ensaios posteriores e que extrapolam o período por nós analisado. Neles, o autor procura enfatizar que a via prussiana elucidaria melhor os aspectos infra-estruturais da passagem ao capitalismo, enquanto a revolução passiva os aspectos superestruturais⁶¹.

A novidade na citação acima em relação ao ensaio sobre Lima Barreto é a relação que faz entre a permanência do latifúndio e a reprodução da relação de dependência ao capital externo, reatualizando uma antiga tese do PCB. Por outro lado, trata-se de um momento no qual a influência de Gramsci sobre Coutinho é maior do que no período em que escrevera seu

⁶¹ Num texto de 1988 no qual discute a recepção de Gramsci no Brasil, afirma Coutinho: "Embora a noção leniniana de 'via prussiana' fosse capaz de constituir uma chave interpretativa para esse processo de transformação pelo alto, só recentemente ela passou a ser utilizada nas análises marxistas da realidade brasileira. De qualquer modo, na medida em que se concentra prioritariamente nos aspectos infra-estruturais do processo, o conceito de Lênin não é suficiente para compreender plenamente as características supra-estruturais que acompanham - e, em muitos casos, determinam - essa modalidade de transição. Portanto não é um acaso que essas tentativas recentes de aplicar ao Brasil o conceito de 'via prussiana' sejam quase sempre complementadas pela noção gramsciana de 'revolução passiva'. (Coutinho, 1988, p.107). No entanto, esta afirmação parece desconsiderar a própria utilização que da noção ampliada de via prussiana, com inspiração em Lukács, que fez no ensaio sobre Lima Barreto, por exemplo, conforme abordamos aqui.



referido ensaio, este de influência marcadamente lukacsiana.⁶² No entanto, permanece a apresentação esquemática do conceito, o qual precede, na exposição, a apresentação dos fatos históricos que o comprovariam. Estes, aliás, são apenas mencionados, não aprofundados em suas ligações com a via conservadora. Curiosamente, esta talvez seja a mais influente passagem na história do pensamento de esquerda no Brasil dentre os textos dos teóricos brasileiros da via prussiana, responsável pela difusão desta concepção.

Uma das implicações desta ênfase nos aspectos políticos e culturais que acompanham essa via conservadora de transformação social será a ausência da dimensão da economia política e de como ela interage com a esfera supra-estrutural. Nisto acompanhando a própria leitura que fazia de Gramsci como um autor que não incorporara ao seu pensamento uma análise das transformações sofridas pelo capitalismo em sua materialidade, na dimensão da economia. A incorporação que faz das indicações de Gramsci sobre a revolução passiva manterá o foco sobre as relações entre o Estado e a sociedade civil e o papel dos intelectuais, mas desconsiderando as análises contidas em *Americanismo e Fordismo* sobre a expansão das modernas formas de sociabilidade do capital.

Temos, portanto, pelo ângulo dos intelectuais, fio condutor entre as duas principais fases da obra de Carlos Nelson Coutinho aqui abordadas, um primeiro traço desse painel da via prussiana "à brasileira" que buscamos recompor.

⁶² Vale lembrar que houve uma tentativa da parte de Leandro Konder e Coutinho de fundir as contribuições de Lukács e Gramsci, a profundidade filosófica do primeiro com a argúcia política do segundo. Conforme Leandro Konder: "Nós começamos a estudar Lukács, cada um a seu jeito, porém de modo mais sistemático. A idéia comum era: Gramsci é o inspirador das idéias políticas das quais nós precisamos; mas Lukács, no plano filosófico, é o nosso mestre." (In: Pinassi & Lessa, 2002, p. 163). No entanto, parece-nos que mais do que uma



3.4- Luiz Werneck Vianna: A classe operária na revolução pelo alto

"(...) a história da classe operária é mais que sua história. O sentido do seu movimento político e social é dado pelas relações com as outras classes, com o Estado, e pela história dessas relações. E que opera num quadro determinado pelo desenvolvimento do capitalismo e pelo tipo de via através do qual realizou sua imposição. Como classe fundamental que é, parte da trama que constitui a formação econômico-social concreta está resumida nela. Excluí-la da Ciência Política - incluindo-a somente através de suas manifestações partidárias - é afastar da análise um elemento crucial para a produção e organização do poder político." (Vianna, A Classe Operária e a Abertura)

Na citação acima temos o objeto central da produção de Werneck Vianna sobre o Brasil enquanto intelectual ligado ao PCB, papel que representou até 1983. Em nossa pesquisa concebemos que a incorporação da reflexão marxista sobre *via prussiana* e *revolução passiva*, além da idéia de *revolução pelo alto* (Moore), por esse autor serviu-lhe como fio condutor para a reconstituição de alguns aspectos da história da classe operária brasileira decisivos para ela e para o país, pois atendia à necessidade de conceituar, num único movimento, o sentido das transformações promovidas pela revolução burguesa no Brasil e fundamentar a estratégia de mudança centrada na democracia.

Num estudo publicado inicialmente em 1981 na revista *Dados*⁶³, Vianna fazia uma crítica à forma como a classe operária havia sido abordada pelo pensamento brasileiro. Por meio dela podemos visualizar qual havia sido o intuito de sua produção até o momento:

fusão entre esses pensadores, Coutinho realizou uma transição de Lukács a Gramsci, embora sem abandonar completamente o primeiro

⁶³ "Fábrica e Sistema Político", in: *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol.24, nº2, 1981.



(...) a construção do objeto classe operária em diferentes áreas do saber - sociologia, política, antropologia, engenharia, medicina etc. - não tem favorecido sua contextualização na formação econômico-social, *especialmente no que diz respeito à forma de imposição do modo de produção capitalista no país*. Talvez esse problema se torne mais reconhecível quando se lembra, por exemplo, dos estudos dedicados à classe operária inglesa, uma das mais bem investigadas. Hobsbawn e Thompson foram antecidos em décadas por Marx e Mantoux, que organizaram o campo intelectual que situou a classe operária nas condições da formação do capitalismo inglês e da revolução industrial (Vianna, 1983, p.30) — grifo nosso.

Convertendo a classe operária em objeto e ator central de sua ciência política desde pelo menos os anos 70, Vianna dava um passo importante na superação de uma das lacunas principais presentes na obra dos autores mais expressivos do marxismo brasileiro até então, como Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré. As obras principais destes dois são representativas de um período da história das esquerdas em que se conferia centralidade à questão nacional, sendo decisivo em suas obras o conceito de Estado-Nação, revelando a preocupação destes com a constituição de uma coletividade nacionalmente integrada e autodeterminada, o que, no nosso entender, acabava por influir na própria construção conceitual por eles realizada na interpretação da formação do país. No entanto, não podemos nos esquecer que no campo do marxismo e fora do campo pecebista, Florestan Fernandes também vinha contribuindo para a superação dessa lacuna, como seria perceptível no seu livro *A Revolução Burguesa no Brasil*⁶⁴. Importante ressaltar aqui como a ênfase conferida à classe

⁶⁴Na crítica às tendências que desconsideravam a importância da classe operária na Revolução Burguesa, Florestan afirmava sua importância e aponta momentos em que esta procurava constituir-se enquanto sujeito autônomo: "Fora da Sociologia marxista prevalece o intento de explicar a Revolução Burguesa somente pelo passado (especialmente pela vitória sobre uma aristocracia decadente ou reacionária, variavelmente anticapitalista), ignorando-se ou esquecendo-se a outra face da moeda, com frequência mais decisiva: a *imposição da dominação burguesa à classe operária*." Logo em seguida, ao apontar a combinação entre formas de acumulação pré-capitalistas e capitalistas na Revolução Burguesa no Brasil, acentua que: "Essa lógica econômica requeria uma política que era o avesso do que se entendia, ideologicamente, como a nossa "Revolução Burguesa" nos círculos hegemônicos das classes dominantes; e que só foi exatamente percebida de início, em sua essência, significado e funções, pelos politizados operários vindos da Europa. Anarquistas, socialistas e (mais tarde) comunistas, *eles não se iludiram quanto ao tipo de dominação burguesa com que se defrontavam. Pintaram-na como ela realmente era, elaborando uma verdadeira contra-ideologia* (e não, apenas, recompondo ideologias revolucionárias, transplantadas prontas e acabadas de fora, como se interpreta correntemente entre os sociólogos)." —grifo nosso. (Fernandes, 1981, p.209, 211)



operária e ao movimento operário é convergente com o momento no qual há um acentuado deslocamento da questão nacional para a questão democrática, conforme já assinalamos.

Voltando a Vianna, vale notar a referência feita a Hobsbawn e Thompson nos estudos sobre a classe operária. Thompson fora um dos autores que combatera duramente a influência do estruturalismo no marxismo, sendo célebre a sua polêmica com Althusser, na qual ele enfatizava o fato da classe operária não constituir-se como uma estrutura rígida, mas ser um sujeito em permanente movimento de reconstrução a partir da sua inserção na luta de classes. O acento era dado precisamente no fazer-se da classe operária⁶⁵. Ao que nos parece, o autor inglês seria uma referência de Vianna, embora não citada explicitamente, no estudo da classe operária brasileira, prestando atenção aos dilemas postos pela revolução passiva no fazer-se dessa classe na formação brasileira.

Dentre as abordagens que se fundamentaram nos paradigmas *via prussiana* e *revolução passiva*, a mais desenvolvida pode ser encontrada nos ensaios de Werneck Vianna que, dentre aqueles da corrente renovadora, é o que mais os utilizaria em conjunto com as hipóteses de Barrington Moore Jr. sobre a *modernização conservadora* como *revolução pelo alto*.

A explicação do caminho brasileiro com inspiração em Lênin, Gramsci e Moore viria a lume no seu livro *Liberalismo e Sindicato no Brasil*, de 1976. Escrito em 1975, este fora inicialmente apresentado como tese de doutorado na Universidade de São Paulo. No entanto, como o próprio autor salientaria posteriormente num prefácio para a reedição do livro, tratava-se de "um bizarro documento político em forma de tese" (Vianna, 2001, p.2). Elaborado num momento particularmente dramático para o PCB, lembrando que boa parte da

⁶⁵ Veja-se a explicação de Thompson ao título de seu livro e à sua concepção de classe social: "*Making*, because it is a study in an active process, which owes as much to agency as to conditioning. The working class did not rise like the sun at an appointed time. It was present at its own making. (...) By class I understand an historical phenomenon, unifying a number of disparate and seemingly unconnected events, both in the raw material of experience and in consciousness. I emphasize that it is an historical phenomenon. I do not see class as a



liderança do Partido refugiara-se no exterior em 1975 diante da perseguição implacável do governo Geisel, *Liberalismo e Sindicato* constituía um esforço de síntese das novas concepções teóricas e políticas amadurecidas no interior do PCB e que ganhavam expressão na corrente renovadora.

Utilizando-se de uma argumentação mais acadêmica, fortemente contrastada por comentários irônicos aos interlocutores com os quais polemizava ⁶⁶, Werneck Vianna traça no livro um panorama histórico compreendendo principalmente o período situado entre os anos de 1889 e 1946, além de inserir uma breve discussão sobre os debates realizados em 1966 sobre o FGTS no Congresso. Apanhando deste modo os momentos de formação da classe operária brasileira em períodos decisivos da revolução burguesa e das tentativas desta classe em constituir-se como sujeito autônomo no terreno da formação social brasileira. Como buscaremos demonstrar, a discussão sobre as instituições criadas para reger o mercado de trabalho no Brasil, assim como das debilidades de seu liberalismo, teria por fio condutor a exposição dos constrangimentos à ação autônoma da classe operária, assim como ao conjunto das classes subalternas, que foram sendo implementados pelo Estado paralelamente à constituição do modo de produção especificamente capitalista no país. No plano teórico, o paradigma da *via prussiana* auxiliaria a argumentação do autor na explicitação desses constrangimentos, daí a necessidade de reconstruir esta categoria no confronto com a realidade brasileira, decifrando a singularidade da *via prussiana* no Brasil.

"structure", nor even as a "category", but as something which in fact happens (and can be shown to have happened) in human relationships." (Thompson, 1963, p.9)

⁶⁶ Veja-se o comentário sobre a visão de Warner Dean: "A inusitada ideologização do liberalismo, para um ensaísta americano como Dean, torna-o incapaz de associar liberalismo com autoritarismo, omitindo toda a história da formação do capital industrial no ocidente europeu e em seu país. Para ele, o que consiste num verdadeiro despropósito, como Macpherson tem reiterado em todas as suas obras, liberalismo se vincula à noção de democratização pela ampliação das possibilidades de participação. Mas a política puritana do trabalho não-pago nas paróquias inglesas do século XVIII era ou não de natureza liberal?" (Vianna, 1976, p.75). Muito mais que a uma linguagem acadêmica, o estilo de escrita desse trecho é bem semelhante às argumentações permeadas pelas ironias que encontramos em passagens famosas dos textos de Marx, Engels e Lênin. O que revela o sentido genuinamente político do texto.



Tendo sempre no horizonte o próprio regime militar instaurado em 64, Werneck Vianna em *Liberalismo e Sindicato* tem por um de seus objetivos principais decifrar o emblemático "corte institucional operado em 1930", momento, desde seu acontecimento, sempre marcado por interpretações bastante controversas no pensamento social brasileiro. O autor irá localizar na chegada da Aliança Liberal de Vargas ao controle do Estado o momento decisivo da passagem ao domínio burguês no país, tomando-o por marco referencial e construindo sua abordagem pelo recorte entre o que seriam as relações entre o Estado e as classes sociais, especialmente a classe operária, antes e depois dele. A preocupação subjacente aos anos 30 é a de *demarcar a linha de continuidade entre os dois ciclos autoritários* :

"Ocultamento do privado no público, extração da força de trabalho da esfera mercantil e sua subsequente regulamentação pela norma jurídica, ideologia comunitarista, processos e instituições ainda presentes no Brasil de hoje, tiveram sua definição nos primeiros momentos da nova ordem" (Vianna, 1976, p.3)

A partir do contexto no qual Werneck Vianna situava-se como ator, podemos perceber na passagem acima o caráter provocativo nesse paralelo entre os dois regimes, do mesmo modo que em Carlos Nelson Coutinho. Isto é ilustrativo de como as categorias colhidas na tradição marxista vão sendo sutilmente reconstituídas durante a análise do caminho brasileiro para também comporem um discurso ideológico⁶⁷ de oposição ao regime. Voltaremos a esse ponto. Vejamos antes a investigação por ele feita sobre os anos 30 e como, por meio dela, irá fundamentar a idéia da *via prussiana* "à brasileira".

Partindo de um exame da legislação trabalhista existente antes da Era Vargas, o autor refaz os aspectos principais das relações entre o Estado liberal-oligárquico e as classes sociais

⁶⁷ Neste caso, não me refiro à idéia de discurso ideológico no sentido negativo do termo, ligado à noção de falseamento da realidade. O objetivo do discurso subjacente à obra destes autores procurava ir exatamente na direção contrária à esse falseamento.



até o final da década de 20 e que tornariam inteligível a crise de hegemonia configurada antes da chegada ao poder da Aliança Liberal liderada por Vargas.

No período da Primeira República a acumulação de capital necessária ao impulsionamento da revolução burguesa no Brasil fora garantida por um Estado liberal ortodoxo sob a liderança das oligarquias agro-exportadoras. Não influenciando nas relações de trabalho tanto no mundo agrário como no urbano, o que implicaria no reconhecimento e garantia de direitos às classes subalternas diante das classes que as dominavam, este Estado assumia uma feição explicitamente *particularista*. Em primeiro lugar, por estar voltado essencialmente para a reprodução dos ciclos de negócios da classe que o conduzia, a oligarquia agro-exportadora, e, em segundo lugar, por impedir a livre movimentação das classes subalternas:

"(...) sob o liberalismo republicano, os agrários realizarão sua acumulação primitiva de capital pela extração do excedente a nível da circulação. A violência como potência econômica, para os industriais, se revestirá de aspectos absolutamente distintos dos prevaescentes no mundo agrário. Enquanto aí dependerá do sistema do mandonismo local, expresso pela figura do coronelato, em seu duplo papel de intermediador econômico e de chefe político investido de plenos poderes, nas fábricas o requisito prévio estará na ordenação ortodoxamente liberal. Entendendo-se as relações de trabalho como compreendidas no Código Civil, *veda-se a contratação coletiva e a ação reivindicatória dos sindicatos, devendo cada trabalhador contratar individualmente com o patrão as condições de venda da sua força de trabalho*. Ambas as formas, apesar de suas naturezas opostas, uma instrumentalizada na coerção extra-econômica e a outra se reproduzindo no interior da própria unidade fabril, decorrem do estatuto liberal. (Vianna, 1976, p.97) - grifo nosso.

A não permissão da entrada de um ator coletivo, o sindicato, para atuar na defesa dos interesses da classe operária na regulação das relações de trabalho constituía uma situação favorável à expansão da burguesia industrial, a qual tinha caminho aberto para aumentar seu nível de acumulação de capital e enfrentar a concorrência externa com base em métodos



arcaicos de exploração da força de trabalho, não dispensando inclusive a utilização do trabalho infantil. O argumento do autor aqui já aponta para a funcionalidade da ordem liberal-oligárquica para esta fração de classe, no que começa a antecipar a idéia de convergência entre o velho e o novo na construção do Brasil Moderno. Ao mesmo tempo, mostra o caráter limitado do liberalismo brasileiro nesta fase do capitalismo no país.

Representado sobretudo pelas frações agro-exportadoras e industrial da burguesia, esse liberalismo revelava-se incapaz de incorporar as novas demandas vindas principalmente das classes médias urbanas e das classes subalternas e que se acentuariam entre fins da década de 10 e início dos anos 20 com o movimento tenentista e o fortalecimento do movimento operário. Tais demandas eram resultantes, em última instância, da própria diversificação da estrutura de classes sociais promovida pela implementação do modo de produção capitalista e representavam a entrada em cena de novos atores dispostos a conquistar seu espaço na arena política. Nesse sentido, a criação do Partido Comunista em 1922, como decorrência das lutas do movimento operário, especialmente das greves de 1917 e 1919, deflagrava a emergência do sujeito antagônico a ainda incipiente ordem do capital e que exerceria pressão sobre a restrita República liberal-oligárquica daqueles anos e sua política particularista.

A ascensão desses movimentos e o seu direcionamento para a cena política levaria o Estado liberal a redefinir aos poucos sua relação com a classe operária, o que no plano institucional legal projetará o Direito Trabalhista e a implementação de leis sociais ⁶⁸. A própria conjuntura internacional apontava para a redefinição dessa relação, como o atesta o Tratado de Versailles de 1919, assinado pelo governo brasileiro, o qual recomendava um novo posicionamento em relação às classes subalternas. Por aqui percebemos a importância do

⁶⁸ "A emenda constitucional de nº22 ao artigo nº34, inciso nº29, da Carta de 91, resolveu a contradição institucional em vigência, delegando competência privativa ao Congresso Nacional para legislar sobre o trabalho. Amplia-se e retifica-se o pacto liberal. Epitácio Pessoa, presidente da República em exercício -1918-1922 - não vacilará em responsabilizar a ortodoxia liberal como a causadora da agitação na classe operária. O parlamento passa a legislar aceleradamente em matéria trabalhista. O ano de 1926 termina com boa parte das condições de trabalho recoberta pela lei, como a dos acidentes de trabalho, a de férias, e a do código de menores.



sujeito classe operária na reconstituição feita por Werneck Vianna da difusão do modo de produção capitalista na formação social brasileira, valorizando a ação deste ator:

Antes, a concepção da política - meramente insurrecional, com a recusa à participação no jogo político etc - não coincide com a prática especificamente sindical. Ora conscientemente, ora não, desde os primeiros anos da organização operária, jamais se deixou de considerar o ângulo institucional-legal, como referência, para fins de se introduzirem melhorias nas condições de trabalho. Os anos 20 superam o impasse aproximando teoria e prática do movimento operário. (...) Sem maiores considerações, na medida em que o escrito até aqui procura exatamente perceber a linha de continuidade entre 20 e o momento antecedente no movimento operário, nossa sugestão é a de que as alterações institucionais-legais procedidas no período não foram neutras em relação à atitude e ao comportamento da classe operária. (Vianna, 1976, p.61-62) - grifos nossos.

Além da ênfase na ação da classe operária para constituir-se como sujeito autônomo na arena política, note-se a crítica por ele feita à concepção de política presente no movimento operário antes dos anos 20, quando este era dominado por tendências anarquistas. Na passagem a seguir a crítica é mais direta:

A intensa movimentação operária, apesar do jargão anarco-sindicalista, que politizava agudamente seu discurso, não ultrapassou a luta por reivindicações econômicas e sociais, não se apresentando como um adversário político. Faltava-lhe organização partidária, estratégia para ação e um sistema de alianças que criasse as bases para sua influência política e social. (Vianna, 1976, p.73)

Tratando-se de um autor inserido nas lutas da esquerda contra o regime militar nos anos 60 e 70, tal observação não era, evidentemente, nem um pouco ingênua e expressava a concepção estratégica subjacente à análise histórica dos movimentos de esquerda. Nesse tipo de análise, como aliás era próprio aos integrantes da corrente renovadora, um dos objetivos é

No ano seguinte, criava-se a de seguros de doença, estabelecendo-se o primeiro perfil do Direito de Trabalho no Brasil". (Vianna, 1976, p.61-62)



mapear as ações consideradas certas no enfrentamento dos elementos autoritários e excludentes presentes na formação social brasileira. Do mesmo modo que Carlos Nelson valorizava a tradição humanista e nacional-popular representada por Lima Barreto diante da tendência dos intelectuais brasileiros a recolherem-se no "intimismo à sombra do poder". Como se percebe, estas análises buscam, num mesmo movimento, descortinar a história e fundamentar um tipo de ação. Neste caso específico, valorizar a ação que considere o âmbito da política e de suas instituições, notadamente o Estado e uma estratégia de alianças para a formação de uma frente única. Não esquecer que durante o regime militar esses intelectuais vão defender não uma estratégia insurrecional para superá-lo, mas uma forma de explorar suas ambigüidades, tal como a tentativa de influenciar no jogo político por meio do MDB⁶⁹. Provavelmente, Vianna percebia nos grupos armados da esquerda dos anos 60 e 70 uma reedição da "política" praticada pelo anarco-sindicalismo nos primórdios do movimento operário ⁷⁰.

Voltando à configuração das relações de força nos anos 20, será a ação desses atores emergentes que levará o liberalismo ortodoxo a um impasse, não necessariamente um antagonismo, pois a intervenção do Estado nas relações de trabalho, ainda que mínimas se comparadas às décadas subsequentes, contrariava a burguesia industrial devido ao próprio modo como explorava o trabalho para realizar a acumulação de capital necessária à sua expansão. Este ponto é central, pois ela era um dos suportes do liberalismo no país. Por outro

⁶⁹ Comentando a campanha eleitoral de 1974 num texto de 1980, Vianna afirma que: "Aí desferiu-se um rude golpe contra o regime, que viu sob perigo a ambígua, mas altamente eficaz, forma da sua legitimação: uma composição singular entre mecanismos de exceção com os da representação do sistema político do liberalismo. Esses últimos, que de certa forma lhe couraçavam o domínio (...) se tornaram, no pós-1974, no instrumento através do qual as oposições denunciavam sua falta de legitimidade e diminuam suas bases políticas e sociais de sustentação. (...) O MDB (Movimento Democrático Brasileiro), criado como partido de oposição consentida após a dissolução dos partidos do pré-64, acabou por congrega uma verdadeira federação de oposições, indo dos setores liberais-conservadores à esquerda marxista". (Vianna, 1983, p. 77, 79)

⁷⁰ Veja-se a crítica contida em livro posterior deste autor aos movimentos de esquerda surgidos no final da década de 70: "Nesse tipo particular de perspectiva obreirista tudo transcorre como se o projeto político da classe operária nascesse no mundo fabril, aí se construísse e ampliasse, e, a partir de uma disputa direta com o capital pelo controle da produção - *é incontrolável não lembrar do anarco-sindicalismo* -, se espraiasse para a sociedade. A crise do capitalismo não significaria a crise da formação econômico-social capitalista, mas se



lado, seu outro ponto de sustentação é que a classe detentora do controle do Estado até então, a burguesia agro-exportadora, via seus negócios decaírem, o que se intensificaria com a crise geral do capitalismo de 1929. No mais, dada a pressão proveniente das camadas médias urbanas e dos setores organizados das classes subalternas, tornava-se cada vez mais inviável a permanência de uma política de Estado centrada nos seus exclusivos interesses de classe. Dessa forma, projetava-se na arena política, no espaço de atuação dos atores sociais, uma "crise de hegemonia" ⁷¹, conforme a concepção de Werneck Vianna. Esse é um tema chave para o entendimento do corte ocorrido em 1930. Por aqui perceberemos como as categorias marxistas serão trabalhadas para a formulação de uma nova hipótese sobre o caminho brasileiro.

A ênfase no tema da hegemonia, recuperado em Gramsci, mas já presente em Lênin, demonstra que a particularidade da via brasileira será buscada na explicação de como foi o desfecho dessa crise de hegemonia. Será, portanto, definida a partir do que ocorrerá no âmbito da política, das lutas de classe.

Um dos pontos a ser desvendado sobre as relações de força na passagem da década de 20 para a de 30 seria o motivo da não relação direta entre o que ocorria nos planos da estrutura e da superestrutura, ou seja, por que a difusão do modo de produção capitalista na formação social brasileira, redefinindo seu perfil, não se convertia em domínio direto da burguesia industrial no plano político? Por que essa mudança fora dirigida por uma classe oriunda de uma fase pré-capitalista?

resumiria no aumento de intensidade do conflito entre o capital e o trabalho" (Vianna, 1983, p.46) -grifo nosso. Pela data do texto, um dos alvos da crítica é provavelmente o PT.

⁷¹ "Os anos 20 se encerram sob o impacto de uma crise que se reveste de pelo menos três grandes dimensões: econômica, marcada pela lenta e gradual decadência dos negócios da agro-exportação do café, que a crise cíclica do capitalismo em 29 acelerará; política, pelo acirramento das dissidências intra-oligárquicas e pelo levantamento em armas da juventude militar contra o sistema da ordem prevalecente; social, como o início da organização político-ideológica das classes subalternas, especialmente do proletariado - a constituição do Bloco Operário Camponês indica a profundidade do fenômeno - que passam a postular uma estruturação alternativa para a sociedade, para não se falar no banditismo rural, que já demonstrava a debilidade do coronelato em controlar como antes as massas rurais. Independentemente da perspectiva analítica adotada, o quadro ao final da



Segundo Werneck Vianna, a burguesia industrial trazia para a sociedade a proposta de um liberalismo fordista nos anos 20, ou seja a construção de uma hegemonia burguesa a partir da fábrica, projetando seu domínio para o conjunto da vida social, modelando-a a partir do mundo da produção e refazendo-a à sua imagem e semelhança, o que abrangeria o conjunto das instituições culturais e políticas ⁷². Neste caso, o que se insinuava como projeto entre os segmentos organizados desta classe era a construção de uma hegemonia ao estilo americano, a partir da sociedade civil. Mas exatamente aí residia o seu limite, pois ela não tinha expandido seus domínios para além da fábrica, por meio de um conjunto de instituições que socializasse as classes subalternas para o mundo da produção fabril⁷³. A debilidade de seu domínio na sociedade civil jogaria contra a constituição de um Estado plenamente liberal.

Com a facção agro-exportadora em crise e impedida, pelo novo perfil da formação social, de reproduzir a forma particularista de domínio que lhe beneficiara durante todo o período republicano, mais a incapacidade das classes subalternas de naquele momento converterem sua pressão em alternativa hegemônica "a partir de baixo", surge um terceiro candidato - *tertius* - entre as classes dominantes: as oligarquias não-exportadoras. Sob a liderança da Aliança Liberal (Vargas) que toma o poder em 1930, este ator, procurando incorporar ao seu projeto de "Estado modernizante e autoritário" as demandas das emergentes camadas urbanas, surge como a solução para a crise de hegemonia na formação social suscitada no momento agônico de imposição do modo de produção especificamente

década comporá a imagem de uma situação em obsolência, quer se observem as forças sociais vinculadas ao sistema dominante, quer as que se alinhavam por fora do seu balizamento." (Vianna, 1976, p.87)

⁷² "A burguesia industrial brasileira, afirmando sua pretensão hegemônica, nega mostrar-se neutra quanto ao problema. Assume consequentemente o evangelho fordiano do trabalho e seu escopo totalizante de submeter o trabalhador à fábrica, a partir do controle de sua vida instintiva. (...)Tomando-se por referência, ao longo da década, o livro das circulares da FIESP, tudo indica uma inquieta consciência dos empresários em favorecer a criação de escolas técnicas de formação de quadros intermediários para a indústria, bem como em intervir na política de determinados aparatos da sociedade civil e na do próprio Estado. O fordismo era mais que uma inócua alegação. Já explicitava uma consciência e se preparava como uma política" (Vianna, 1976, p.79, 80-81)

⁷³ "(...) concretamente as instituições extrafábricas não conheciam ainda o papel funcional de treinar e capacitar as classes subalternas para a indústria.(...) E o liberalismo fordista dos empresários não transcenderia o projeto e a ideologia, dado que a força de trabalho e demais frações burguesas não estavam submetidas realmente ao capital industrial". (Vianna, 1976, p.101)



capitalista. É o historicamente velho, uma classe formada por práticas sociais pré-capitalistas, que vem dirigir o historicamente novo. Lembrando a metáfora de Marx: *O morto se apodera do vivo*. É precisamente pelo posicionamento das frações oligárquicas na luta de classes que se especifica a via prussiana à brasileira:

Entre nós, a singularidade da estruturação que denominamos de "prussiana" estaria no fato do setor agrário mais desenvolvido em termos capitalistas — o agro-exportador — ter sido desalojado do poder pelo menos desenvolvido. Isso explica, como vimos, pela impossibilidade daquele em dirigir o processo de modernização dado o seu isolamento real e incontornável das demais classes, camadas e estratos sociais em emergência na sociedade civil. Mas o domínio do aparelho do Estado por parte dessa elite "atrasada" no econômico vai lhe facultar um percurso extremamente rápido no sentido da adoção de novos papéis econômicos, como o do empresário agrícola, do industrial ou do financista. (Vianna, 1976, p. 139)

A debilidade das forças provenientes do desenvolvimento da sociedade civil e que representam o *novo*, garante ao *velho* espaço para surgir como liderança e se apoderar do Estado, de onde conduzirá o trânsito ao moderno. Apresentar-se-á como intérprete dos interesses gerais, recurso utilizado para encaminhar a energia das classes sociais na expansão da acumulação industrial⁷⁴. Na passagem acima podemos perceber também o modo próprio pelo qual este autor procurou delinear a particularidade do caminho brasileiro. Esta é buscada fundamentalmente pela análise do desfecho dado à crise de hegemonia na formação econômico-social, sendo identificada portanto na ascensão ao poder do Estado da fração agrária menos desenvolvida. A atenção é dada à forma de construção política desse caminho. No caso, o que é uma marca das interpretações feitas pela corrente renovadora, a

⁷⁴ Neste ponto, Vianna se aproxima das discussões de Marx e Engels sobre o bonapartismo e de Gramsci sobre o cesarismo, elementos constitutivos do desfecho político da via prussiana e da revolução passiva: "A autonomização do Estado no político, como o demonstra Marx no *18 Brumário*, não se esgota na supressão do jogo parlamentar e de representação liberal. Exprime o esforço de generalização das classes dominantes, que incapazes por si sós de o promoverem, inclusive, e às vezes principalmente pro dissidências internas, rumam para detrás de um Estado impessoal e representativo de toda nação". (Vianna, 1976, p. 118)



identificação da especificidade brasileira pelo método comparativo não é apreendida pela comparação entre os níveis de desenvolvimento econômico e autonomia conquistados no cenário internacional, mas pela solução política originada no embate entre os sujeitos na formação econômico-social brasileira, o que denota a centralidade da questão democrática nesta perspectiva teórica e a diferença em relação às pesquisas atuais por nós abordadas. Esta exigência naquele momento histórico e a ela estavam ligadas a incorporação dos paradigmas via prussiana, revolução passiva e revolução pelo alto. Este ponto, aliás, não foi devidamente levado em consideração pelos atuais críticos da hipótese da via prussiana ao polemizarem com esta interpretação.

Como vimos pela reconstituição dos argumentos de Vianna em *Liberalismo e Sindicato*, este autor "desenha" a disputa entre os atores no terreno da formação social para ilustrar, sob o ângulo da "passagem política" ao domínio burguês, como será dirigida a implementação do modo de produção capitalista. Por essa perspectiva estavam sendo incorporados os estudos clássicos do marxismo e da sociologia de Barrington Moore Jr. Assim, fazia-se necessário reconstituir o desfecho da crise de hegemonia suscitada no final dos anos 20 para se mostrar qual o tipo de controle passaria a ser exercido sobre a classe operária e o conjunto das classes subalternas no modo de construção da hegemonia burguesa⁷⁵. Vejamos mais alguns pontos da sua argumentação para melhor compreendermos como seria a fundamentação de uma via prussiana "à brasileira".

O tema da burguesia e seu posicionamento na "revolução brasileira", um dos temas chaves do marxismo brasileiro desde os anos 20, é retomado por Vianna e colocado sob novo

⁷⁵ Em estudo posterior, Vianna coloca de modo claro a relação entre hegemonia e a via de desenvolvimento presente em *Liberalismo e Sindicato*: "Dependendo de como o modo de produção especificamente capitalista se impôs numa formação econômico-social, ou, noutras palavras, de como o capital subsumiu realmente o trabalho — a pequena propriedade subsistiu?; a subsunção antecedeu a organização política da classe operária? etc— tem-se ou a modalidade superior de hegemonia burguesa — "nasce na fábrica" — ou como resultante principal da ação política ao nível dos partidos. No primeiro caso, opera como uma força "natural", reforçando os mecanismos e instituições de integração da sociedade burguesa. No segundo, a hegemonia burguesa como que se seculariza. Constrói-se e se sustenta à vista de todos, um artefato humano, relativo, histórico e provisório" (Vianna, 1983, p.43) .



enfoque para iluminar a situação enfrentada pela classe operária a partir dos anos 30. O ponto a ser explicado é o do abandono, por parte da burguesia industrial, do projeto fordista e do alargamento do liberalismo, o que envolveria tanto Estado quanto sociedade civil:

De resto, o liberalismo não contava mais com suportes sociais para implementá-lo. Os empresários desgarram do modelo fordista logo que constatarem que a coerção deveria vir do Estado, já que não tinham meios para impor a disciplina do industrialismo a partir da sociedade civil. (Vianna, 1976, p. 126)

Mesmo tendo se colocado contra o Estado no início do governo Vargas em 30 ⁷⁶, procurando preservar sua ortodoxia liberal, a burguesia industrial não necessitou de fato lutar contra a ordem oligárquica, seja antes ou depois de 30, para afirmar uma ordem burguesa, pois foi beneficiada no processo de acumulação de capital. O Estado, embora não estando sob seu domínio direto, lhe foi funcional neste sentido ao garantir o controle da classe operária, mesmo que à custa de algumas concessões, como os direitos sociais. Neste ponto, Werneck retoma em seu texto as afirmações de Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes sobre a complementariedade entre burguesia e oligarquias na construção do Brasil Moderno. No entanto, localizará na debilidade da capacidade diretiva da burguesia industrial na sociedade civil o principal motivo de sua capitulação ao Estado corporativo engendrado a partir dos anos 30, não necessariamente à sua "falta de empuxe revolucionário"⁷⁷.

⁷⁶ "Quando em 30 o novo Estado se articula em conflito aberto com a ordem liberal, o acusará, com miopia exemplar, de promover a subversão social pelas leis trabalhistas". (Vianna, 1976, p.77)

⁷⁷ "Caio Prado Jr. descrevendo o primeiro pós-guerra, assinala a complementariedade real entre industriais e a fração burguesa agro-exportadora, mantida e desenvolvida no próprio momento em que aqueles emergem para ocupar papel relevante na economia do país.(...) A fina observação desse estudioso, porém, logo que instaura novos horizontes para a pesquisa, recua para o argumento tradicionalista da submissão política do empresário à oligarquia agrária(...). O argumento deplora a falta de empuxe revolucionário da burguesia industrial, que estaria amesquinhada em posição intersticial na ordem agrário-exportadora, da qual seria parte funcional necessária. Decorreria daí sua alegada submissão no plano da política. Florestan Fernandes palmilhará o mesmo caminho, com a dificuldade adicional de ter enriquecido e matizado a análise. Nele, a teoria da "submissão" somente se resolve com a separação, operada com a mão de ferro, entre o empresário como homo economicus e seu padrão comportamental no campo da política" (Vianna, 1976, p.88-89).

É a perspectiva do atraso que também orienta a explicação de Vianna sobre o posicionamento da burguesia industrial na construção da ordem burguesa, assim: "O "retardo" da economia quanto à política, estrutura uma relação em que a aceleração daquela deve provir da força do Estado" (Vianna, 1976, p. 139). Por esse ângulo, o autor vai desvendando as relações que se vão estabelecendo entre economia e política e qual o papel que as oligarquias vão desempenhar, a partir do Estado, na implantação do modo de produção capitalista, a qual ocorre sem uma hegemonia da burguesia industrial. Aqui fica patente a retomada dos clássicos na discussão da particularidade, em especial o propósito de se evitar incorrer no empiricismo teórico que pressupunha uma associação mecânica entre revolução burguesa e domínio político da burguesia industrial, como se o ator encarregado de conduzir as transformações sociais fosse "designado" diretamente pelo plano das estruturas⁷⁸. O que nos serve, nos debates atuais da ciência política, como um contraponto às renovadas correntes empiricistas de matriz anglo-americana.

A perda da dimensão da hegemonia e de como ela se colocava no momento agônico da transição conduziria a tal erro teórico, não percebendo que na impossibilidade de um americanismo construído a partir da sociedade civil, esta viria por cima, pelo Estado, conforme já assinalara Gramsci em relação ao fascismo na Itália e conduzida por um bloco histórico que reciclava o historicamente velho na construção da nova ordem. Por essa perspectiva serão combinadas as contribuições de Gramsci sobre a revolução passiva e de Barrington Moore sobre a revolução pelo alto:

⁷⁸ Daí sua polêmica com a posição empiricista de Bóris Fausto em *A revolução de 30*: "Bóris Fausto nega a natureza modernizadora e industrializante do Estado no pré-37(...). Não se comportando os industriais como classe, inseridos vegetativamente nos interstícios da ordem oligárquica, não se fazendo representar politicamente no novo Estado, conclui-se que o movimento político-militar de 30 não se constituiu numa "revolução burguesa". Ora, *o domínio econômico-social de uma classe não implica na sua apropriação do aparato do Estado*. E isso é verdadeiro tanto para os regimes liberais de burguesia industrial hegemônica (...). *A transição para o poder burguês, sob a modalidade de "revolução pelo alto", requer para sua verificação, preliminarmente, sua purgação do tratamento empiricista*"—grifo nosso. (Vianna, 1976, p.120,121)



Pretendemos acentuar que a modernização conservadora como "revolução pelo alto" não se associa à idéia de que tal processo tenha levado a burguesia industrial ao poder político, e sim que os interesses específicos da indústria tenham encontrado apoio e estímulo eficaz na nova configuração estatal. (...) Mas, se a revolução "pelo alto" consiste numa forma de induzir a modernização econômica através da intervenção política, implica, de outro lado, numa "conservação" do sistema político, embora promova rearranjos nos lugares ocupados pelos seus diferentes protagonistas. Num certo sentido, toda revolução "pelo alto" assume a configuração particular de uma revolução "passiva", como Gramsci a descreveu no Risorgimento, isto é, de uma revolução sem revolução, se bem que a recíproca não seja verdadeira, como ilustra o caso inglês." (Vianna, 1976, p.135, 141)

Tal proposição teórica buscava responder, pela análise do desfecho da crise de hegemonia dos anos 20, a algumas questões que estavam pouco claras nos anos 60 e que se delineariam melhor no perfil assumido pelo capitalismo brasileiro nos anos 70. Apesar da preservação das elites tradicionais que permanecem no poder do Estado, a ação deste projeta-se para frente, para a construção do novo, como tentativa de superar uma situação de crise encontrando novos meios de dar continuidade à acumulação de capital. Era o que revelava a ação do Estado brasileiro, por exemplo, na promoção do "milagre brasileiro" entre 68 e 73, o que desacreditaria os diagnósticos característicos dos anos 60, como os de Celso Furtado e da esquerda armada, que apontavam para a impossibilidade de superação da situação de estagnação da economia brasileira com a permanência do regime militar. Assim como Gramsci levanta a hipótese da revolução passiva como a alternativa encontrada pelo capitalismo para superar a crise do final dos anos 20, indo contra as concepções catastrofistas que acreditavam na sua derrocada, para os autores brasileiros ela permitiu compreender que a ascensão do regime militar em 64 e a ação do Estado não constituíam um movimento puramente contra-revolucionário, mas de aprofundamento da revolução burguesa no Brasil⁷⁹.

⁷⁹ Este aspecto, ao que nos parece, passou despercebido a Octavio Ianni na crítica que fez aos autores aqui debatidos, acentuando mais o lado contra-revolucionário da via prussiana: "A noção de via prussiana (revolução passiva, revolução-restauração ou modernização conservadora) tem sido empregada principalmente de modo a enfatizar a conotação autoritária do Estado; mas com escassa análise das relações de classes envolvidas em cada



Por essa análise, mais um argumento contra aqueles que se lançaram numa "guerra de movimento" em oposição ao regime nos meados dos anos 60. Por outro lado, essa projeção para frente do Estado e das classes dominantes deveria ser entendida como uma resposta às ações das classes subalternas e de seus representantes. No que voltamos à importância do sujeito classe operária na reconstituição do caminho brasileiro feita por Werneck Vianna.

As categorias recolhidas na tradição marxista e na sociologia de Barrington Moore são mobilizadas e redefinidas para explicar, sob diversos ângulos, tanto as possibilidades objetivas abortadas de constituição de uma hegemonia a partir de baixo na transição ao moderno, como a incorporação tutelada da classe operária ao projeto de "modernização conservadora" do Estado.

Procurando manter-se em continuidade com Lênin, a via prussiana, enquanto um paradigma, é utilizada por Werneck para apreender a questão agrária no desenvolvimento capitalista no Brasil e sua relação com a questão democrática. Isso é perceptível no apontamento por ele feito das implicações decorrentes da liderança assumida pela fração agrária não-exportadora:

Sua liderança política da sublevação da Aliança Liberal, por sua vez, encerrava o destino da questão agrária. Garantindo-se do poder do Estado, esse continuava a se constituir no principal intérprete da propriedade agrária. Só que agora favorece irrestritamente sua capitalização, abandonando o antigo privilégio concedido à agro-exportação, a par de defender o estatuto de monopólio da terra. Fechava-se, assim, o caminho para uma modernização do mundo agrário vinda "de baixo", num sistema de alianças que combinasse a burguesia urbana e/ ou demais classes e camadas urbanas com a propriedade camponesa, possivelmente emergente, caso o próprio Estado não viesse amparar politicamente a conservação da grande propriedade fundiária. (Vianna, 1976, p.134)

ocasião. (...) E alguns marxistas esquecem que a via prussiana é uma espécie de contra-revolução burguesa; uma forma de fazer frente a uma configuração de forças sociais, políticas, econômicas, culturais e outras na qual as classes subordinadas se revelam muito ativas politicamente." (Ianni, 1984, p.39, 40)



Descortinando o sentido subjacente à ação das classes que se apoderam do Estado, o autor ilustra a quebra da possibilidade da aliança operário-camponesa, exatamente o que Lênin temia que ocorresse na Rússia. Capta portanto o momento no qual a movimentação das classes dominantes na formação social iria inviabilizar às classes subalternas aproveitarem-se das "vantagens do atraso", oportunidade oferecida pela instabilidade na formação social decorrente da implementação do modo de produção especificamente capitalista e que mostrara-se como uma alternativa histórica concreta na Rússia. A hipótese da via prussiana vem, por esse ângulo, fornecer mais um elemento de justificativa das guerra de posições no contexto brasileiro de 1970 como estratégica para os atores interessados na desconstrução da herança "prussiana".

Retomando a questão das relações entre a estrutura e a superestrutura, a ação e disputa dos atores entre si, os quais tem sua condição social definida pela posição no modo de produção, acaba por redefinir a configuração histórica do mesmo. No caso, a aliança política constituída em torno do Estado impediu não a difusão do modo de produção capitalista, mas o desencadeamento de sua forma mais democrática, a via americana. Em suma, quer se mostrar com a hipótese da via prussiana a não destituição das bases materiais do poder das oligarquias no decisivo momento da passagem ao domínio burguês no Brasil. Apesar de se verem obrigadas a mudar a natureza de suas propriedades e adaptá-las a um novo mundo, elas próprias, ou frações de classe afins, comandarão a mudança a partir do Estado e em prejuízo da democracia.

O que Werneck não aprofunda neste caso é a natureza da formação social brasileira no período anterior à transição de 1930, como fez Carlos Nelson Coutinho ao definir a formação brasileira do período colonial como escravista, conferindo maior clareza a própria especificidade da via prussiana no Brasil, conforme veremos no item 3.6 deste capítulo. Qual



formação social que não teria fornecido as condições para a realização do projeto fordista no Brasil dos anos 30?

Complementando esta visão, as hipóteses da revolução passiva e revolução pelo alto, também assumidas como paradigmas mais gerais, vão auxiliar na percepção de como as classes dominantes procedem na passagem ao moderno para consolidar as bases materiais de seu poder e estabelecer uma nova hegemonia, o que implicará na constante tentativa de cooptação e de controle sobre as classes subalternas.

Conforme vimos em Gramsci, a revolução passiva é uma transformação sob a liderança das classes dominantes que pode ocorrer tanto a partir da sociedade civil, como no americanismo, quanto do Estado, da qual o fascismo seria um exemplo. Vianna recorre ao conceito revolução pelo alto para enfatizar o papel do Estado no caso brasileiro, dada a impossibilidade da burguesia nos anos 30 de construir sua hegemonia a partir da sociedade civil. Sem condições de impor sua visão de mundo a uma classe operária que por meio de suas organizações, como os sindicatos e o Partido Comunista, começava a projetar uma política para a sociedade, restaria ao Estado trazer o antagonista para seu raio de ação por meio de uma legislação corporativa e garantir as condições para acumulação de capital industrial:

Conseqüentemente, ao invés da legislação trabalhista ter operado em termos distributivistas, quando se constituiria numa entrave à acumulação, ou mesmo de se ter comportado neutralmente em relação a ela, observa-se que incrementou sua expansão. Isso se deve à disciplina que impôs no parque fabril, sujeitando politicamente o assalariado à dominação do capital, pela dissolução de suas organizações independentes de classe, e por sua contenção no sindicalismo corporativista. (Vianna, 1976, p.152)

Isto se verificaria até nos momentos politicamente mais abertos, como no período de 46 a 64, quando a classe operária, em que pese a vigência de um regime liberal, vai conviver



com uma ordem burguesa liberal-corporativa, liberal para as classes dominantes, corporativa para os subalternos⁸⁰. Sendo adotada como critério de interpretação, não como programa, a revolução passiva permite interpretar os momentos nos quais a ação do Estado visa anular a ação do portador da antítese toda vez que este tentar contrariar a lógica dos fatos e propor um rumo alternativo para a sociedade. Desta forma,

Ressalvando esse aspecto, qual seja o de que uma "revolução sem revolução" não se identifica necessariamente com a fórmula "pelo alto" da modernização, essa categoria produz uma sugestiva abertura do campo analítico. *Faculta a percepção dos processos através dos quais as classes dominantes "decapitam" as classes pela cooptação dos seus líderes reduzindo-as à impotência. Tal fenômeno pode ser identificado no tenentismo e no movimento operário*, setores que foram refreados, controlados, ou mesmo anulados politicamente, pelo duplo caminho da repressão e da cooptação—grifo nosso. (Vianna, 1976, p.141)

Quanto a interpretação pelo ângulo da revolução passiva "pelo alto", o objetivo era revelar ao portador da antítese "o tipo de controle autoritário que o Estado e a classe dos capitalistas exercem sobre a movimentação das classes dominadas" (Vianna, 1983, p.187) e o papel das estruturas corporativas de bloquear aos subalternos o livre acesso à arena política, ao Estado. Assim como na passagem para os anos 30 as oligarquias vão influir na própria configuração das estruturas, barrando a via americana no campo, o suposto para o ator situado na perspectiva da classe operária nos anos 70 é o de fazer o mesmo, mas em sentido inverso. Daí a defesa da democracia política pela corrente renovadora, considerada o caminho necessário para desobstruir os obstáculos institucionais legados pelo autoritarismo e para promover a mudança social. Não à toa, os integrantes do PCB que ficaram no Brasil durante

⁸⁰ "Para o estudo da formação social brasileira, a propriedade do uso do conceito de hegemonia reside precisamente na circunstância da burguesia não poder realizar sua vocação de classe num mercado de trabalho livre, e de não dispor do controle político-ideológico das demais classes e camadas sociais. Por conseguinte, poderá admitir o pluralismo liberal em política - com o limite que impôs em 1947, quando ilegalizou o PC - mas desde que mantenha o mercado de trabalho e os sindicatos alinhados em e por instituições corporativas ou semicorporativas. (Vianna, 1976, p. 253).

os anos 70 vão procurar utilizar o espaço institucional aberto pelo MDB para dar início ao enfraquecimento do regime. Estes aspectos nos parecem importantes pois revelam como as categorias requeridas para a análise servem não apenas para a interpretação da realidade em si, mas também para comporem um discurso e um projeto de transformação social. Tendo como cerne, no caso dos autores aqui abordados, a questão democrática.

Assim, pela perspectiva da classe operária, recompomos mais um traço do painel da via prussiana "à brasileira" delineado na obra da corrente renovadora. Painel não homogêneo, como podemos perceber por algumas diferenças entre Werneck Vianna e Coutinho ⁸¹. O enfoque mais institucional de Vianna é que provavelmente o levaria a trabalhar mais com as hipóteses de Barrington Moore do que os outro dois autores aqui abordados, o qual diferenciava as diferentes trajetórias de modernização e revolução burguesa justamente pelos resultados institucionais alcançados—democracia, fascismo, comunismo. Ao mesmo tempo, a atenção dada à relação entre as instituições criadas para regular o mercado de trabalho e, por conseguinte, à trajetória da classe operária na via de desenvolvimento capitalista seguida no Brasil o levaria a incorporar também os ensaios de Gramsci sobre o *Americanismo e o Fordismo*, ao contrário de Coutinho. Procurando assim apreender como fora aberto o caminho para a difusão da sociabilidade necessária a uma plena hegemonia burguesa, o papel desempenhado pelos sujeitos em tal processo e suas implicações para a classe e o movimento operários.

⁸¹ Raimundo Santos refere-se a essas diferenças, distinguindo dois itinerários dentre os renovadores: "A hipótese é de que há dois itinerários por onde teriam ido os eurocomunistas brasileiros dos anos 80 e que espelham as possibilidades que a política pecebista teria tido para se redimensionar à hora do colapso do comunismo e da crise propriamente dos paradigmas marxistas. De um lado [Carlos N. Coutinho], tem-se a evolução de uma ala dessa intelectualidade que parte do mesmo ponto de referência—do Lênin de Duas Tácticas, próximo da valorização da política que se fazia no PCB e da ida ao prussianismo—e chega a um outro tipo de elaboração, que, tempos depois, iria basear-se no gramscismo e no eurocomunismo de versão italiana. De outro [W. Vianna, Ivan Ribeiro], configura-se um esforço de reelaboração da política frentista do período da Resistência, centrado



3.5- Ivan Ribeiro: Os camponeses diante da via prussiana

"Ao contrário, por se tratar de um aliado potencial na etapa da revolução democrática e antiimperialista, e, também, de um "companheiro de viagem" durante um longo período de construção do socialismo (como o demonstra a história dos países socialistas), o camponês parcelar é um elemento importante no processo revolucionário latino-americano. Identificá-lo como pertencente ao setor capitalista e limitar a ação revolucionária aos assalariados agrícolas e aos minifundiários implicaria restringir as bases revolucionárias no campo e levaria a sérios problemas no curso das próximas etapas da revolução. (Ivan Ribeiro, A agricultura e o capitalismo no Brasil, 1975)

Com Carlos Nelson Coutinho vimos como as categorias via prussiana e revolução passiva vão circunscrevendo os espaços e as imagens historicamente construídas em nossa formação social para reter os intelectuais numa postura resignada e passiva, distanciando-os dos movimentos e das classes que poderiam oferecer uma alternativa ao pacto conservador que nos conduzia à modernidade capitalista. Em Werneck Vianna, muda o ator e, em alguns momentos, até a maneira como serão incorporados autores da tradição marxista, especialmente Gramsci. O ator privilegiado pela análise é a classe operária e o foco volta-se para a constante deformação de sua identidade perpetrada pelos agentes da revolução passiva. Há uma proximidade maior com o terreno da economia política. Principalmente neste último autor, o sujeito privilegiado é representativo do novo, ou "novíssimo", pois aponta para uma alternativa futura, o socialismo. Com Ivan Ribeiro, temos a categoria via prussiana repensada a partir de um personagem vindo das entranhas do nosso passado colonial, do historicamente velho, o camponês.

mais numa tentativa de reinterpretação do processo de instauração da ordem burguesa no Brasil". (Santos, 1994, p.104)

Na obra esboçada por Ivan Ribeiro⁸², sente-se a preocupação constante em apontar para o camponês brasileiro um horizonte e um sentido pelo qual invista-se da condição de sujeito e mobilize-se para a ação. Temos assim a integração dos subalternos vindos do mundo agrário nesse grande painel da via prussiana à "brasileira", construído numa espécie de divisão do trabalho entre os intelectuais da corrente renovadora. A reconstituição teórica da via ao capitalismo seguida pelo Brasil a partir deles ligava-se, como não poderia ser diferente aos intelectuais pecebistas, à estratégia democrática de mudança social. A Frente Única deveria incorporar os personagens agrários, o que estará exposto nos textos de Ivan Ribeiro.

A análise feita por Ivan Ribeiro sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira com inspiração nos estudos agrários de Lênin teria sua formulação inicial no artigo "A agricultura e o capitalismo no Brasil", publicado em 1975, quando vivia exilado na França. Sob o pseudônimo Cláudio Barros, o artigo foi publicado na revista do PCB *Études Brasiliennes*⁸³.

A motivação primeira do autor nesse artigo era a de rebater a hipótese sustentada pelas "forças progressistas brasileiras", leia-se PCB, desde pelo menos os anos 50, de que o latifúndio não capitalista constituía um obstáculo à livre expansão das forças produtivas no campo e, conseqüentemente, à realização da revolução nacional e democrática. Na visão de Ribeiro, o que o PCB propunha para o campo aproximava-se da *via americana* de desenvolvimento das forças produtivas no mundo agrário, o que implicava na ruptura com o monopólio da terra e das relações de dependência a que estavam submetidos os camponeses. No fundo, o erro dessa proposta estaria na concepção dualista que a fundamentava, opondo atraso e moderno na formação social brasileira.

⁸² Por motivos como o exílio e a morte prematura num acidente de avião em 1985, este autor não teve a oportunidade de levar adiante suas indagações levantadas em poucos textos.

⁸³ Cf. *Questão Agrária e Política: autores pecebistas*. Seropédica, Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996, p. 181.



Dando continuidade à tentativa de superar essa visão, o que, conforme vimos no primeiro capítulo, remonta pelo menos aos anos 60, Ivan Ribeiro vai enfatizar a articulação dos latifúndios com a implementação do modo de produção capitalista e como aqueles foram permeados em seu conteúdo por este processo:

Em primeiro lugar, a existência do latifúndio não impediu que o modo de produção capitalista continuasse a se reforçar e que elevados níveis de crescimento do Produto Interno Bruto fossem atingidos em determinados anos. Em segundo lugar, se as contradições entre a burguesia nacional industrial e comercial do setor dos latifúndios provocaram certas dificuldades, jamais se revestiram de caráter explosivo e nem mesmo podem ser consideradas como o aspecto dominante do conjunto das relações entre esses setores no curso dos últimos vinte anos. Finalmente, podemos notar que um importante setor - o dominante - dos latifúndios não pode mais ser considerado como atrasado e estacionário, já que aparece agora como um setor capitalista no sentido pleno do conceito. (Ribeiro, 1996, p.182)

O primeiro ponto ressaltado por Ivan Ribeiro na passagem acima se opõe à concepção que apostava na inviabilidade do capitalismo brasileiro diante da permanência dos latifúndios. Analisando as relações inter-setoriais envolvendo agricultura e indústria, o autor chamava a atenção para dois pontos: primeiro, o setor agrícola não permanecera totalmente fechado nas últimas décadas à produção industrial, segundo, e mais importante, o capitalismo encontrava meios de desenvolver-se sem necessariamente estar numa relação de dependência com o mundo agrário, como da mão-de-obra que vai para as cidades compor o exército industrial de reserva e de uma transferência de capital para as indústrias.⁸⁴

Quanto às implicações por ele feita sobre a feição plenamente capitalista de parte dominante da grande propriedade brasileira, elas nos remetem a dois pontos de interesse direto à nossa pesquisa, ou seja, à relação que estabeleceu entre desenvolvimento associado e

⁸⁴ Não se atribuiu a devida importância às diferentes possibilidades de expansão e de criação de "novos" mercados no contexto de uma economia capitalista, tais como o déficit orçamentário, as subvenções, os subsídios fiscais, as vendas a crédito, a propaganda de massa, etc." (Ribeiro, 1996, p.184).



via prussiana no Brasil e como esta relação preserva, com grande funcionalidade para o latifúndio, uma classe pré-capitalista em plena contemporaneidade, a dos camponeses parcelares.

No estudo que fez sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo, Ribeiro incorporaria ao mesmo as indicações do historiador japonês Takahashi sobre a via japonesa, a qual, assim como a via prussiana, preservava a grande propriedade feudal na transição ao capitalismo. Além das já mencionadas pesquisas de Lênin em *O Programa Agrário*. A partir destes estudos, procurou avançar na definição da particularidade brasileira, evitando "encaixar" o conceito na realidade histórica. Assim:

Os aspectos fundamentais da história parecem indicar que o modelo de transição para o capitalismo no Brasil aproxima-se mais da via prussiano-japonesa. *Dissemos "aproxima-se" com a intenção de mostrar que o caminho seguido pelo Brasil não pode ser inteiramente identificado com o daqueles dois países.* A primeira diferença essencial provém do fato de que a formação socioeconômica existente no Brasil (a comunidade indígena primitiva) encontrava-se num estágio muito inferior de desenvolvimento em face do modo de produção transplantado pelo colonizador português. O resultado é que não se deu o processo de assimilação do modo de produção indígena pelo que foi trazido pelos colonizadores com base num processo endógeno de evolução econômica; ao contrário, assistiu-se a uma marginalização geográfica do modo de produção indígena (que sobreviveu no interior da colônia), ou à sua destruição pela força militar na zona do litoral. A ausência de um processo econômico-endógeno, bem como o caráter ou sentido da colonização (o de resposta às necessidades mercantis de Portugal), tornaram possível e necessário que a exploração colonial tivesse como núcleo central o latifúndio. Sem ter de enfrentar estruturas econômicas e sociais preexistentes, e sendo funcional para a metrópole, o latifúndio se consolidou ao longo da história da colônia—grifo nosso (Ribeiro, 1996, p. 188-189)

A forma de latifúndio oriunda do período colonial é que daria origem à grande propriedade capitalista do Brasil contemporâneo. Como argumenta o autor, desde o início ela é uma relação social concebida por uma necessidade externa, o que o aproxima da linha

caiopradiana. A sua centralidade e funcionalidade na relação com a metrópole seria um legado perpetuado ao longo da história brasileira, logo, o desencadeamento da revolução burguesa no país nunca necessitou romper com a grande propriedade. Dado o peso político e econômico dos latifundiários desde os tempos da Colônia, a difusão capitalista passava por ela, não havendo necessidade de uma via americana no campo. Quanto às pequenas e médias propriedade agrícolas surgidas no Brasil, estas não viriam da desintegração dos latifúndios. Surgidas ao redor dos centros urbanos e voltadas para o abastecimento desses, elas, paradoxalmente, complementariam os latifúndios, favorecendo a reprodução da grande propriedade nos moldes tradicionais:

De resto, o peso desse setor no abastecimento da demanda urbana permitiu que o latifúndio conservasse sua estrutura tradicional: a de produtor para a exportação, bem como para subsistência da mão-de-obra que empregava. Essa característica tornou possível que, nos períodos de crise e de contração das exportações, os latifundiários pudessem se concentrar em atividades de pura subsistência (economia natural), sem serem conduzidos ao fracionamento ou à desapropriação. Esse papel da pequena e média propriedade apresenta um outro aspecto que merece ser assinalado: desbravando terras virgens quase que somente através de investimentos "naturais", ou seja, do emprego intensivo de mão-de-obra, esses setores dispensaram a absorção de grandes recursos de capital pelo setor agrícola, tornando assim mais fácil o investimento em outros setores da economia. (Ribeiro, 1996, p.190)

A questão da complementariedade entre latifúndio e pequena e média propriedade na história brasileira, para prejuízo dos últimos, era considerada por Ivan Ribeiro um dos pontos-chaves no estudo da implementação do capitalismo no país e o levaria ao estudo sobre *A importância da Exploração Familiar Camponesa na América Latina* (1978). Apesar de sua relação com os centros urbanos e a produção para o mercado, muitas destas formas das formas de exploração da terra nas pequenas e médias propriedades não tinham um caráter plenamente mercantil, produzindo ao mesmo tempo para o mercado e para o próprio



consumo. Além disso, se caracterizavam pela pouca utilização de insumos industriais. No caso, Ivan Ribeiro intercepta uma dupla tendência no campo: o desenvolvimento do capitalismo pelas grandes propriedades, especialmente aquelas voltadas para a exportação de seus produtos, e a permanência numa condição pré-capitalista das pequenas e médias propriedades ligadas ao mercado interno. Pelo raciocínio exposto até aqui, esta não seria uma relação dicotômica, representando, ao contrário, um desenvolvimento desigual, mas combinado— a expressão não é do autor, mas nos parece ilustrar com fidelidade sua hipótese.

Tal situação seria potencializada pela nova fase imperialista iniciada nos anos 50 e que se baseava na internacionalização do mercado interno. Assim:

Com a derrota do projeto nacional-populista, um novo tipo de desenvolvimento capitalista na periferia se consolidou: o *desenvolvimento associado*. Sem entrar na análise detalhada de importantes aspectos políticos dessa nova etapa, gostaríamos de sublinhar que, no terreno econômico, o processo de internacionalização do mercado interno se processa em ritmo acelerado. Em outras palavras: o fortalecimento da industrialização dos países subdesenvolvidos sob a égide das grandes firmas multinacionais transportou para fora desses países os centros de decisão no que se refere à produção (quantidade e qualidade), aos preços e à distribuição do produto (mercados). Desse modo, o mercado interno, doméstico, começa a fazer parte do mercado mundial. Os efeitos dessa nova dimensão do mercado interno — agora internacionalizado — sobre a agricultura foram consideráveis, limitando ainda mais o alcance da "abertura" do mercado agrícola à produção industrial. Numa etapa subsequente, a internacionalização do mercado interno atingiu até mesmo o setor agrário, fazendo com que o comportamento da produção agrícola se relacione diretamente com as decisões dos grandes centros financeiros do mercado internacional desses produtos (as bolsas de Chicago e de Londres). (Ribeiro, 1996, p. 186)

Há, como percebemos pela passagem acima, uma preocupação de Ivan em mapear as conexões entre a particularidade brasileira e o movimento geral do capitalismo. Neste caso, a nova forma de ligação e dependência em relação ao mercado mundial favoreceria principalmente os setores ligados a exportação, no caso e seguindo uma tendência dos tempos



do período colonial, os latifúndios, os quais avançariam no sentido capitalista. Por esse ângulo, o autor reforça novamente a idéia de que estes não constituíam entraves à expansão das forças produtivas, embora preservem, para seu próprio benefício, grande parcela de produtores numa situação de dependência pessoal (ele não usa a expressão feudal), herança da via prussiana⁸⁵. É a essa faixa da população rural que Ivan Ribeiro voltou sua atenção, tendo no horizonte a preocupação com o seu papel na construção do socialismo e de como incorporá-la a uma frente democrática⁸⁶. Como veremos, ele estará no fundo atualizando a proposta de uma via americana para o Brasil feita pelo PCB, mas sob uma nova leitura.

Dando continuidade, portanto, aos apontamentos feitos no ensaio *A agricultura e o capitalismo no Brasil*, Ivan Ribeiro no ensaio *A Importância da Exploração Familiar Camponesa na América Latina* procura situar o camponês não apenas no continente latino-americano, mas principalmente na formação econômico-social brasileira. Partindo da conceituação do economista polonês J. Tepicht sobre a exploração familiar camponesa, o autor irá redefini-lo a partir do contexto latino-americano, acentuando exatamente o seu caráter não capitalista de exploração da terra:

O conceito de *exploração familiar camponesa*, a ser utilizado neste artigo, muito se aproxima do de economia camponesa de Tepicht, mas não é idêntico. A diferença básica consiste em não se aceitar a possibilidade de que entre as explorações familiares camponesas sejam incluídas empresas familiares ou unidades de produção capitalistas. Nos casos em que seja elevada a composição orgânica de insumos ou já exista acentuada combinação de trabalho doméstico e trabalho assalariado, a unidade de produção deve ser classificada como *empresa familiar* e não mais como exploração familiar camponesa. (Ribeiro, 1978, p.146-147)

⁸⁵ "(...) os latifúndios subsistem e se convertem paulatinamente em base da exploração capitalista da terra; mantém-se igualmente por decênios seu predomínio político e a opressão, humilhação, miséria e ignorância dos camponeses. Não ocorreram revoluções burguesas do tipo clássico, (...), abrindo assim caminho ao livre desenvolvimento do capitalismo com base em propriedades familiares." (Ribeiro, 1978, p. 148)

⁸⁶ Segundo Raimundo Santos: "O propósito de Ribeiro era deslocar a problemática da reforma agrária do "estrutural" — da sua imprescindibilidade para ampliar o mercado interno e viabilizar o capitalismo nacional —

A diferença entre a exploração camponesa na América Latina e na Europa estaria na menor autonomia da economia camponesa latino-americana, diferente do que ocorreu no período final da servidão no continente europeu em que os camponeses tiveram uma autonomia relativa em relação à grande propriedade no final do feudalismo. No contexto latino-americano não houve condições para tal fato e devido ao menor tempo de passagem para o capitalismo em relação à transição verificada na Europa. Sem um tempo maior para a maturação de uma economia camponesa relativamente autônoma, estas permaneceriam limitadas e dominadas pelo latifúndio, traço acentuado pelo desenvolvimento ao estilo prussiano.

Quanto ao Brasil em especial, país " em que se faz sentir com mais força a versão latino-americana da via prussiana de transição ao capitalismo", Ivan Ribeiro percebera, por meio de pesquisas relativas à agricultura no país, a importância econômica da exploração familiar camponesa tanto para o abastecimento do mercado interno quanto para a sobrevivência de grande parte da população rural ainda não integrada ao modo de produção capitalista no campo⁸⁷.

Tal setor, que por suas características conseguiria produzir com relativa autonomia em relação ao núcleo industrial da economia, se constituiria assim num fator estratégico para o projeto socialista e a reforma agrária no Brasil:

(...) o setor das EFC [exploração familiar camponesa] no Brasil tem mais peso como núcleo de oferta de bens agrícolas do que como fonte de demanda de bens de outros setores da economia. Assinala-se ainda que as EFC detêm tal posição (30% do valor da produção total) malgrado a pequena ajuda financeira que recebem, tanto de entidades privadas como das estatais. Assim é que, do total dos financiamentos concedidos em 1970 ao setor agrícola, às EFC foram destinados apenas 12,5%, percentagem que baixa a 10,6% se

para o âmbito do "institucional", como sugere, depois, ou seja, para um novo modo de pensar politicamente a questão agrária". (Santos, 1996, p.31)

⁸⁷ "A propósito, é útil recordar que dos 7 milhões de assalariados agrícolas computados no Cadastro Rural de 1972, somente 1 milhão era de assalariados permanentes". (Ribeiro, 1978, p.158)



se levar em conta exclusivamente os financiamentos de entidades governamentais. Esta capacidade das EFC de produzir com reduzida ajuda financeira oferece implicações que não podem ser menosprezadas no delineamento de uma estratégia de mudança estrutural. (Ribeiro, 1978, p.157)

Pelos argumentos expostos até aqui, podemos recompor a imagem da formação econômico-social brasileira presente na obra de Ivan Ribeiro, a qual tem na hipótese da via prussiana, repensada à luz das especificidades brasileiras e dos camponeses, um elemento chave.

Suas hipóteses de trabalho, indo na contramão das interpretações dualistas, procuraram ressaltar as possibilidades do desenvolvimento sob a égide da grande propriedade rural e sem a necessidade de realizar uma profunda reforma agrária. O desenvolvimento associado do país intensificaria tal processo, pois seria a classe dos latifundiários que estaria diretamente vinculada ao mesmo. Neste caso, as propriedades rurais inseridas nesta relação apresentariam um perfil plenamente capitalista. Por outro lado, e ao mesmo tempo, vai se preservando um conjunto de relações e de classes sociais de caráter pré-capitalista com grande funcionalidade para os setores avançados da economia rural. Há, sem dúvida, proximidades com a visão do PCB, a diferença, ao que nos parece, é que Ivan Ribeiro consegue superar, com o auxílio da hipótese da via prussiana, a noção de entrave, de obstáculos à expansão das forças produtivas oriundos de permanências do passado, e inserir uma percepção dialética à questão.

Pelo ângulo pelo qual procurou reconstituir a via brasileira à modernidade capitalista, revela-nos no mundo agrário uma realidade não plenamente ocidental, embora ele não utilizasse tal conceituação, mas marcada pela combinação, e não necessariamente oposição, entre Ocidente e Oriente, com o primeiro fazendo do segundo seu refém— no caso do camponês principalmente.

Tal visão o levaria a pensar em duas estratégias para o campo e para reverter a condição dependente e autoritária do Brasil— note-se como Ivan Ribeiro procura dar uma



importância maior à questão nacional do que Vianna e Coutinho, embora, em nossa interpretação, conferindo também centralidade à questão democrática. Quanto aos espaços nos quais o capitalismo se enraizara e predominava a mão-de-obra assalariada, o objetivo seria "ampliar a luta por novas condições de trabalho, pela aplicação da legislação trabalhista, pela formação de sindicatos, etc." (Ribeiro, 1996, p. 191), retomando integralmente a proposta de Caio Prado Júnior em *A Revolução Brasileira*. Nos espaços em que predomina o atraso, o "Oriente", o que abrangeria os camponeses e grande parcela dos minifúndios e pequenas propriedades, ele recoloca a possibilidade de uma via americana, aí o campo possível de atualização da antiga proposta pecebista⁸⁸.

Com Ivan Ribeiro concluímos pois a tarefa proposta de recompor esse heterogêneo painel da via prussiana à brasileira traçado pelos intelectuais da corrente renovadora e que tem por determinantes principais a centralidade da questão democrática diante do regime militar e a reconstrução dos paradigmas via prussiana, revolução passiva, revolução pelo alto e modernização conservadora a partir da trajetória, durante a transição à modernidade capitalista, dos sujeitos históricos portadores de alternativas ao capitalismo autoritário no Brasil e que deveriam constituir uma frente única para dirigir a mudança pela democracia. A particularidade brasileira é, assim, desvendada para ilustrar à esta frente os obstáculos construídos para barrar as iniciativas em prol da democracia e do socialismo. Por isso a necessidade, por parte desses autores, de decifrar a construção política da via brasileira nos momentos chaves da revolução burguesa, o que irá conferir pleno sentido à incorporação das contribuições Lênin, Lukács, Gramsci e Barrington Moore Jr. Neste sentido, sugerimos que

⁸⁸ "Quanto ao setor dos minifúndios e da pequena propriedade familiar camponesa, que emprega sobretudo mão-de-obra familiar e que absorve poucos produtos intermediários industriais—e esse setor representa, no campo, a seqüela das relações políticas e sociais anacrônicas mencionadas por Marx—, parece-nos claro que a plataforma revolucionária deve propor a luta por uma reforma agrária que leve a um tipo de agricultura mais próximo da "via americana". *As terras a serem incorporadas a tal setor seriam fundamentalmente as do latifúndio atrasado, não capitalista, que seria assim eliminado. Deve-se sublinhar que não se trata de criar uma nova economia camponesa (pois essa já existe), mas de tornar possível a emergência de novas condições de desenvolvimento para um setor agrícola que, ainda hoje, não pode ser considerado como capitalista.* E, precisamente porque ele

houve em relação às categorias incorporadas o exercício do método da "filologia viva", pressupondo o "vaivém do empírico e do individual ao universal e ao total", conforme o comentário de Baratta ao procedimento de Gramsci por nós salientado no final do capítulo 2. Evidentemente, com lacunas e erros, dada as próprias fragilidades do marxismo brasileiro, mas deixando uma contribuição desprezada por seus críticos, os quais, ao que nos parecem, não estiveram atentos às circunstâncias específicas na qual foram desenvolvidos pelo marxismo brasileiro os paradigmas assinalados.

Após recuperarmos o sentido da discussão empreendida por Coutinho, Vianna e Ribeiro e seus argumentos principais, podemos voltar às questões levantadas no início do capítulo, embora já tendo colocado, no decorrer da abordagem, algumas respostas a elas e ressaltado diferenças. Aproveitamos também para apresentar rapidamente uma linha próxima à da via prussiana e também de inspiração lukacsiana e que apresenta respostas às indagações atuais e algumas diferenças em relação aos renovadores.

Quanto à objeção de Octávio Ianni aos teóricos da via prussiana no Brasil, dois pontos a mencionar: primeiro, ele tem razão ao salientar a imagem de uma sociedade civil débil e frágil por eles formulada, o que é assumido pelos próprios autores ⁸⁹, segundo, deixa de lado em sua crítica o fato das classes subalternas e dos intelectuais serem os pontos centrais da reconstituição da via prussiana à brasileira, conforme procuramos apontar. O contraponto à visão de Ianni foi, portanto, efetuado durante toda a discussão do capítulo 3.

ainda não é capitalista, a reforma agrária não levaria a uma regressão na formação econômico-social existente, mas sim a um progresso"—grifo nosso (Ribeiro, 1996, p.191).

⁸⁹ Leandro Konder, autor que compartilhava das posições centrais de Coutinho (principalmente), Vianna e Ribeiro, salienta, ao contrário de Ianni, que: "A dura realidade dessa coerção brutal exercida por um Estado sempre forte sobre uma sociedade civil sempre fraca tem sido habilmente disfarçada pela historiografia conservadora. No período do segundo império, por exemplo, a atenção dos leitores interessados em conhecer o nosso passado é insistentemente guiada para a figura do imperador - erudito provinciano de respeitáveis barbas brancas - e desviada dos aspectos inumanos assumidos pela exploração do trabalho escravo (o Brasil foi um dos últimos países do nosso continente a suprimir legalmente a escravidão)". (Konder, 1980, p.15)



3.6- Outras tendências: a via colonial

Tendo em vista a preocupação, justa, das pesquisas atuais em compreender as diferenças entre os níveis de desenvolvimento e autonomia entre Brasil e países como Alemanha, Itália, Japão — todos exemplos de "modernizações conservadoras" —, parece-nos importante mencionar uma orientação desenvolvida no interior do marxismo brasileiro nos anos 70 e que ofereceu respostas a estas questões.

Numa linha de interpretação próxima a esta que vimos em Vianna, Coutinho e Ivan Ribeiro, temos a de José Chasin. No seu livro *O Integralismo de Plínio Salgado* (1978), apresenta, subjacente à análise, uma concepção sobre a via de desenvolvimento capitalista no país que também tem por referência as semelhanças entre Alemanha e Brasil. No entanto, devido às diferenças substanciais tanto nas formações sociais dos dois países, como dos momentos históricos de suas revoluções burguesas, teríamos expressa no Brasil uma outra forma de implementação da nova ordem social. Nesse ponto, Chasin procura avançar na interpretação do caso brasileiro para a conceituação de uma nova particularidade: a *via colonial*.

No que diz respeito à Alemanha, este autor aponta um dado fundamental, diferenciando-a do Brasil, ou seja, o seu passado feudal. Enquanto o "caminho prussiano" implicou na convergência da burguesia com os *junkers*—proprietários da grande propriedade rural—, herdeiros do feudalismo europeu, no Brasil, o "historicamente velho", composto pelas elites agrárias, tem outra procedência histórica: a empresa colonial inserida no universo mercantil e ligada a Europa. Essa condição colonial do Brasil também tem por traço distintivo a subordinação do país a interesses de outros países, impossibilitando seu desenvolvimento autônomo.

É pois a *via colonial* o percurso particular do capitalismo no Brasil, que assume no país um caráter mais atrasado que o alemão, isto é, "hipertardio". Enquanto a industrialização



alemã se processa no final do século XIX, a brasileira só irá efetivar-se num momento posterior do capitalismo e de avanço do imperialismo, dificultando ainda mais o rompimento com os pólos hegemônicos da economia internacional.

Por meio da *via colonial* irá emergir uma burguesia sem perspectivas de ruptura com a "subordinação estrutural ao capitalismo", ou seja, incapaz de solucionar o problema do desenvolvimento autodeterminado do país—o que a burguesia alemã conseguiu executar. Por outro lado, e a própria aliança com as classes conservadoras o demonstra, trata-se de uma burguesia que jamais e em momento algum atua no sentido de promover uma revolução democrático-burguesa em nível nacional. Assim como Caio Prado, Chasin não deixa de salientar o "continuismo histórico" deixado como herança pela *via colonial* e que tende a se reproduzir ao longo da história brasileira como um movimento de constante reposição da estrutura colonial, perpetuando a subordinação do país aos centros hegemônicos do capital. Logo,

A particularidade da via colonial, ... engendra uma burguesia que não é capaz de perspectivar, efetivamente, sua autonomia econômica, ou o faz de um modo demasiado débil, conformando-se, assim, em permanecer nas condições de *independência neo-colonial* ou de *subordinação estrutural* ao imperialismo. Em outros termos, as burguesias que se objetivaram pela via colonial não realizam sequer suas tarefas econômicas, ao contrário da verdadeira burguesia prussiana, que deixa apenas, como indica Engels, de realizar suas tarefas políticas. De modo que, se para a perspectiva de ambas, de fato, é completamente estranha à efetivação de um regime político democrático-liberal, por outro lado, a burguesia prussiana realiza um caminho econômico autônomo, centrado e dinamizado pelos seus próprios interesses, enquanto a burguesia produzida pela via colonial tende a não romper sua subordinação, permanecendo atrelada aos pólos hegemônicos das economias centrais. Em síntese, a burguesia prussiana é anti-democrática, porém autônoma, enquanto a burguesia colonial, além de antidemocrática, é caudatária, sendo incapaz, por iniciativa e força próprias, de romper com a subordinação ao imperialismo" (Chasin, 19, p. 128-129).



Retomando Caio Prado Júnior, Chasin, pela hipótese da via colonial, procura definir com clareza quais os pontos de convergência com a via prussiana e quais seriam aqueles específicos à formação social brasileira, levando em consideração na análise duas determinantes principais, ou seja, o tempo histórico no qual ocorre a emergência da burguesia colonial e a posição dela e do país no cenário internacional do capitalismo derivada do período colonial. Nesse sentido, antecipando-se às críticas feitas por Fiori aos teóricos da via prussiana no Brasil e apresentando inclusive uma convergência com as indagações e orientações atuais no campo das pesquisas econômicas tal qual apontamos no início deste capítulo. Um dos principais motivos dessa proximidade ao que nos parece deve-se a fato de Chasin ter mantido a questão nacional como central no estudo da particularidade brasileira, estando a questão democrática articulada a esta, e não o contrário. Não à toa, aqueles identificados à sua visão de Brasil vão retomá-la na crítica ao projeto de desenvolvimento associado e dependente levado a cabo pelos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso⁹⁰ nos anos 90. Cabe agora ressaltar as diferenças entre a perspectiva de Chasin e a dos autores por nós abordada, bem como a contra-argumentação da parte destes.

A centralidade conferida à questão democrática na discussão da particularidade brasileira, além de estar ligada à estratégia de oposição à via conservadora de desenvolvimento conduzida pelas classes dominantes, tinha relação com o tema da hegemonia e de como ela se colocava para os sujeitos situados no terreno da formação social brasileira. Logo, a explicação para a posição assumida pela burguesia industrial brasileira durante a

⁹⁰ "Com relação ao cenário nacional, vivemos até os dias atuais uma irresolução econômica, pois, mesmo tendo sido "dilatado" o tecido político, a democracia do estômago ainda não se efetivou. Nossas raízes históricas, como vimos, fornecem um quadro elucidativo desta angústia vivida pelas maiorias, alijadas da aldeia global. A inserção da economia brasileira na divisão internacional do trabalho está posta a partir da colonização da América enquanto continente, a partir da empresa mercantil e colonial no século XVI. Desde o início da nossa história estamos diante da problemática da nossa emancipação. Enquanto a *via clássica* realizou o capitalismo auto-sustentado, concomitante as revoluções democrático-burguesas, a via prussiana alcançou a autonomia econômica pagando caro por seus limites políticos. Por sua vez, a via colonial, até hoje, só conhece a subordinação estrutural"—grifos nossos. (Borges, 1999, p. 128)



revolução burguesa estaria não apenas na sua relação estabelecida com a economia mundial ou na falta de "empuxe revolucionário", mas principalmente por não exercer a hegemonia no âmbito da sociedade civil no momento definitivo de implantação do modo de produção especificamente capitalista, faltando-lhe base para se impor na arena política e moldar a sociedade a partir "da fábrica", conforme vimos em Werneck Vianna.

Por outro lado, a caracterização do antigo modo de produção brasileiro como colonial, projetando daí um movimento constante de subordinação do país aos centros hegemônicos do capital, poderia perder de vista os momentos de transição e de rupturas, mesmo que não sendo bruscas, no interior da formação econômico-social brasileira. Coutinho, mesmo reconhecendo a importância de se entender o Brasil a partir da circunstância fundamental de ter surgido no período de formação do mercado mundial e nele se inserir de forma dependente, vai polemizar com Caio Prado Júnior e Chasin, arriscando a hipótese do modo de produção escravista para caracterizar o Brasil do período colonial. O que é decisivo na fundamentação da hipótese da via prussiana, como veremos:

(...) o adjetivo *colonial* não me parece caracterizar o modo de produção, no sentido de atribuir-lhe novas leis, mas sim precisamente o seu vínculo de subordinação formal ao capital internacional; uma subordinação que certamente *sobredetermina* essas leis, que são porém as leis gerais de todo modo de produção escravista com dominância mercantil. É o elemento escravista que fornece a marca determinante da formação econômico-social. Ele interfere, por um lado, na produtividade econômica do sistema, que se mantém estacionária (ao contrário do que ocorria no feudalismo), com todas as consequências que disso resultam para a criação ulterior de um mercado interno e, conseqüentemente, para a forma "prussiana" que prevaleceria quando da transição para o capitalismo. (Coutinho, 1980, p.66-67)

Nesse sentido, o adjetivo colonial se referiria mais a um aspecto geral entre os países de formação colonial do que propriamente à particularidade perseguida. Logo,

A consequência mais problemática da definição do modo de produção colonial como capitalista é que assim *se termina por reduzir o problema geral da transição para o capitalismo no Brasil ao problema mais específico da industrialização*; com isso, perde-se a possibilidade de operar de modo fecundo com a categoria da "via prussiana", que denota precisamente um processo no qual a transição para o capitalismo se dá com a conservação de elementos pré-capitalistas, tanto na infra-estrutura quanto na sociedade civil e no Estado—grifo nosso. (Coutinho, 1980, p. 66)

Aqui é clara a preocupação em relativizar a perspectiva do "continuísmo histórico" que mencionamos e privilegiar os momentos da transição. Entendemos que isto se deve às próprias características da linha representada por Coutinho, Werneck Vianna e Ivan Ribeiro, os quais procuraram desenvolver de fato uma teoria da transição no Brasil, transição ao socialismo pela democracia. Ao que nos parece, a ênfase nos sujeitos, na questão da política e da hegemonia direciona o olhar do pesquisador para aqueles momentos nos quais abrem-se maiores perspectivas numa determinada formação econômico-social para as classes sociais redefinirem, por meio da ação política, os arranjos estruturais que moldam suas relações e a própria questão da hegemonia. O que ocorre precisamente nas fases de transição, seja entre modos de produção, seja entre regimes políticos. Entendemos ser este o ponto que orienta a polêmica levantada por Coutinho à linha caiopradiana. Insistimos também que por trás desta divergência está a centralidade na questão democrática conferida pelos renovadores às interpretações sobre a trajetória brasileira.

Pelo que foi levantado aqui, podemos dimensionar melhor agora a posição da corrente renovadora em relação a Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré. Se é verdade que irão apresentar, principalmente Coutinho e Vianna, uma imagem de um Brasil "ocidental", convergindo com Caio Prado na polêmica à visão "oriental" do país presente nos documentos do PCB, por outro, se aproximarão de Sodré ao enfatizar que também houve transição entre modos de produção, ressaltando melhor quais seriam os pontos de descontinuidade na história brasileira. Embora sem endossarem a sua visão sobre a "Formação Histórica do Brasil".



Vale ressaltar a tentativa feita por Antonio Carlos Mazzeo de trabalhar ao mesmo tempo com os paradigmas via prussiana e via colonial na tentativa de precisar a particularidade brasileira⁹¹, lançando a hipótese da *via prussiano-colonial*. Na verdade, mais uma continuidade com a interpretação de Chasin do que com aquela que vimos nos renovadores. Para Mazzeo, há que se considerar a diferença "de cunho estrutural" entre a formação social alemã e a brasileira, a qual teve seu caráter definido pelos fundamentos coloniais de organização produtiva nela estabelecidos desde sua origem. A identidade entre esta e a via prussiana residiria no processo tardio de acumulação de capital pelo campo⁹², estando restrita ao "plano fenomênico". Apesar de não desqualificar totalmente os teóricos da via prussiana no Brasil e de incorporar algumas de suas contribuições, também não leva em consideração os aspectos específicos da argumentação de Coutinho, Vianna e Ivan Ribeiro que expusemos ao longo deste capítulo, à correlação que fizeram entre a via de imposição do capitalismo no Brasil e o desfecho da luta de classes e da crise de hegemonia nos momentos da transição— especialmente Werneck Vianna.

Dessa forma, acreditamos que na produção coletiva da corrente renovadora está melhor resolvida a questão dos sujeitos, da participação destes na construção da via brasileira

⁹¹ Mencionaremos aqui alguns livros que incorporaram os paradigmas via prussiana, revolução passiva e modernização conservadora como elucidativos do caminho brasileiro. Utilizando os conceitos **modernização conservadora e via prussiana**: Leandro Konder, *A Democracia e os Comunistas no Brasil* (citado na bibliografia), Marco Aurélio Nogueira, *As Desventuras do Liberalismo: Joaquim Nabuco, a monarquia e a república*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. Utilizando a categoria **revolução passiva** como hipótese geral: Marcos Del Roio, *A classe operária na revolução burguesa*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

⁹² Por não desconsiderar totalmente a hipótese da via prussiana, Mazzeo relativiza a crítica que vimos em Fiori: "O processo emancipador do Brasil engendra uma nova forma de subsunção aos centros capitalistas e, ao mesmo tempo, um tipo *particular* de desenvolvimento das forças produtivas e de relações sociais de produção. Mas é exatamente nesse processo que podemos localizar claras semelhanças com os processos transformistas ocorridos em países que vivenciaram o desenvolvimento capitalista no contexto da *via prussiana*, ainda que trilhando direções opostas (...) Nesse sentido, entendemos que a contribuição de Fiori é da maior importância, na medida em que, ao polemizar com as análises que situam o Brasil no contexto de um desenvolvimento capitalista em moldes *puramente* prussianos, demonstra-nos essa impossibilidade histórica, dado o caráter associativo da burguesia nacional brasileira (...). Efetivamente, não podemos apreender o processo de objetivação do capitalismo no Brasil sob a ótica da *via prussiana*, ainda que em seu desenvolvimento histórico-objetivo estejam presentes *elementos de prussianismo* principalmente no que se refere à estruturação política do Estado nacional. No entanto, mesmo acentuando as *diferenças particulares*, não podemos desconsiderar aspectos histórico-sociais que nos remetem às semelhanças encontradas nas formações sociais de capitalismo retardatário. (...) O elemento prussiano presente na formação social brasileira expressa-se, ainda que *limitado ao plano fenomênico*,



e das perspectivas que lhe são abertas ou vedadas. Por outro lado, apesar das referências que vimos principalmente em Ivan Ribeiro sobre a relação entre o desenvolvimento associado e a via prussiana no Brasil, as respostas mais consistentes ao tema da dependência estão entre aqueles que, por um ângulo que prioriza a questão nacional, ou pelo menos não a subordinam à questão democrática, procuram acentuar as diferenças e descontinuidades entre a via prussiana e a brasileira. Nestas, faz-se presente uma análise da relação da formação social brasileira com a totalidade do capitalismo.

exatamente nas formas de acumulação de capitais pelo campo, ou seja, por identidades nos processos tardios de desenvolvimento capitalista" (Mazzeo, 1999, p.113)



Este estudo que realizou pesquisas em arquivos e bibliotecas da USP, com o objetivo de compreender a trajetória da história da educação em São Paulo, teve como foco principal a atuação dos intelectuais e a formação da identidade da história da educação em São Paulo. Para isso, foram analisados os documentos produzidos e utilizados por esses intelectuais, bem como os discursos e as práticas educacionais que se desenvolveram ao longo do tempo. O estudo também buscou compreender a relação entre a história da educação e a história da sociedade em São Paulo, bem como a influência da história da educação na formação da identidade da história da educação em São Paulo.

Os resultados da pesquisa indicam que a história da educação em São Paulo foi marcada por uma trajetória de transformação e de construção de uma identidade própria. Essa trajetória foi influenciada por diversos fatores, como a atuação dos intelectuais, a formação da identidade da história da educação em São Paulo, a relação entre a história da educação e a história da sociedade em São Paulo, e a influência da história da educação na formação da identidade da história da educação em São Paulo. A pesquisa também indicou que a história da educação em São Paulo foi marcada por uma trajetória de transformação e de construção de uma identidade própria. Essa trajetória foi influenciada por diversos fatores, como a atuação dos intelectuais, a formação da identidade da história da educação em São Paulo, a relação entre a história da educação e a história da sociedade em São Paulo, e a influência da história da educação na formação da identidade da história da educação em São Paulo.

Em suma, este estudo buscou compreender a trajetória da história da educação em São Paulo, bem como a influência da história da educação na formação da identidade da história da educação em São Paulo. Os resultados da pesquisa indicam que a história da educação em São Paulo foi marcada por uma trajetória de transformação e de construção de uma identidade própria. Essa trajetória foi influenciada por diversos fatores, como a atuação dos intelectuais, a formação da identidade da história da educação em São Paulo, a relação entre a história da educação e a história da sociedade em São Paulo, e a influência da história da educação na formação da identidade da história da educação em São Paulo.



4.1 *Recomeçar por onde?*

Neste estudo que realizamos percebe-se um movimento dos paradigmas da via prussiana, revolução pelo alto, revolução passiva, nos quais eles assumem novos aspectos, são enriquecidos com novas determinações. Tal movimento, evidentemente, não ocorre por si mesmo, não sendo independente do ângulo pelo qual é retomado em cada espaço social e em cada tempo histórico pelo intelectual que o requer. Suas inquietações, indagações, cultura, seus projetos, o movimento político e social do qual faz parte.

Acompanhando o desenvolvimento da discussão sobre a via prussiana nos clássicos, pudemos verificar seus diferentes desdobramentos em Marx e Engels, Lênin e Lukács. Embora sempre tida como um exemplo de mudança conservadora, ganharia um enfoque diferente conforme o tema principal fosse a questão nacional, a questão agrária, o tema dos intelectuais ou o atraso. Claro que isto não é definido somente pela perspectiva do intelectual-pesquisador, mas também pelo próprio desfecho histórico da via prussiana e da Alemanha. Do atraso observado pelos jovens Marx e Engels em 1844 até a potência imperial nazista observada por Lukács no século XX. O mesmo ocorre com a reflexão sobre a revolução passiva. Inicialmente formulada por Vincenzo Cuoco e Quinet, ganharia novos contornos com o marxismo de Gramsci. Aliás, no próprio Gramsci, em seus *Cadernos*, percebe-se um constante movimento de reconstituição, pelo método da filologia crítica, da hipótese inicial conforme os casos analisados, se o *Risorgimento* na Itália do século XIX ou o Americanismo e o Fordismo no século XX.

No fundo, o que procuramos sugerir no decorrer do nosso trabalho, é que os autores brasileiros deram continuidade a esse movimento, embora sem a mesma sofisticação dos clássicos e com maiores problemas. Houve em alguma medida o enriquecimento dos paradigmas utilizados à medida em que nestes foram incorporados os determinantes de uma nova experiência histórica e social como a brasileira. No entanto, nos parece que alguns



pontos não foram necessariamente bem resolvidos na articulação entre os paradigmas, tendo estas formulações assumindo assim um caráter eclético, o que pode ser explicado pelo fato da ausência de uma discussão mais apurada sobre a natureza da formação social brasileira no período que precedera o surto do capitalismo industrial na década de 30 do século XX no Brasil. Mas não há porque cobrar tal sofisticação da parte deles. Assim, as hipóteses iniciais começam a ser reconstituídas nesse confronto com uma nova realidade e vão se particularizando na República Florianista pintada por Lima Barreto, nas instituições corporativas criadas durante a "Era Vargas" para manter sob controle a classe operária, na postura intimista dos intelectuais brasileiros, na funcionalidade das propriedades camponesas aos interesses dos latifundiários. Compondo dessa forma um painel da via prussiana "à brasileira". No entanto, vale lembrar que isto fora feito pela circunstância específica da conjuntura marcada pelo regime militar instaurado em 1964. Esse um elemento mediador que já não é mais o do nosso tempo. Por aqui abre-se uma questão: por onde recomençar a discussão da particularidade e o diálogo com as hipóteses lançadas pela tradição marxista?

Na nossa perspectiva é ponto pacífico que o movimento desigual e combinado do capitalismo recoloca a questão das especificidades nacionais, conforme antecipamos na Introdução do trabalho. A questão é: por qual ângulo? Voltamos ao tema dos sujeitos — o "ponto de Arquimedes" — e chegamos aos impasses atuais sobre o mesmo.

Nos seus ensaios mais recentes, Werneck Vianna tem insistido na importância da revolução passiva no Brasil, a ser assumida como critério de interpretação pelo ator interessado na constituição de uma República efetivamente democrática no país e orientada pelo eixo "interesses-direitos-cidadania", espaço no qual cada grupo social tenha condições para converter seus interesses em direitos, o que deve ser resolvido no âmbito de uma renovada esfera pública. Neste sentido, a hipótese da revolução passiva não é continuada a partir da perspectiva da centralidade da classe operária, como o fez nos anos 70, mas,



digamos, de sujeitos "fragmentados", oriundos de variados movimentos sociais, como os negros, as mulheres, os homossexuais, etc. Ao que nos parece, sua nova visão tem o seguinte fundamento:

A decadência heurística da revolução está francamente associada a fenômenos contemporâneos como globalização do mercado, deslocamento do Estado-nação do seu antigo monopólio na representação de identidades coletivas, assim como pelo efeito do "assemelhamento" universal — diagnóstico que já vinha da parte de Tocqueville —, e do esvaziamento da categoria trabalho como variável sociológica explicativa dos processos sociais—grifo nosso. (Vianna, 1997, p. 29)

Esse diagnóstico sobre as mudanças no capitalismo contemporâneo e em suas formas de sociabilidade, as quais esvaziariam a categoria trabalho, incidem, portanto, na própria maneira como são retomados os conceitos do marxismo. O desdobramento de tal argumento implica desconsiderar a centralidade do proletariado no plano teórico e prático. Mas tal análise não é consensual. Analisando as transformações atuais na materialidade do capital e de como estas afetam o perfil da classe operária, Ricardo Antunes afirma que

(...) em nível mundial, há um forte processo de redução do trabalho estável e ampliação do trabalho terceirizado (*part-time*) e do trabalho precarizado no que diz respeito aos seus direitos. O *downsizing* do capital é a intensificação da barbárie no mundo do trabalho. Portanto, *não é verdade que, com tais mudanças, a classe trabalhadora, o proletariado esteja desaparecendo ou tenha perdido sentido a centralidade.* (...) Na verdade, o que ocorre é um processo de fragmentação, de heterogeneização e de complexificação ainda maiores na "classe-que-vive-do-trabalho—grifo nosso. (Antunes, 1998, p. 119)

Tal consideração aponta, neste caso, precisamente para continuidade com o caminho trilhado por Werneck Vianna e Carlos Nelson Coutinho na passagem da década de 60 para a de 70, posto que a classe operária reconfigura-se, mas não desaparece. Conforme vimos,

Coutinho no ensaio *O Estruturalismo e a Miséria da Razão* argumentava, em sintonia com Lukács, a favor da centralidade da categoria trabalho. Por outro lado, Werneck Vianna, aproveitando-se das contribuições de Gramsci em *Americanismo e Fordismo* sobre a forma principal de reconfiguração da classe operária no século XX para estudo do caso brasileiro, também caminhava no mesmo sentido.

Ao que nos parece, decifrar o enigma dos sujeitos torna-se novamente um ponto central nas pesquisas atuais sobre a particularidade brasileira.



REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. Um espírito sintonizado com as lutas sociais. In: *Florestan ou o Sentido das Coisas*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- AGGIO, Alberto (Org.). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.
- ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- ARRIGHI, Giovanni. *A Ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BARSOTTI, Paulo. Engels e o bonapartismo. In: COGGIOLA, O. (Org.). *Marx e Engels na História*. São Paulo: Xamã, 1996.
- BARATTA, Giorgio. *As Rosas e os Cadernos*. 2002. Disponível em <www.artnet.com.br/gramsci>. Acesso em 20 mar. 2002.
- BORGES, Maria A. As vias do desenvolvimento capitalista: clássica, prussiana e colonial. In: *História Econômica & História de Empresas. II.I*. São Paulo: APHE, Hucitec, 1999.
- BRECHT, Bertold. *Diário de Trabalho*. Rio de Janeiro: Rocco, 2002. (v. 1, 1938-1941).
- CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hipertardio*. São Paulo: LECH, 1978. *
- CORSI, Francisco L. O projeto de desenvolvimento de Vargas, a missão Osvaldo Aranha e os rumos da economia brasileira. In: *História Econômica & História de Empresas. II.I*. São Paulo: APHE, Hucitec, 1999.
- COUTINHO, Carlos N. *Cultura e Sociedade no Brasil: ensaio sobre idéias e formas*. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- _____. *O Estruturalismo e a Miséria da Razão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- _____. *Gramsci*. Porto Alegre: L&PM, 1981a.
- _____. *A Democracia como Valor Universal*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.
- _____. ; Nogueira, Marco A. (Orgs.). *Gramsci e a América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- _____. *Literatura e Humanismo: ensaios de crítica marxista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- _____. Os Intelectuais e a Organização da Cultura no Brasil. *Temas de Ciências Humanas*. São Paulo: Ciências Humanas, v.10, 1981b.



_____. O Significado de Lima Barreto na Literatura Brasileira. In: REALISMO E ANTI-REALISMO NA LITERATURA BRASILEIRA. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

D'INCAO, Maria A. (Org.) *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Brasiliense; Secretaria de Estado da Cultura; Unesp: 1989.

_____. *O Saber Militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. São Paulo: Unesp; Paz e Terra, 1987.

EAGLETON, Terry. *Marx e a liberdade*. São Paulo: Unesp, 1999.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, [1978]. (v.1)

_____. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, [1979]. (v.2)

FELICHE, Franco de. *Revolução Passiva, Fascismo, Americanismo em Gramsci*. INSTITUTO GRAMSCI. *Política e História em Gramsci*. Rio de Janeiro: Instituto Gramsci, 1978. (v. 1).

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FIORI, José L. (Org.). *Estado e Moedas no Desenvolvimento das Nações*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. *Os moedeiros falsos*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

FRANK, Andre G. *Latin America: Underdevelopment or Revolution*. London, New York: Monthly Review, 1969.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ática, 1987.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel: notas sobre o Estado e a política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a. (Cadernos do Cárcere, v. 3).

_____. *Temas de Cultura. Ação Católica. Americanismo e Fordismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. (Cadernos do Cárcere, v. 4).

_____. *O Risorgimento: notas sobre a história da Itália*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b. (Cadernos do Cárcere, v. 5).

_____. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GRUPPI, Luciano. *Conceito de Hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

IANNI, Octavio. *O Ciclo da Revolução Burguesa*. Petrópolis: Vozes, 1984.

KONDER, Leandro. *A Democracia e os Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal,



1980.

_____. *Intelectuais Brasileiros e Marxismo*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

LENIN, Vladimir I. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

_____. El Programa Agrário de la Socialdemocracia en la Primera Revolucion Rusa de 1905-1907. In: _____ *Obras Completas*: Moscú: Progreso, 1983, 16t.

LÖWY, Michael (Org.). *O Marxismo na América Latina*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

LUKÁCS, Georg. Acerca de algunas características del desarrollo histórico de Alemania. In: _____ *El Asalto a la Razón*. México-Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1959.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1993.

MAZZEO, Antonio C. *Estado e Burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1989.

_____. *Sinfonia Inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. Marília: Unesp/Marília; São Paulo: Boitempo, 1999.

MOORE Jr., Barrington. *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Lisboa: Martins Fontes, 1983. *

MORAES, João Q. (Org.). *História do Marxismo no Brasil*, v.2. Campinas: Unicamp, 1995.

_____. *História do Marxismo no Brasil*, v.3. Campinas: Unicamp, 1998.

_____; DEL ROIO, Marcos T. (Orgs.) *História do Marxismo no Brasil*, v.4. Campinas: Unicamp, 2000.

NOGUEIRA, Marco A. *As possibilidades da política: idéias para a reforma democrática do Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PINASSI, Maria O. (Org.). *Leandro Konder: a revanche da dialética*. São Paulo: Boitempo, Unesp, 2002.

PINASSI, M. O.; LESSA, Sérgio. (Orgs.). *Lukács e a atualidade do marxismo*. São Paulo: Boitempo, 2002.



PRADO JR., Caio. *História e Desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1989

_____. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

RIBEIRO, Ivan de O. A agricultura e o capitalismo no Brasil. In: SANTOS, Raimundo (Org.) *Questão Agrária e Política: autores pecebistas*. Rio de Janeiro: Seropédica, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996. p.181-193.

_____. A Importância da Exploração Familiar Camponesa na América Latina. In: *Temas de Ciências Humanas*. São Paulo: Ciências Humanas, v.2, 1978.

_____. A questão agrária e a democracia. In: SANTOS, Raimundo (Org.) *Questão Agrária e Política: autores pecebistas*. Rio de Janeiro: Seropédica, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996. P. 195-201.

SANTOS, Raimundo . Feudalidade e prussianismo no pensamento agrário do PCB. In: _____ (Org.) *Questão Agrária e Política: autores pecebistas*. Rio de Janeiro: Seropédica, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996.

_____. *Um itinerário no marxismo brasileiro*. 2001. Disponível em: <www.artnet.com.br/gramsci>. Acesso em: 03 fev. 2002.

_____. *O Pecebismo Inconcluso: escritos sobre idéias políticas*. 2 ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Sociedade Rural, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1994.

SODRÉ, Nelson W. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, [1962].

_____. *História da Burguesia Brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

TOGLIATTI, Palmiro. *Socialismo e Democracia: obras escolhidas - 1944/1964*. Rio de Janeiro: Ilha, 1980

TROTSKY, Leon. *História da Revolução Russa*. Rio de Janeiro: Saga, 1967.

THOMPSON, E.P. *The Making of the English Working Class*. New York: Vintage Books, 1966.

VIANNA, Luiz W. *A classe operária e a abertura*. São Paulo: Cerifa, 1983.

_____. A propósito de uma apresentação. In: GRUPPI, Luciano. *Conceito de Hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. (Apresentação).

_____. *A revolução passiva: Iberismo e Americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

_____. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. Questão nacional e democracia: o Ocidente Incompleto do PCB. *Revista Novos Rumos*, São Paulo, n.8/9, p. 151-194, 1988.

_____. *Travessia: da abertura à Constituinte 86*. Rio de Janeiro: Taurus, 1986.

_____. *Um novo prefácio a Liberalismo e Sindicato no Brasil*. 2001. Disponível em: <www.artnet.com.br/gramsci>. Acesso em: 20 mar. 2002.



